



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Letras

Marcelo Costa Sievers

**A variedade padrão do português brasileiro –  
uma descrição de sua sínclise pronominal**

Rio de Janeiro

2021

Marcelo Costa Sievers

**A variedade padrão do português brasileiro –  
uma descrição de sua sínclise pronominal**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos de Língua.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Carmem Lucia Pereira Praxedes

Rio de Janeiro

2021

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/B

S573 Sievers, Marcelo Costa.  
A variedade padrão do português brasileiro: uma descrição de sua sínclise pronominal / Marcelo Costa Sievers. – 2021.  
123 f. : il.

Orientadora: Carmem Lucia Pereira Praxedes.  
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras.

1. Língua portuguesa - Gramática - Teses. 2. Linguística - Teses. 3. Língua portuguesa – Brasil – Teses. 4. Linguagem e línguas - Variações - Teses. 5. Periódicos acadêmicos – Teses. 6. Bechara, Evanildo, 1928. A moderna gramática portuguesa – Teses. 7. Neves, Maria Helena de Moura. A gramática do português revelada em textos – Teses. I. Praxedes, Carmem. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.

CDU 806.90-5

Bibliotecária: Mirna Lindenbaum. CRB7 4916

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Marcelo Costa Sievers

**A variedade padrão do português brasileiro –  
uma descrição de sua sínclise pronominal**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos de Língua.

Aprovada em 16 de dezembro de 2021.

Banca Examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Carmem Lucia Pereira Praxedes (Orientadora)  
Instituto de Letras – UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Aparecida Cardoso Santos  
Instituto de Letras – UERJ

---

Prof. Dr. Ivo da Costa do Rosário  
Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro

2021

Ao Grande Rei Tempo,  
Nzara Ndembu.  
Toda a honra e glória!

## AGRADECIMENTOS

Por mais simples que possa parecer uma pesquisa de mestrado, ela é fruto de uma confluência de pessoas e circunstâncias. Por isso, presto aqui os meus mais sinceros agradecimentos a vários atores envolvidos, seja nesses últimos dois anos, seja em toda minha trajetória como indivíduo e estudante.

Agradeço primeiramente à espiritualidade, e a todos os seus envolvidos, por terem me propiciado bons caminhos em minha vida pessoal, profissional e acadêmica.

Agradeço à minha família, especialmente à minha mãe, Maria, meu pai, Walter, e minhas tias Anna Maria e Carmen (*in memoriam*). Todos eles superaram desafios duros ao longo de suas vidas, mas nunca deixaram de ensinar a mim, a meu irmão e sobrinhos o valor do estudo e do trabalho duro, assim como possibilitaram que nunca nos faltasse estrutura para que pudéssemos avançar pessoal, acadêmica e profissionalmente.

Agradeço imensamente à minha querida orientadora, Carmem Praxedes, pela confiança em meu trabalho e pela compreensão que teve comigo nesses dois anos que foram os mais duros da existência de nossas gerações. É uma honra e um orgulho muito grande ter sido orientado por alguém com uma biografia e um amor pelo trabalho tão maiúsculos. Aproveito também para manifestar minha gratidão também a todos que fazem da Universidade do Estado do Rio de Janeiro este lugar tão especial de produção e promoção do conhecimento, desde a mais alta administração estadual aos profissionais de apoio, entre os quais cito os trabalhadores e trabalhadoras da Biblioteca do Centro de Educação e Humanidades e da Secretaria da Pós-graduação em Letras, por todo o empenho e presteza que tiveram.

Não poderia deixar de prestar meu agradecimento ao meu querido amigo e companheiro Bernardo, pelo apoio em todos os meus projetos de vida.

Por fim, aos meus queridos chefes e colegas de trabalho, desde o tempo do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro até hoje, no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca. Aqui cito nominalmente Maria Cristina Miranda da Silva, Graça Regina Franco da Silva Reis, Patrícia Dias Barbosa Maghelly de Assis, Caio de Souza Felipe, Mauricio Saldanha Motta, Agmar da Rocha Martins, Lizandra Vieira Sophia, Mariana Campos Esqueff Abdalla, Daniella Rezende d'Ippolito, Damazio Rodrigues Pessoa, Rafaela Tavares Clemente, Andrea Rocha Carmo Moreira dos Santos Cavalheiro. Sem o apoio de todos eles, esta jornada teria sido muito mais árdua.

E deixo aqui mais que um desejo; um voto: que todos possamos fazer ciência cada vez mais e melhor.

São tudo histórias, menino. A história que está sendo contada, cada um a transforma em outra, na história que quiser. Escolha, entre todas elas, aquela que seu coração mais gostar, e persiga-a até o fim do mundo. Mesmo que ninguém compreenda, como se fosse um bom combate. Um bom combate, o melhor de todos, o único que vale a pena. O resto é engano, meu filho, é perdição.

*Caio Fernando Abreu*

A vontade de saber mais a respeito desse fenômeno [a linguagem] é uma ampla justificação para que o mesmo seja investigado.

*Ronald W. Langacker*



## RESUMO

SIEVERS, Marcelo Costa. *A variedade padrão do português brasileiro: uma descrição de sua sínclise pronominal*. 2021. 123 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

Esta dissertação analisou levantamento de dados acerca da colocação de pronomes oblíquos átonos – a sínclise pronominal – em textos de um gênero discursivo no qual se convencionou o uso da variedade padrão da língua. Contudo, pressupondo-se que a variedade padrão da língua não corresponde exatamente àquela apresentada nos manuais de gramática – o padrão escolar –, este marcado pelas prescrições da tradição gramatical, a qual pode ser descrita no paradigma tradicional de gramatização, que, entre outras coisas, parece descrever uma língua estática e homogênea, buscou-se explicar essa diferença com base nos estudos da Linguística segundo os quais a língua apresenta heterogeneidade e não pode ser estática, já que sua mudança é o que lhe permite continuar a existir, cumprindo seu papel na comunidade linguística. Tomaram-se, como *corpus* de análise, artigos acadêmico-científicos de um número de um periódico, nos quais foram verificadas mais de 360 ocorrências de pronomes oblíquos átonos e suas sínclises, no confronto com a 39ª edição, publicada no ano de 2018, da *Moderna Gramática Portuguesa*, de Evanildo Bechara, e a 1ª edição de *A Gramática do Português Revelada em Textos*, de Maria Helena de Moura Neves, publicada no mesmo ano da obra de Bechara. Ao fim, estabeleceu-se a relação entre a sínclise pronominal das obras gramaticais e a variedade linguística do gênero analisado, tendo-se feito a descrição de seu uso, do que se concluiu que, de fato, a língua abordada nos manuais não corresponde totalmente àquela dos artigos acadêmico-científicos, o que gera repercussões, no trabalho dos usuários da língua, que devem ser consideradas.

Palavras-chave: Sínclise pronominal. Norma padrão. Padrão escolar. Gramática tradicional.

Artigo acadêmico-científico. Português brasileiro.

## ABSTRACT

SIEVERS, Marcelo Costa. *Brazilian standard Portuguese: a description of clitic object pronoun collocation*. 2021. 123 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

This dissertation has analyzed data on clitic object pronoun collocation collected on texts of a discursive genre in that it is agreed the use of standard language variety. However, once it is supposed that standard language variety does not exactly correspond to that presented on grammar books – the scholar standard language –, this one known by its' accordance with traditional grammar prescriptions, which can be described by traditional grammatization paradigm, that, among other things, may seem to describe language as static and homogeneous, it has been found pieces of explanation to this difference, based on studies of Linguistics, according to which languages are heterogeneous and cannot be static, once changes are what allow them to go on fulfilling their role among a linguistic community. It has been taken as *corpus* research papers published on a number of a journal in 2019, on those more than 360 clitic object pronoun collocations have been collected, and them, these occurrences have been compared to the prescriptions presented on the 39<sup>th</sup> edition of *Moderna Gramática Portuguesa*, written by Evanildo Bechara, published in 2018, and those from the 1<sup>st</sup> edition of *A Gramática do Português Revelada em Textos*, written by Maria Helena de Moura Neves, also published in 2018. Finally, it has been established the relation between clitic object pronoun collocation and the linguistic variety used on the papers, describing its' use, once it had been done the description of language in use, of which we can conclude, as matter of fact, that language, as described on grammar books, does not correspond to those from research papers, what bring consequences that must be considered in the activity of the users of the language.

Keywords: Clitic object pronoun collocation. Standard language. Scholar standard language.

Traditional grammar. Research paper. Brazilian portuguese.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Prescrições de Síncrise Pronominal com Um Só Verbo.....	77
Tabela 2 – Prescrições de Síncrise Pronominal com Locuções Verbais .....	80
Tabela 3 – Êncrise e Próclise em Início de Período .....	87
Tabela 4 – Êncrise e Próclise em Início de Oração .....	88
Tabela 5 – Próclise em Orações Subordinadas.....	89
Tabela 6 – Êncrise em Orações Subordinadas.....	92
Tabela 7 – Êncrise em Orações Subordinadas Coordenadas entre Si.....	93
Tabela 8 – Próclise em Orações Subordinadas Coordenadas entre Si .....	93
Tabela 9 – Próclise em Orações com Pronome Átono Ligado a Verbo Modificado Diretamente por Advérbio ou Precedido de Palavra de Sentido Negativo e Pronomes ou Quantitativos Indefinidos.....	95
Tabela 10 – Êncrise em Orações com Pronome Átono Ligado a Verbo Modificado Diretamente por Advérbio ou Precedido de Palavra de Sentido Negativo e Pronomes ou Quantitativos Indefinidos.....	96
Tabela 11 – Próclise com Verbo no Futuro do Presente ou Futuro do Pretérito.....	98
Tabela 12 – Próclise em Oração Iniciada por Palavra Interrogativa ou Exclamativa .....	98
Tabela 13 – Êncrise com Verbo no Gerúndio em Início de Oração Reduzida.....	98
Tabela 14 – Próclise com Verbo no Gerúndio em Início de Oração Reduzida.....	99
Tabela 15 – Próclise em Oração Reduzida de Gerúndio .....	100
Tabela 16 – Êncrise ao Infinitivo Preposicionado .....	100
Tabela 17 – Próclise ao Infinitivo Preposicionado.....	100
Tabela 18 – Locução Verbal com Verbo Principal no Infinitivo ou Gerúndio .....	103
Tabela 19 – Locução Verbal com Verbo Principal no Particípio.....	104
Tabela 20 – Próclise nas Orações absolutas, Principais e Coordenadas Não Iniciadas por Palavra que Exija ou Aconselhe Tal Colocação .....	105
Tabela 21 – Êncrise nas Orações Absolutas, Principais e Coordenadas Não Iniciadas por Palavra que Exija ou Aconselhe Próclise .....	107
Tabela 22 – Tabulação dos Achados Considerando as Regras de Bechara (2018a) em Relação a Um Só Verbo .....	109
Tabela 23 – Síncrises Pronominais em Períodos sem Elementos Proclisadores .....	113
Tabela 24 – Locução Verbal com Verbo Principal no Infinitivo ou no Gerúndio .....	114

Tabela 25 – Locução Verbal com Verbo Principal no Particípio.....	116
---	-----

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
1	<b>OS ESTUDOS DA LINGUAGEM E SUAS POSSIBILIDADES HISTORIOGRÁFICAS</b> .....	17
1.1	<b>Perspectivas Historiográficas dos Estudos Linguísticos</b> .....	19
1.2	<b>Uma História Breve e Comentada dos Estudos da Linguagem</b> .....	22
1.2.1	<u>Panini e a Primeira Gramática</u> .....	22
1.2.2	<u>Os Estudos da Linguagem na Antiguidade Grega</u> .....	22
1.2.3	<u>Os Estudos da Linguagem no Império Romano</u> .....	24
1.2.4	<u>Os Estudos da Linguagem na Idade Média</u> .....	25
1.2.5	<u>Os Estudos da Linguagem na Idade Moderna</u> .....	27
1.2.6	<u>A Gramatização Luso-brasileira</u> .....	31
1.2.7	<u>As Gramáticas Brasileiras do Século XXI</u> .....	41
1.3	<b>À Guisa de Conclusão</b> .....	45
2	<b>A LÍNGUA E A LINGUAGEM NA LINGÜÍSTICA</b> .....	48
2.1	<b>Considerações sobre a Obra de Saussure</b> .....	48
2.2	<b>Linguagem e Língua – sistema, fala e mudança</b> .....	52
2.3	<b>A Variação</b> .....	58
2.4	<b>Fala e Escrita</b> .....	62
2.5	<b>Discurso e gêneros (textuais/discursivos) – a língua que se efetiva</b> .....	65
2.6	<b>O Gênero Artigo Acadêmico-científico</b> .....	69
2.7	<b>À Guisa de Conclusão</b> .....	71
3	<b>MATERIAIS E MÉTODOS</b> .....	75
3.1	<b>A Síncrise Pronominal na <i>Moderna Gramática Portuguesa</i></b> .....	76
3.2	<b>A Síncrise Pronominal na <i>Gramática do Português Revelada em Textos</i></b> .....	82
3.3	<b>A <i>Moderna Gramática Portuguesa</i> e A <i>Gramática do Português Revelada em Textos</i></b> .....	84
3.4	<b>O <i>Corpus</i> de Artigos Acadêmico-científicos</b> .....	86
3.4.1	<u>Em relação a um só verbo</u> .....	87
3.4.1.1	Regras 1 e 1-B.....	87
3.4.1.2	Regra 2 .....	88
3.4.1.2.1	Regra 2-A.....	96
3.4.1.3	Regras 3, 3-A e 3-B .....	94

3.4.1.4	Regra 4 .....	98
3.4.1.5	Regra 5 .....	98
3.4.1.6	Regra 6 .....	98
3.4.1.6.1	Regra 6-A .....	99
3.4.1.6.2	Regra 6-B .....	100
3.4.2	<u>Em relação a uma locução verbal</u> .....	102
3.4.2.1	Regra 7 .....	103
3.4.2.2	Regra 8 .....	104
3.4.3	<u>Casos não enunciados por Bechara (2018a) e Moura Neves (2018a)</u> .....	105
3.4.3.1	Orações não iniciadas por palavras que requeiram próclise .....	105
4	<b>DISCUSSÃO DOS RESULTADOS</b> .....	108
4.1	<b>Recapitulações Importantes</b> .....	108
4.2	<b>Os Achados</b> .....	108
4.3	<b>À Guisa de Conclusão</b> .....	116
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	118
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	120

## INTRODUÇÃO

*“Antes de mais nada, quem fala é Deus, que, ao criar o céu e a terra, diz ‘Faça-se a luz’. E logo a seguir desta palavra divina, ‘Fez-se a luz’ (Gênesis 1:3-4). A criação aconteceu por um ato de palavra, e somente nomeando as coisas que via, cria Deus sucessivamente, conferindo-lhes um estatuto ontológico: E Deus chamou a luz ‘dia’ e as trevas ‘noite’ [...] e declarou o firmamento ‘céu’.”*

*(Umberto Eco)*

A citação a Umberto Eco, na epígrafe, alude à criação do mundo na tradição cristã. Segundo ela, a criação divina se fez a partir de uma ordem, em meio às trevas, manifestada em **palavras** – “Faça-se a luz” –; Deus então, também com a palavra, chama a luz de dia, e as trevas de noite. Percebe-se daí a importância que a compreensão humana confere à linguagem – e conseqüentemente, à língua, como veremos. A ela, entre outros poderes, vinculam-se o poder de criar e o de representar, possibilitando, entre outras coisas, que se transmitam quaisquer experiências. Tal importância tem sido demonstrada pelo interesse tão antigo que o homem sempre apresentou pelas reflexões acerca da linguagem; se desde tempos mais antigos tem-se desenvolvido o trabalho filosófico acerca da representação, mais tarde os estudos da linguagem voltaram-se para a descrição de como se estruturam as línguas, seja com o objetivo de descrevê-las, seja com o objetivo de lhes prescrever regras de bom uso, tendo essas duas vertentes – Linguística e Gramática Tradicional – compartilhado fundamentos e objetos de estudo.

E é nesse entrecruzamento de fundamentos e objetos de estudo que se insere esta pesquisa, no mesmo lugar em que se encontra o trabalho de um produtor ou revisor de textos. Se de um lado, existe a gramática tradicional a municiar-nos com prescrições que, com alguma frequência, apresentam mais de uma possibilidade, o que leva à reflexão sobre qual seria a mais usual, ou mesmo a mais adequada, do outro lado está a Linguística, a oferecer-nos conceitos como transformação, mudança, gêneros discursivos. Temos aqui por objetivo a descrição da colocação dos pronomes oblíquos átonos – ou sínclise pronominal –, tema que há aproximadamente um século tem sido objeto de interesse da tradição gramatical da língua portuguesa, mas que também, em nosso ver, deve, ser estudada à luz da Linguística, uma vez

que mobiliza conceitos de transformação, mudança e gêneros discursivos, pois os textos estudados circulam na sociedade e estão obrigatoriamente inseridos em um gênero discursivo. Para além da descrição, será realizado o contraste entre o uso praticado no *corpus* de análise – artigos acadêmico-científicos –, com vistas a identificar possíveis diferenças na sínclise pronominal em relação às obras de referência consultadas – a *Moderna Gramática Portuguesa* (39ª edição, 2018), de Evanildo Bechara, e a *Gramática do Português Revelada em Textos* (1ª edição, 2018), de Maria Helena de Moura Neves, subscrevendo os postulados de Saussure e Coseriu, a serem apresentados no Capítulo 2, segundo os quais a língua é um produto inacabado.

Assim, para que se compreenda o surgimento e a disseminação da Gramática Tradicional, da maneira como é conhecida, bem como os motivos de sua tamanha influência, no primeiro capítulo será apresentada uma historiografia dos estudos da linguagem, enfatizando-se aquela à que Vieira (2018) chama “perspectiva da ramificação e das mútuas influências entre os campos teórico e doutrinário”. De acordo com essa perspectiva, em vez de serem opostos, o campo teórico – Linguística – e o campo doutrinário – a Gramática Tradicional –, na realidade compartilham objetos de estudo, terminologias, tendo um colaborado com outro no que se refere à produção de conhecimentos. Para demonstrar essa perspectiva, buscamos a origem dos estudos gramaticais conforme a tradição e procuramos seguir uma linha do tempo com algumas das principais obras produzidas segundo esta vertente de estudos, com maior destaque à gramaticografia luso-brasileira.

O segundo capítulo será dedicado à concepção da língua pela Linguística. A Gramática Tradicional pode parecer apresentar a língua como estática e homogênea, um produto acabado. Com Saussure e seus comentadores, além de Coseriu, buscaremos apresentar a diversidade e a mudança como algo previsto na própria natureza da língua, de modo que, sem essas propriedades, a língua não estaria apta a continuar cumprindo seu papel na sociedade. Veremos ainda que, para Coseriu (1981 [2001], p. 55), “falar é produzir textos” e que cada texto está obrigatoriamente vinculado a um gênero discursivo, os quais são definidos, em Marcuschi (2003), com as seguintes palavras:

Todas as atividades humanas estão relacionadas ao uso da língua, que se efetiva através de enunciados (orais e escritos) “concretos e únicos, que emanam dos integrantes de uma ou de outra esfera da atividade humana (Bakhtin, 1979: 279). E com essa posição teórica chegamos à união do gênero ao seu envolvimento social. Não se pode tratar o gênero do discurso independente da sua realidade social e de sua relação com as atividades humanas (MARCUSCHI, 2003, p. 155).

Ou seja, a língua se efetiva através dos gêneros discursivos, que guardam relação íntima com a sua realidade social e com as atividades humanas, e que também apresentam



uma forma, uma “corporificação particular”, embora não sejam “modelos estanques” ou “estruturas rígidas”, como atesta Marcuschi (2003), baseado em Bronckart (2011) e Devitt (1997):

Desde que não concebamos os gêneros como modelos estanques, nem como estruturas rígidas, mas como formas culturais e cognitivas de ação social corporificadas de modo particular na linguagem, temos de ver os gêneros como entidades dinâmicas. Mas é claro que os gêneros têm uma identidade e eles são entidades poderosas que, na produção textual, nos condicionam a escolhas que não podem ser totalmente livres nem aleatórias, seja sob o ponto de vista do léxico, grau de formalidade ou natureza dos temas, como lembra Bronckart (2001). Os gêneros limitam nossa ação na escrita. Isto faz com que Amy J. Devitt (1997) identifique o gênero como nossa “linguagem estandar”, o que por um lado impõe restrições e padronizações, mas por outro lado é um convite a escolhas, estilos, criatividade e variação (MARCUSCHI, 2003, p. 156).

Além disso, todo gênero discursivo está submetido a um contrato de comunicação; conceito utilizado por Charaudeau (2010) para estabelecer o que se pode e o que não se pode realizar, em termos formais, em textos de determinado gênero discursivo. Entre as “cláusulas” deste contrato, está a variedade da língua a ser utilizada, de modo que importa aqui estabelecer o que é a variedade padrão que é utilizada em sociedade, no confronto com aquele padrão de língua dos livros de gramática, isto é, o padrão escolar. A sínclise pronominal sofre a incidência desses padrões, como apresentaremos.

O terceiro capítulo, materiais e métodos, apresentará as prescrições e descrições dos manuais de gramática escolhidos para esta pesquisa; são eles: *Moderna Gramática Portuguesa* (39ª edição, 2018), de Evanildo Bechara, e a *A Gramática do Português Revelada em Textos* (1ª edição, 2018), de Maria Helena de Moura Neves. A opção por essas obras se deu pelo fato de que, apesar de terem sido lançadas em data recente, apresentam fundamentos teórico-metodológicos diversos: enquanto a gramática de Bechara é mais aderente ao que Vieira (2016) chama de paradigma tradicional de gramatização, a obra de Moura Neves, seria uma das gramáticas brasileiras contemporâneas do português – GBCP –, isto é, uma obra com maior influência dos estudos mais recentes das ciências da linguagem. Em termos metodológicos, esta pesquisa valeu-se da pesquisa bibliográfica, a partir da leitura das obras da Linguística e da Gramática Tradicional, bem como os respectivos textos críticos; historiografia, uma vez que remonta cronologicamente os acontecimentos dos estudos da linguagem; e a análise de *corpus*, visto que busca dados em um *corpus* composto de artigos acadêmico-científicos, escolhido aleatoriamente, por apresentarem características que vão ao encontro dos objetivos da pesquisa.

No quarto capítulo, trataremos a discussão dos resultados encontrados no *corpus* de artigos acadêmico-científicos. O *corpus* é composto de mais de 360 ocorrências de colocação

de pronomes oblíquos átonos, a serem analisadas consoante as prescrições das obras gramaticais em questão – Bechara (2018a) e Moura Neves (2018a). Complementarmente, recorrer-se-á a outras obras, como Cunha e Cintra (2001) e Azeredo (2018a), de modo a comentarem-se eventuais usos sobre os quais as obras de referência de Bechara e Moura Neves tenham se mantido silentes.

Apresentaremos, para concluir a dissertação, as nossas considerações finais, observando-se o nosso objetivo de fornecer subsídios teóricos e práticos para a produção e revisão de textos na variedade padrão da língua. Teóricos, no sentido de favorecer reflexões sobre o texto enquanto exemplar de um gênero discursivo, integrante de um domínio discursivo, e submetido a um contrato de comunicação, bem como reflexões acerca dos materiais de gramática normativa e descritiva, sobretudo a respeito da real usabilidade de seus expostos, a considerar-se o texto em seu gênero discursivo e seu contrato de comunicação; e práticos, no sentido de apresentar, em dados recentes, do ano de 2019, como se tem realizado a sínclise pronominal em um gênero discursivo considerado como um dos domínios da variedade padrão da língua portuguesa.

## 1 OS ESTUDOS DA LINGUAGEM E SUAS POSSIBILIDADES HISTORIOGRÁFICAS

A colocação dos pronomes oblíquos átonos está intimamente ligada à mudança e à variação da língua. Se tomarmos a língua portuguesa diacronicamente, ao lermos um texto do século XIX e outro dos anos de 2020, dada a mudança da língua, perceberemos diferenças na colocação dos pronomes oblíquos átonos. Também, em determinado enunciado, podemos ter determinada colocação pronominal se ele estiver sendo escrito, e outra, se ele estiver sendo falado, ainda que no mesmo momento histórico, realizando-se um recorte sincrônico da língua. Dependendo de quem esteja falando ou escrevendo, e a quem se esteja dirigindo, considerando-se classe social, gênero, idade, escolaridade, naturalidade do enunciador e do enunciatário, entre outros fatores, também poderemos ter diferenças<sup>1</sup>. Vejamos a tirinha abaixo.

Figura 1 – #Pronome



Fonte: Disponível em: <https://tiroletas.wordpress.com/2014/08/11/pronome/>. Acesso em: 27 dez. 2020.

Se considerarmos as regras de colocação do pronome oblíquo átono tais quais prescritas por Bechara (2018a, p. 618), temos que “Não se inicia período por pronome átono”; contudo, em conversas menos formais já está consagrado, há muito tempo, o uso da próclise iniciando período, de modo que, em situações comunicativas distensionadas, os períodos “Abrace-me!” e “Beije-me” causariam estranhamento no interlocutor, dado que a ênclise é uma marca de formalidade, dizendo respeito a uma modalidade de língua “muito conservadora” (cf. PERINI, 2007, p. 230). Contudo, na tentativa de ostentar um registro formal, considerado por alguns “mais correto”, o personagem, ao dizer “Nunca deixe-me”, utiliza a ênclise, mas de maneira equivocada em relação à gramática normativa, uma vez que

<sup>1</sup>Castilho (2010) reconhece 5 tipos de variações: variação geográfica, variação sociocultural, variação individual (que abrange registro formal *versus* informal, idade e sexo), variação de canal (falado *versus* escrito) e variação temática (escrito *versus* falado).

não se pospõe pronome átono modificado diretamente por advérbio (isto é, sem pausa entre os dois, indicada ou não por vírgula) ou precedido de palavra negativa (BECHARA, 2018a, p. 619). Ressalte-se ainda que a personagem enunciatória da tirinha repele a colocação pronominal realizada pelo personagem enunciador, uma vez que ela está em desacordo com a língua falada correntemente em situação comunicativa da mesma natureza. Temos, portanto, um assunto que usualmente evoca a querela entre linguistas e gramáticos<sup>2</sup>, em que os partidários dos linguistas atribuem aos gramáticos certo conservadorismo purista, enquanto os simpatizantes dos gramáticos tacham os linguistas de permissivos, detratores da língua<sup>3</sup>.

<sup>2</sup>Subscrevemos aqui ao exposto por Edward Lopes, em sua obra *Fundamentos da Linguística Contemporânea*: “[...] o linguista se encontra com fatos linguísticos, que deve **descrever** e, **explicar**, mas que **não deve ‘corrigir’**: **a Linguística não é prescritiva nem normativa, ela é uma ciência descritiva e explicativa**. E contrariamente ao que ocorre com a Gramática, ela não visa a uma única língua, mas se interessa por todas as línguas, vivas ou ‘mortas’, não importando que o número de seus falantes se conte por milhões ou por dezenas, nem o grau de desenvolvimento econômico porventura alcançado pelas sociedades que a falam” (LOPES, 2001, pp. 28-29, grifos nossos). Convimos também com o mesmo autor em: “Parece-nos sensato observar que não cabe ao linguista ser contra a normatividade ou a favor dela: o que lhe compete é insistir no fato de que a problemática da gramaticalidade (não confundir com o problema da correção ou do purismo da linguagem) é matéria legitimamente linguística, porque: (a) as línguas são produtos de convenções e dos valores sociais, de onde derivam as regras que tornam compreensíveis as intercomunicações dos indivíduos que asseguram a sobrevivência a coesão das sociedades; (b) qualquer utilização da língua por um falante tem de ser por ele planejada para que sua mensagem atinja determinados objetivos, com exclusão de outros. [...] **O problema da gramaticalidade não pode ser confundido, todavia, com o problema diferente do *buon usage***. A norma culta de uma língua é, do ponto de vista histórico-geográfico, apenas o falar próprio de uma região, e do ponto de vista social, é apenas o falar de um grupo (o dos escritores, políticos, etc.), que ‘tendo adquirido certo prestígio’, tornaram-se ‘o instrumento da administração, da educação e da literatura’ (Lyons, 1971.26)” (LOPES, 2001, pp. 27-28, grifos nossos).

<sup>3</sup>Exemplo desse cisma entre gramáticos e linguistas foi a polêmica em torno do livro didático *Por uma Vida Melhor*, de autoria da professora Heloísa Campos e mais dois educadores, e distribuído pelo Ministério da Educação. A obra, em sua página 16, traz a seguinte passagem: “Você pode estar se perguntando: ‘Mas eu posso falar *os livros*’? Claro que pode. Mas fique atento porque dependendo da situação você corre o risco de ser vítima de preconceito linguístico. Muita gente diz o que deve e o que não se deve falar e escrever, tomando as regras estabelecidas para a norma culta como padrão de correção de todas as formas linguísticas. O falante, portanto, tem de ser capaz de usar a variante adequada de língua para cada ocasião”. O assunto, entre escritores e políticos, dividiu e ainda divide opiniões. Para Nélide Piñon, “O livro confirma a tese de que sempre esteve em curso no Brasil o projeto de manter uma legião de brasileiros como cidadãos de segunda classe”. Fernando Moraes declarou: “Acho isso uma barbaridade. O MEC deveria tirar esse livro de circulação e responsabilizar quem o autorizou. Isso custou muito dinheiro aos cofres públicos. É um desastre e é exatamente o oposto do que é pregado por qualquer pessoa minimamente civilizada. No meio dessa luta insana para transformar a educação na preocupação número 1 do País, vem esse povo afirmar que pode falar errado. É inadmissível”. O ex-senador e ex-Ministro da Educação Cristóvam Buarque argumenta que a obra poderia “terminar levando algumas pessoas a não fazer o esforço em falar o português correto e cria esse *apartheid* linguístico. Numa sociedade como a brasileira, acabamos criando o português do rico e do pobre.”; como se já não fosse assim em todas as línguas... Contudo, há vozes dissonantes, ainda que não totalmente, dessas aqui reproduzidas. Para a escritora Ana Maria Machado, “lendo o capítulo todo, dá para ver que não estão ensinando a falar errado, apenas registram diferenças no falar. A frase deixa de ser uma lição de professor, passa a ser a constatação de um linguista. Não é um absurdo. É só infeliz na formulação e inoportuna. Afinal, se um aluno assim procura a escola, deve desejar aprender para melhorar socialmente. [...]”. A divergir um tanto mais de Piñon, Moraes e Buarque, está o escritor Cristóvão Tezza, para quem “criou-se a ideia absurda de que o livro está ensinando o que é errado. O que você está dando para o aluno é a informação sobre a formação das línguas. Fizeram um carnaval assustador do que era simplesmente uma frase dentro do quadro da linguagem. Não é função da escola controlar o que o aluno fala e sim dar a ele o domínio da língua escrita. À medida que ele vai consolidando a maneira como escreve, também vai mudando a estrutura da fala”. Disponível em: <[http://istoe.com.br/138200\\_O+ASSASSINATO+DA+LINGUA+PORTUGUESA/](http://istoe.com.br/138200_O+ASSASSINATO+DA+LINGUA+PORTUGUESA/)>. Acesso em: 20 abr. 2021.

Nesta pesquisa, contudo, acreditamos que linguística e gramática, em vez de serem antagonistas, antes se interligam, sendo os primeiros estudos da linguagem tributários da Gramática Tradicional e da Linguística Moderna. Dessarte, como o *corpus* desta pesquisa é composto tanto das prescrições gramaticais como dos artigos acadêmico-científicos em que se buscou descrever a sínclise pronominal, propomos, neste capítulo, uma revisitação aos primórdios dos estudos da linguagem no Ocidente, de modo a recuperarmos seus elos com os primeiros estudos gramaticais, e buscarmos as interfaces com os estudos contemporâneos da linguagem, sejam eles atinentes à linguística ou de gramática prescritivo-normativa. Assim, assumimos a perspectiva historiográfica proposta pelo professor Francisco Eduardo Vieira, Vieira (2018), como a exporemos na próxima seção.

### 1.1 Perspectivas Historiográficas dos Estudos Linguísticos

Vieira (2018), ao abordar as historiografias dos estudos linguísticos, aponta dois caminhos. Uma delas é a “perspectiva do desdobramento linear” (VIEIRA, 2018, p. 18); de acordo com o autor,

Esse modo de historiografar os estudos linguísticos costuma considerar que o fio contínuo do pensamento ocidental sobre a linguagem teria se rompido somente no Renascimento, entre o final do século XIV e o início do século XVI, marco inaugural da Idade Moderna e da revolução em todos os campos da atividade intelectual humana. Desse ponto de vista, teria sido aí que “os fios da história se tornaram mais numerosos e emaranhados”, no dizer de Robins (1979: 75).

Complementarmente, Santiago-Almeida (2003), ancorado nos estudos de Coseriu (1980), postula que até a Idade Média, prevaleceu o foco nos estudos relativos à teorização sobre a linguagem em essência e à descrição das línguas, o que seria “o caráter interno da linguagem” (VIEIRA, 2018, p. 17). A partir do Renascimento, despertou-se o interesse pela história e pela comparação linguística, desvelando o “caráter externo e social da linguagem” (VIEIRA, 2018, p. 18).

De outro modo, a “perspectiva dos campos opostos” (VIEIRA, 2018, p. 21) critica a “perspectiva do desdobramento linear”, considerando que ela “conduz a uma análise de trechos selecionados justamente em função de uma equivalência imediata entre conceitos elaborados em momentos distintos, muitas vezes desprezando a complexidade e a heterogeneidade dos textos-fonte” (DEZOTTI, 2011 *apud* VIEIRA, 2018, p. 19). Diferentemente da “perspectiva do desdobramento linear”, a “perspectiva dos campos

opostos” postula que os estudos linguísticos pertencem a duas tendências distintas, de acordo com a natureza do trabalho intelectual desempenhado, e no dizer de Franchi (1991 *apud* VIEIRA, 2018, p. 20),

incompatíveis: de um lado, a dos que refletiam sobre a linguagem para construir um sistema nocional capaz de descrevê-la; do outro, a dos que se preocupavam em estabelecer condições de “bom uso” da linguagem e que deu origem às gramáticas prescritivas”. Ambas as tendências teriam nascido na Grécia antiga: a primeira, no contexto da filosofia clássica; a segunda no bojo da filologia alexandrina.

Bagno (2009 *apud* VIEIRA, 2018, p. 20) também reconhece as mesmas tendências isoladas por Franchi (1991), atribuindo à primeira a denominação “campo teórico” e à segunda, “campo doutrinário”. O primeiro

seria formado pelas escolas de pensamento filosófico e científico voltadas para a elaboração de princípios explicativos dos fenômenos linguísticos numa perspectiva crítica. Teria sua origem nos filósofos gregos (sofistas, Platão, Aristóteles e estoicos), aproximadamente seis séculos antes da era cristã, e sua continuidade nos gramáticos especulativos medievais, nos gramáticos filosóficos pós-renascentistas (especialmente os vinculados às escolas francesas de Port-Royal, a partir do século XVII), nos linguistas histórico-comparativos do século XIX e nos cientistas modernos dos séculos XX e XXI (não só linguistas, mas também psicólogos, sociólogos, antropólogos, biólogos etc.) (VIEIRA, 2018, p. 20).

O campo doutrinário, por seu turno,

teria surgido com os sábios alexandrinos no século III a.C., que se apropriaram das primeiras elaborações teóricas dos filósofos antigos na tentativa de descrição e prescrição do grego da literatura homérica, datado entre os séculos VI e V a.C. Nascia dessa prática a doutrina gramatical tradicional, um conjunto de princípios, regras e leis que, como tal, foram sendo transmitidos intactos de uma geração a outra e obedecidos de forma acrítica. [...] seria, portanto, o espaço das supostas verdades incontestáveis sobre a língua [...] (VIEIRA, 2018, p. 21).

Vieira (2018), contudo, não considera que a “perspectiva dos campos opostos” seja a melhor maneira de representar a história dos estudos linguístico-gramaticais no Ocidente. O autor apresenta a “perspectiva da ramificação e das mútuas influências entre os campos teórico e doutrinário”, uma vez que

esses campos distintos de estudos da linguagem apresentam frequentes sobreposições e interfaces, que vão desde sua gênese na Antiguidade grega até o momento em que vivemos hoje – o que inclui o fato de alguns linguistas brasileiros, recentemente, terem produzido gramática sob uma perspectiva não doutrinária, tais quais Moura Neves (2000), Azeredo (2008), Ferrarezi Júnior & Teles (2008), Perini (2010, 2016), Castilho (2010), Bagno (2012) e Vitral (2017) (VIEIRA, 2018, p. 22-23).

Um exemplo da interface entre tais campos teóricos diz respeito ao próprio surgimento da Gramática Tradicional. O autor advoga em favor da tese de que a Gramática Tradicional só surge motivada pelos acontecimentos do período helenístico, em que houve o que ele chama de “desmoronamento dos padrões do grego clássico”, porque anteriormente já havia as reflexões dos filósofos acerca de linguagem, língua e gramática, sendo a segunda uma

“ramificação” da primeira (VIEIRA, 2018, p. 23). Segundo ele, os filósofos gregos da Antiguidade

puseram as bases reflexivas que deram as diretrizes para as gramáticas alexandrinas [...]. [...] os gramáticos alexandrinos são sucessores dos filósofos gregos; porém, motivados por finalidades práticas, operaram um desvio duradouro na vertente filosófica de reflexão sobre a linguagem. É controverso, afirmar, portanto, que eles inauguram uma nova linha de pensamento sobre a linguagem (VIEIRA, 2018, p. 24).

Atestam também a continuidade entre pensamento filosófico e trabalho filológico-gramatical o interesse do segundo por reflexões sobre etimologia e morfologia, o que embasou a gramática prescritivo-normativa, além da elaboração da terminologia gramatical que em grande parte ainda se conserva hoje em dia ao fazer-se metalinguagem tanto na Linguística como na Gramática Tradicional.

Sobre a postura prescritivo-normativa da Gramática Tradicional, o autor relaciona-a às controvérsias gregas. Vejamos:

Com relação à controvérsia natureza *versus* convenção, resumida na questão “as palavras e os seus significados estão fundados em alguma afinidade natural ou são resultados de mera convenção?”, citando Moura Neves (1987), o autor esclarece que “Formas e construções linguísticas acabaram sendo avaliadas positivamente ou condenadas ao desprezo pelos alexandrinos, a depender da verificação e reconstrução de seus pares etimológicos” (VIEIRA, 2018, p. 25-26).

Por outro lado, referente à controvérsia analogia *versus* anomalia, resumida na questão “a língua grega seria constituída por regularidades (analogias) ou irregularidades (anomalias) de forma e sentido?”, o autor argumenta que “Durante a história da produção de obras gramaticais doutrinárias, os argumentos analógicos acabaram sendo usados para determinar a escolha da forma correta e reformular os frequentes paradigmas irregulares do grego e, posteriormente, do latim” (VIEIRA, 2018, p. 26) e exemplifica tal procedimento como ocorre na *Moderna Gramática Portuguesa* (BECHARA, 2018a), em que se prescreve que certos verbos devem ser conjugados por analogia, de acordo com o verbo de que derivam (*rever* conjuga-se como *ver*, por exemplo).

## 1.2 Uma História Breve e Comentada dos Estudos da Linguagem

### 1.2.1 Panini e a Primeira Gramática

A primeira gramática de que se tem notícia vem do Oriente, dois milênios antes da Era Cristã, quando Panini, motivado pelo sentimento de que o sânscrito, considerada a língua dos deuses védicos, estava se modificando, ou “se corrompendo”, daí o empenho do gramático indiano em descrever e registrar o chamado sânscrito védico, como forma de preservar fundamentos religiosos, cujos rituais poderiam se tornar invalidados em virtude de eventuais pronúncias “equivocadas”. Vê-se, desse relato histórico, que a Gramática nasce, ainda que no Oriente, já com um sentimento de conservação e preservação da língua em determinado estado; neste caso, com finalidade religiosa. Mas não foi apenas isso; conforme enfatiza Vieira (2018, p. 16),

Merece destaque a notável descrição articulatória dos sons do sânscrito, que, a partir do século XVIII, época dos primeiros contatos dos europeus com a tradição gramatical hindu no contexto da gramática histórico-comparativa, impulsionou a noção moderna de fonema.

Temos daí um exemplo de como a Gramática Tradicional também colaborou com a Linguística Moderna.

### 1.2.2 Os Estudos da Linguagem na Antiguidade Grega

Na Antiguidade grega, os estudos da linguagem tinham notória importância, uma vez que o exercício da política requereu uma educação nas *artes do discurso*: retórica, lógica e gramática, estudadas no âmbito da Filosofia. Assim, filósofos como Platão, Sócrates, Aristóteles, e os estoicos, a exemplo de Zenão de Cítio, dedicaram-se a refletir e debater sobre questões atinentes à língua, como veremos (CORRÊA, 2010, p. 116). São também desse período os gramáticos alexandrinos, que nos legaram a primeira gramática do Ocidente.

No *Crátilo*, Platão levantou uma questão que foi debatida até à linguística contemporânea: a arbitrariedade do signo, de onde vem a controvérsia natureza *versus* convenção, já abordada nesta pesquisa. Adicionalmente, nessa obra, temos os primórdios das análises fonêmico-morfológicas – decomposição das palavras em sílabas e letras (que seriam ali os fonemas) – e análises etimológicas (CORRÊA, 2010, p. 116-7).

Como vimos, como desdobramento da controvérsia natureza *versus* convenção, os gregos também discutiam sobre regularidade *versus* irregularidade da língua, de onde temos de um lado os analogistas/convencionalistas, e, do outro, os anomalistas/naturalistas, respectivamente. Entre os convencionalistas, estava Aristóteles (384-322 a.C), contemporâneo



ao período helenístico, que, para além dessas discussões, estabeleceu a primeira divisão das partes do discurso (substantivos, verbos e partículas) a partir da divisão dos enunciados entre sujeito e predicado, realizada por Platão (CORRÊA, 2010, p. 117).

Alguns anos após a morte de Aristóteles (384-322 a.C), Zenão de Cítio fundou a escola filosófica estoica, por volta do ano 300 a.C. Contrariamente a Aristóteles, os estoicos eram anomalistas, concebendo a língua, portanto, como dominada por irregularidades. Enquanto os analogistas buscavam estabelecer paradigmas das classes gramaticais, por exemplo, os anomalistas buscavam-lhes as discontinuidades. Além disso, atribui-se aos estoicos o aprimoramento das divisões das partes do discurso; enquanto a divisão proposta por Platão e Aristóteles baseava-se em critérios fonêmico-morfológicos, como já exposto, a divisão proposta pelos estoicos tinha base semântico-funcional. Assim, as partes do discurso eram: *rhema* (verbo), *syndesmos* (artigo e pronome), *arthra* (preposição e conjunção), *mesótes* (advérbio), *prosegoria* (nomes comuns) e *ónoma* (nomes próprios) (CORRÊA, 2010, p. 117-118).

Ao mencionarmos Aristóteles, aludimos ao período helenístico, que agora será mais detalhado, em seu contexto sócio-histórico-cultural. Compreendido entre a morte de Alexandre, o Grande (323 a.C.) e a tomada das ilhas gregas por Roma (146 a.C.), foi o período em que o império alexandrino se estendeu “desde a Sicília até as fronteiras da Índia, desde o Egito até as margens setentrionais do mar Negro” (MEILLET *apud* CASEVITZ; CHARPIN, 2011, p. 31). Façamos aqui um breve parêntese para mostrar o panorama linguístico da Grécia neste período, tal como o descreve Meillet (*apud* CASEVITZ; CHARPIN, 2011, p. 77):

cada região, cada cidade tem seu falar próprio, e é este falar local que, quase por toda parte, é escrito nos atos oficiais ou privados; cada gênero literário tem sua língua particular, e quase cada autor trata esta língua de uma maneira especial. Essas formas diversas que o grego exhibe desde o início da época histórica se agrupam num pequeno número de famílias que são chamadas de dialetos.

Depreende-se do excerto a diversidade de línguas e variedades nos domínios alexandrinos, sobre a qual também discorre Vieira (2018, p. 45):

Com a extensão do uso do grego no âmbito comercial e como veículo cultural e de expansão do império, os dialetos acabaram desaparecendo em prol de uma língua comum grega, formada sobre ático, mas também com características jônicas e dóricas. Essa “língua franca” e o aparato cultural que a envolvia se espalharam por todo o extenso domínio alexandrino, por meio de sucessivas guerras de conquistas e colonizações. De acordo com Pinto (2008), tal língua, considerada uma língua popular/comum (koiné) diferia em muitos aspectos da língua grega encontrada nos textos escritos entre os séculos VI e IV a.C. e nos textos dos grandes poetas de séculos anteriores como Homero e Hesíodo.

Em face, então, de uma suposta “degeneração” do grego clássico, a língua homérica, a qual não se assemelhava com nenhuma língua verdadeiramente falada naqueles domínios, os gramáticos alexandrinos, entre os quais se menciona Dionísio Trácio, resolveram, “na tentativa de preservar a língua ‘correta’ de Homero dos ‘barbarismos’ que pairavam nos domínios macedônios” (VIEIRA, 2018, p. 47), gramatizar a língua dos poemas homéricos. Assim, como nas palavras de Casevitz e Charpin (2011, p. 31),

a norma na gramática grega, nascida do sentimento da unidade da língua apesar da diversidade e de uma certa consciência de regularidade, se desenvolveu num esforço pedagógico por fixar a língua num certo estado de pureza e por permitir o estudo dos escritores da “época áurea”.

Além do caráter prescritivo e normativo da gramatização do grego homérico, encontramos outras características relevantes, porque norteadoras, da chamada Gramática Tradicional, que são a distorção entre a fala e a escrita, com a escrita sendo apresentada como o ideal a ser seguido mesmo na fala; a mudança linguística como degeneração de uma língua pura; e o estabelecimento da frase como a unidade máxima da descrição gramatical (VIEIRA, 2018).

### 1.2.3 Os Estudos da Linguagem no Império Romano

Com a fragmentação do Império Macedônico e o fim do período helenístico, Roma passa a ser o império mais influente no mundo ocidental. Contudo, a relação entre o antigo império e Roma tiveram uma relação bem particular, tendo o fragmentado império deixado grande legado cultural a ser levado à frente pelos romanos. Segundo relata Vieira (2018, p. 66),

Muitos escravos gregos, tendo feito parte da sociedade de cultura letrada quando homens livres, ajudaram na disseminação da cultura grega em todos os campos da civilização latina, da poesia à geometria, da medicina às artes plásticas. A propagação dos estudos gramaticais do grego no mundo antigo fora, inclusive, facilitada pelas estruturas similares dessa língua com o latim.

No que se refere à gramática, Perini afirma que:

ao incorporarem a Grécia aos seus domínios, os romanos adotaram o modelo descritivo da gramática alexandrina e sua concepção normativa, trabalhando na fixação e cultivo de um latim modelar, que tinha como referência a escrita dos literatos consagrados, como também fizeram os gregos a partir da literatura homérica (PERINI *apud* VIEIRA, 2018, p. 67).

Assim, gramáticos como Varrão, Donato e Prisciano gramatizaram a língua de escritores como Cícero, Virgílio, Horácio, Tito Lívio, Ovídio, Petrônio, entre outros,

descrevendo o latim clássico, apesar da existência do latim falado pela maior parte da população, que não correspondia à variante usada pelos literatos, a qual era omitida pela maior parte dos estudiosos à época.

Prisciano, célebre gramático latino, escreveu os *Fundamentos de Gramática* que, conforme menciona Corrêa (2010, p. 119), “eram quase uma tradução [...] para o latim da obra de Dionísio da Trácia, somados aos estudos sintáticos de Apolônio Díscolo”. Ainda segundo a autora, “a falta de originalidade de Prisciano foi traço comum a todos os outros gramáticos latinos, à exceção de Varrão” (CORRÊA, 2010, p. 120), o qual prestou algumas inovações à gramática, como

sua desautorização da velha disputa anomalia-analogia, acreditando que ambos esses fenômenos tinham lugar dentro da língua, pois decorrem do uso. [...] sua classificação morfológica diferenciada da grega, em especial quanto aos tempos verbais – que, contudo, acabou por ser ignorada posteriormente – e sua tradução (errônea) do caso *aitiatike* por “acusativo”, a qual até hoje é adotada (CORREA, 2010, p. 119).

#### 1.2.4 Os Estudos da Linguagem na Idade Média

Com a queda do Império Romano, em 476 d. C., o latim vulgar se difundiu pela Europa, graças à *versio vulgata* da Bíblia, tornando-se a “língua internacional que unia todos os cristãos letrados” (WEEDWOOD, 2008, p. 60 *apud* CORRÊA, 2010, p. 121). Ao estabelecer um panorama sobre os estudos da linguagem na Idade Média, escreve Silva (2019, p. 21):

constata-se que, no período medieval, duas vertentes existem nos estudos sobre a linguagem: [1] o prosseguimento do estudo da língua latina, que foi a “língua de cultura” de toda a Europa medieval, seguindo a gramática greco-latina e [2] o início da observação e estudo das línguas submetidas, as línguas nativas das populações dominadas por Roma primeiro, e depois pelo avanço do catolicismo romano, que tinha como “língua instrumental” também o latim.

Na primeira vertente, encontramos a gramática especulativa, “resultado da integração da descrição gramatical de Donato e Prisciano com o sistema filosófico escolástico – o qual, por sua vez, era a integração da filosofia aristotélica à teologia católica, conforme pensada por São Tomás de Aquino e outros” (ROBINS, 2004, p. 58-59 *apud* CORRÊA, 2010, p. 121). Silva (1989) aponta que a palavra *especulação* (da qual deriva *especuladores*), tem origem em *speculum* (espelho), e baseia-se na ideia que vem desde Platão de que a língua é a intermediadora entre pensamento e realidade. A esses especuladores interessam os escritos

sobre significação, a relação semântica entre as designações e os objetos designados – os *modi significandi* –, de onde vem a palavra *modistas*, designadora dos gramáticos e filósofos medievais que tiveram a linguagem como objeto de estudo.

Silva (2019) destaca, porém, a obra *Doctrinale Puerorum* (séc. XIII), de Alexandre Villedieu. Define Silva (2019, p. 22):

Esta é uma gramática do latim já voltada para aqueles que não tinham mais, sem dúvida, o latim nem como língua de berço, nem como língua de comunicação generalizada, mas como a língua da escola, no caso mais comum, as escolas dos mosteiros e das sés medievais. Sem inovar nos princípios básicos nem na sua constituição interna, certamente, já se direciona a um público que tem como referência outras línguas de berço, os “vulgares”, ou seja, as línguas românicas já constituídas e já nos seus inícios de codificação escrita.

Complementarmente, Mattoso Câmara Júnior menciona que essa obra

foi escrita em hexâmetros latinos por se pensar, na época, que a versificação era muito útil aos propósitos pedagógicos. [...] É um manual puramente pedagógico, baseado antes no latim medieval do que no latim clássico, embora seguindo, em suas linhas gerais, a gramática de Prisciano (CÂMARA JR., 1975, p. 22 *apud* CORRÊA, 2010, p. 121).

Temos então o que Corrêa (2010) chama de embate entre o latim clássico e o latim vulgar, pois tendo sido a *Vulgata* escrita neste, muitos estudiosos preferiram-no, ao trocaram em traduções e adaptações, por exemplo, citações a obras clássicas por passagens ou referências bíblicas, o que ilustra a fala de um abade francês do século IX ao defender que a autoridade das Escrituras fosse maior que a dos textos da literatura clássica.

Como representante da segunda vertente, já na Idade Média temos os germes da observação das línguas que envolviam o mundo românico, como as línguas celtas, germânicas, eslavas, entre outras. Essas observações abririam o caminho para a observação de realidades linguísticas para além do grego e do latim, e gerariam, mais tarde, a invenção de alfabetos para tradução de Escrituras Sagradas cristãs, e mesmo gramáticas de línguas não latinas, como islandês (século VII), anglo-saxão e basco (século X) e irlandês (século XII). Contudo, as primeiras gramáticas do francês só viriam nos séculos XIV e XIV, feitas por viajantes ingleses, e essa nova vertente se instalaria de fato no Renascimento, pelo final do século XV.

### 1.2.5 Os Estudos da Linguagem na Idade Moderna

Na Idade Moderna, a vida social, política e cultural na Europa presenciaria mudanças importantes, como a invenção da imprensa, o crescimento do público letrado, o desenvolvimento das atividades comerciais e a Reforma Protestante, além da formação dos Estados Nacionais. Todos esses fatores foram importantes para a fixação e difusão das línguas nacionais. Aos Estados Absolutistas foi cara a ideia de uma identidade, manifestada pela língua de expressão nacional; as atividades comerciais naturalmente reclamaram, para seu desenvolvimento, uma língua de uso, que não fosse a latina; a emergência do protestantismo, com o ideal de disseminação direto e universal dos textos bíblicos, promoveu a tradução massiva daquelas escrituras para as línguas vulgares, e a imprensa, desenvolvida que era em tais idiomas, facilitou-lhes o registro e a disseminação massiva. Assim, a produção de gramáticas encontra um solo fértil, considerando-se adicionalmente, diante do contexto descrito, “o fato de a língua começar a ser trabalhada de modo generalizado como objeto de ensino” (SILVA, 2019, p. 24).

As línguas tradicionais, como grego, latim, e até o hebraico, contudo, continuaram servindo de modelo para a gramatização das novas línguas. Nas palavras de Padley (2011, p. 54)

[...] isso traz consequências profundas para o desenvolvimento das teorias gramaticais. Dado o prestígio e a utilização universal do latim, é inevitável que as primeiras gramáticas das línguas vivas sejam calcadas em modelos concebidos para a descrição daquela língua.

Para muitos dos gramáticos das línguas modernas, essas línguas permaneceram como símbolo de erudição e glórias. Nebrija, o autor da primeira gramática de língua vulgar, usa, em sua *Gramatica Castellana*, de 1492, bases em comum com a gramática latina de sua autoria. Entre elas, está a “imutabilidade do latim, que o recomenda Nebrija como modelo e lhe sugere que o castelhano pode bem ser ‘reduzível a regras’ por aqueles mesmos métodos já aprovados para a estabilização do latim” (PADLEY, 2011, p. 55-6). Geoffroy Tory, gramático do francês, em 1529, até tenta contrapor as ideias segundo as quais a “língua ‘vulgar’ é demasiado ‘pobre’ e instável, muito pouco guarnecida de regras, para rivalizar com o latim na qualidade de instrumento científico” (PADLEY, 2011, p. 57), argumentando que as línguas clássicas também o eram antes de serem estudadas e reduzidas a regras, ou seja, a gramatização seria o instrumento de melhoramento da língua vulgar, para que elas chegassem ao patamar de erudição do latim. Palsgrave, por sua vez, em 1530, baseando-se na gramática grega de Teodoro de Gaza (1496), teve por esforço submeter o francês a “regras certas e preceitos gramaticais como as outras três línguas polidas” (*apud* PADLEY, 2011, p. 57). Mesmo Meigret, que, em 1550, representa uma certa recusa ao modelo latino e empreende um

esforço para basear a gramática em seu uso, no sentido em que tem por objetivo “distinguir para o francês ao menos ‘as partes de que se compõem todas as línguas’ e ‘reduzi-las a algumas regras’”, utiliza os “quadros da gramática latina, repetindo as definições de Donato e Prisciano” (PADLEY, 2011, p. 58).

Importante gramático deste período, considerado o representante mais elaborado da gramática formalista do século XVI, o francês Petrus Ramus produziu duas gramáticas (*Dialectique*, 1556, e *Grammaire*, 1562), cuja metodologia introduziu princípios formais, e não semânticos ou lógicos, para definir as partes do discurso, por exemplo: “nome é uma palavra variável em número e gênero”, e não “nome designa seres, estados, lugares, qualidades e processos” (SILVA, 2019, p. 24). Sobre o objetivo da gramática, Padley (2011, p. 66) pontua que, para Ramus, “não é inculcar uma forma qualquer de falar, mas um uso puro e correto”, seguindo o que seria o lugar comum da época da gramática como “arte de bem falar” (PADLEY, 2011, p. 66). Contudo, o padrão de correção e bem falar de Ramus excluía a linguagem dos poetas<sup>4</sup>, derivando de três leis derivadas de Aristóteles:

A “lei da verdade” garante a verdade inteira e necessária das regras gramaticais, e acarreta a condenação desses gramáticos que inventam por conta própria seus exemplos sem colhê-los nas páginas de autores “convenientes”. A linguagem dos poetas é excluída, seguindo nisso a Quintiliano [...]. Dado o rigor dos critérios formais empregados por Ramus e o zelo que dedica a delimitar o campo de ação de cada “arte”, a tradicional *grammatica exegetica*, que tratava do uso poético e da retórica é uma “*pars nulla*”, sem valor algum. Só é válida para ele esta *grammatica methodica*, cujo fim é a descrição da estrutura linguística. A segunda lei, dita “da justiça”, assegura a homogeneidade interna das regras e a validade das suas relações recíprocas. [...]. A terceira lei, da “sabedoria, quer que as regras aplicáveis a várias categorias gramaticais sejam tratadas de uma vez por todas desde o início, a fim de evitar repetição (PADLEY, 2011, p. 66-67).

Silva (2019), ao sintetizar este período, argumenta:

Em síntese se pode dizer que a reflexão linguística do século XVI [...] liberta-se do âmbito das línguas clássicas, grego e latim, para ampliar seu campo de observação e análise empírica. Liberta-se das disciplinas afluentes, da lógica, principalmente, deixa de ser uma especulação para se tornar uma observação, privilegiando o uso linguístico, mas sem abandonar a relação pensamento-língua. E desenvolve definitivamente um dispositivo pedagógico que introduz na gramática uma ambivalência que é a de pretender trabalhar sobre a língua como objeto de estudo e como objeto de ensino, tentando ser, ao mesmo tempo, gramáticas descritivas e gramáticas normativas (SILVA, 2019, p. 25).

<sup>4</sup>“A natureza, o uso, a prática são as três pedras de toque do sistema de Ramus. À natureza cabe a primazia. A gramática deve se basear na pureza do falar natural, pois em todas as “artes” a verdade se alia com a natureza. Mas, no prefácio das *Scholae*, Ramus erige em princípio que o uso é que é juiz e mestre. Segundo Quintiliano, assim como as regras da vida repousam sobre o acordo das pessoas honestas (*consensus bonorum*), assim a arte de “bem falar” repousa no acordo dos sábios (*consensus eruditorum*). Sendo o latim uma língua erudita, é a seus melhores autores que se recorrerá como modelos e, antes de tudo, a essa “nobilíssima biblioteca” que é a gramática de Prisciano. Para as línguas vulgares, entretanto, é o uso daqueles que as falam que deve primar, mas sempre com a mesma estipulação: as regras devem ser conformes às “três leis” de Aristóteles” (PADLEY, 2011, p. 67).

Ainda na Idade Moderna, também encontramos as gramáticas gerais, ou filosóficas, que retomaram a concepção medieval da língua como representação do pensamento humano; assim, se o pensamento é lógico, racional, a língua também o seria. Para Foucault (2000), essas gramáticas surgem com o intuito de estabelecer “um espaço comum a todas as línguas” (FOUCAULT, 2000, p. 125), sendo “bastante próxima de uma lógica que se proporia a estudar não tanto as regras dos raciocínios válidos mas ‘as principais operações do espírito’, tal como elas agem em todo pensamento” (FOUCAULT, 2000, p. 126). Assim, temos Scaliger (1540) que, inspirado nos clássicos, propõe um estudo das causas das línguas latinas através da “utilização de um modelo da física aristotélica para construir uma gramática teórica” (AUROUX, 2001, p. 418 *apud* MARIANTE, 2018, p. 54). Aplicando o mesmo modelo ao toscano, temos o gramático italiano Buonmattei (1643), “partindo do pressuposto de que empregar uma língua está na natureza do homem e o modo desse emprego é que pode garanti-la e refiná-la contra a corrupção pelas massas iletradas e desleixadas” (MARIANTE, 2008, p. 57), de onde se depreende uma separação entre língua correta e língua rústica, corrompida.

Deste período também data a célebre *Grammaire Générale et Raisonnée*, ou gramática de Port-Royal. Mariante (2008), ao tratar do contexto que deu origem a esta gramática, aborda sua fundamentação religiosa e o seu contexto social, que a autora chama de “razões bem mais terrenas” (MARIANTE, 2008, p. 59), relativas à institucionalização da língua francesa. Para tanto, a autora cita Bassetto e Murachco (2001), segundo os quais o ensino na França era decadente, uma vez que, apesar de Henrique IV haver reformado a universidade, o ensino em geral e a sociedade não estavam no mesmo patamar, com um atraso de décadas. Os autores ainda apontam que os intelectuais só falavam latim e não sabiam francês, enquanto os “socialmente bem posicionados” não conheciam latim e só falavam francês e “não poucos” falavam latim e francês. Contudo, em que pese à época os preceptores de Port-Royal considerassem fundamental que se iniciassem os estudos de língua do francês e, a partir dele, fossem ensinadas as demais línguas, a *Grammaire Générale et Raisonnée* não pressupunha exatamente isso, mas antes o pensamento corrente no século XVII, segundo o qual, nas palavras de Foucault (2000, p. 125), “quanto mais uma gramática de uma língua for racional, mais se aproximará de uma gramática geral: quanto mais uma gramática for geral, mais valerá como gramática racional de uma língua qualquer”.

Ao contrário dos formalistas, cujas gramáticas eram “um inventário de termos ou de correspondências de formas de construções” (SILVA, 2019, p. 26), na gramática de Port-Royal “a proposição se torna o elemento de base da reflexão gramatical” (MARIANTE, 2008,

p. 64); isto porque, conforme já abordamos, as palavras e as expressões são correspondentes a ideias (uma vez que a linguagem espelha o mundo) que remetem a objetos. Assim sendo, juízos e raciocínios se expressam pelas proposições, consideradas as unidades mínimas do juízo e do raciocínio. Tais proposições são constituídas de sujeito – “aquilo de que se afirma algo” (LANCELOT; ARNAULD, 2001, p. 30) e atributo – “o que se afirma” (LANCELOT; ARNAULD, 2001, p. 30) e que mais tarde viria a se chamar predicado) – definições legadas à análise sintática até hoje realizada (MARIANTE, 2008).

Ademais, sem perder de vista o interesse desta pesquisa, destaca-se a concepção de bem falar para as gramáticas gerais; notemos que, nas gramáticas gerais, ocorre deslocamento no conceito de língua exemplar, ou de língua bem falada. Se a língua exemplar, em dado contexto histórico e social, fora a dos literatos, em outro, a dos sábios, nas gramáticas gerais,

[...] “a arte de bem falar” se define como o explicar bem o raciocínio, o bem pensar. Só fala bem quem raciocina bem, segundo as operações estabelecidas pela Lógica. Não é portanto o falar bem retórico, apenas persuasivo, mas o falar bem lógico, que também tem o poder de persuadir.

[...] o caráter prescritivo das gramáticas gerais se define não porque queriam impor normas de *beau langage*... são prescrições de ordem analítica, não estética”, segundo a interpretação de Michel Foucault (SILVA, 2019, p. 27).

Fundamental é, ainda, destacar que a gramatização empreendida pelos gramáticos desse período tinha um caráter unificante, alimentando a ideia da unidade linguística, tão cara à consolidação dos Estados Nacionais Absolutistas, considerando o passado feudal, em que havia grande diversidade de línguas. Outro fato relevante é a permanência, apesar de algumas obras, como a de Ramus e a própria gramática de Port-Royal, postularem diversamente, da variante literária da língua como modelo a ser seguido, o que se exemplifica na obra de Perotti (1464), que, em sua gramática latina, considerava que a gramática de uma língua não é apenas falar e escrever bem, mas sim uma arte que se aprende com os poetas e autores, como Cícero. Além disso, é nesse período que surgem autores que se tornaram clássicos em suas línguas e que serviriam de modelo na perpetuação desse ideal língua, correspondendo àquela usada nos clássicos da literatura. É a partir deste momento que se constroem as expressões “a língua de Shakespeare” (inglês), “a língua de Camões” (português), “a língua de Cervantes” (espanhol), “a língua de Dante” (italiano), etc.

### 1.2.6 A Gramatização Luso-brasileira



Vieira (2018) cita estudos linguísticos-paleográficos que atestam que a língua românica que posteriormente viria a ser chamada português já dispunha de registros escritos na segunda metade do século XII. A produção literária nesta língua apareceria mais tarde, por volta da metade do século XIII, no que seria a época áurea do trovadorismo galego-português e do início dos escritos portugueses em prosa, contemporaneamente ao momento em que o português passou a ser a língua da administração do reino de Portugal. A produção de gramáticas nesta e desta língua ainda demoraria mais dois séculos e meio para acontecer. Vieira (2018, p. 106-107), citando autores que se dedicaram a essa fase da gramaticografia portuguesa, como Buescu (1984), Leite (2007), Souza (2010), Carvalho (2011), aponta fatores incidentes nesse processo, a saber: a) o sentimento patriótico e de superioridade da língua portuguesa frente às demais; b) a importância da língua portuguesa como instrumento político, a serviço da implantação de uma cultura literalmente portuguesa; c) a criação das normas para uniformização da ortografia portuguesa; d) o estudo cada vez mais aprofundado do léxico, o que repercutia na produção de dicionários de língua portuguesa; e) a busca pela semelhança entre a gramática portuguesa e a latina, devido ao prestígio do latim como língua de expressão culta. Veem-se dois pontos fulcrais nesses fatores: uma necessidade de afirmação de Portugal enquanto nação através de uma língua de cultura superior e única, e o balizamento ainda feito a partir do latim. Importante considerar também o terreno fértil para a gramatização propiciado pelas conquistas portuguesas ultramarinas, o que levou à demanda por produção de gramáticas, já que o império português tentava levar sua língua além-mar.

Assim, no século XVI, o primeiro século de gramatização da língua portuguesa, temos a *Gramática da Língua Portuguesa*, de João de Barros, cuja primeira edição data de 1540; as *Regras que Ensinam a Maneira de Escrever e a Ortografia da Língua Portuguesa*, de Pêro de Magalhães Gândavo, publicada em 1574; a *Ortografia e Origem da Língua Portuguesa*, de Duarte Nunes de Leão, datada de 1576, e a célebre obra *A Gramática da Linguagem Portuguesa*, de 1536, de Fernão de Oliveira. Segundo Silva (2019, p. 34),

[...] os trabalhos de Gândavo e Nunes de Leão podem ser definidos como tratados sobre a ortografia, e são eles conhecidos como ortógrafos, distinguindo-se um e outro, entretanto: Nunes de Leão se preocupa com a questão da origem da língua e Gândavo se inscreve em outra orientação que é típica do século XVI – acompanha a sua ortografia um ensaio em defesa da língua portuguesa. O que também se encontra em Fernão de Oliveira, nos capítulos iniciais de sua gramática, e em João de Barros no *Diálogo em Louvor da Nossa Linguagem*.

Fernão de Oliveira, por sua vez, realiza, na sua obra, “minuciosa análise fonética da língua portuguesa” (SILVA, 2019, p. 33), além de dedicar-se ao léxico, à morfologia, e à “construção”, sobre a qual discorre vagamente:

Agora vejamos da composição ou conceito que as partes ou dicções da nossa língua têm entre si... E esta é a derradeira parte dessa obra, a qual os gramáticos chama construção. Nesta derradeira parte, que é da construção ou composição da língua, não dizemos mais porque temos começada uma obra em que particularmente e com mais comprimento falamos dela (OLIVEIRA *apud* SILVA, 2019, p. 34).

Ainda sobre *A Gramática da Linguagem Portuguesa*, Vieira (2018, p. 112) declara que o autor

proclama a gramática do português sem se aprisionar a nenhuma tradição lusófona prescritiva – até porque não havia alguma. Assim, ele operaria uma verificação dos usos, regulares ou irregulares, abrigando-os como fenômenos linguísticos explicáveis. [...] não aponta como modelo de língua portuguesa a escrita de grandes autores da literatura.

Sobre a questão da variação linguística e o conceito de gramática admitido por Fernão Oliveira, a tradição greco-latina continua influente nesta obra:

Ainda que Fernão Oliveira sugira levemente a existência de variação social, regional e histórica da língua portuguesa (remete, inclusive, a diferenças entre seu próprio falar, típico da região da Beira, e o falar de Évora, então mais valorizado), a concepção de gramática explícita na obra é a de “arte que ensina a bem ler e falar” (capítulo IV), cabendo aos homens colocarem a língua portuguesa, a princípio “grosseira”, na “perfeição” das línguas grega e latina (VIEIRA, 2018, p. 110).

A obra mais completa deste século, segundo Silva (2019), no entanto, é a *Gramática da Língua Portuguesa*, da lavra de João de Barros. Traz a obra de Barros definição de gramática segundo a qual esta seria “vocábulo grego: quer dizer ciência de letras. E segundo a difinçam que lhe os gramáticos dérám; é um modo certo e justo de falár e escrever, colheito do uso e autoridade dos barões doutos” (BARROS *apud* SILVA, 2019, p. 34). O autor, a exemplo dos latinos, divide sua gramática em quatro partes – “Ortografia”, “Prosódia”, “Etimologia” e “Sintáxis”, que tem pequeno peso na obra (SILVA, 2019).

Ressalte-se que, nesses primeiros dois séculos de gramatização, a realidade linguística brasileira não foi objeto de nenhuma obra, assim como de nenhuma outra colônia; primeiramente porque o ensino de língua no Brasil a esta época se dava nas mesmas bases em que era feito em Portugal: em latim, para camadas mais favorecidas e ministrada pela Companhia de Jesus, até que esta foi expulsa do Brasil, por Marquês de Pombal, em 1759. No contexto da expulsão dos jesuítas, a Metrópole passa a proibir o uso da língua-geral e impõe a “língua do Príncipe”, como “língua escrita, ensinada nas escolas e usada em qualquer situação social” (VIEIRA, 2018, p. 136). Mas a realidade da colônia era outra: por aqui, havia falantes de línguas indígenas, africanas, línguas gerais, língua portuguesa e o que se chamaria mais tarde de português brasileiro, e a estrutura de educação que havia, provida pelos jesuítas, tinha sido desmontada; ou seja, não havia sistema de educação para disseminar a língua portuguesa. Sobre este momento, que é componente do período que vai de meados do século XVI até o início do século XIX, ilustra Lucchesi (2012, p. 69-70):

de um lado, temos os pequenos centros urbanos, onde se situavam os órgãos da administração colonial, sob forte influência cultural e linguística da metrópole. A elite colonial era naturalmente bastante zelosa dos valores europeus, buscando assimilar e preservar ao máximo (o que é previsível nessas situações) os modelos de cultura e de língua vindos d'além-mar. [...]. A outra vertente da formação da língua no Brasil fincou raízes no interior do país, para onde se dirigiu a maior parte da população no período colonial. Fora dos reduzidos centros da elite, nas mais diversas regiões do país, o português era levado não pela fala de uma aristocracia de altos funcionários ou de ricos comerciantes, mas pela fala rude e plebeia dos colonos pobres. Além disso, a língua portuguesa era adquirida nas situações as mais precárias pelos escravos, que muitas vezes preferiam se comunicar entre si usando uma língua africana. Sob essas ásperas condições, a língua portuguesa se foi disseminando entre a população pobre, predominantemente indígena e africana, nos três primeiros séculos da história do Brasil.

Ainda segundo Lucchesi (2012), essa dicotomia entre o português da elite colonial e aquele assimilado nas condições mais precárias vai dar o tom do cenário linguístico brasileiro ao longo do século XIX, considerando-se que é nele que se inicia a formação do Estado brasileiro, tendo acontecido a independência política em 1822, ano em que também é publicada a *Grammatica Philosophica*, de Jerônimo Soares Barbosa. Nesta gramática, segundo Maia (*apud* VIEIRA, 2018, p. 135),

Enfim, começava a ser notada, na produção gramatical portuguesa do início do século XIX, a diversidade de usos linguísticos, incluindo aqueles próprios do Brasil, sobretudo no domínio do léxico e da fonética, embora tais usos fossem vistos como infrações à norma vigente em Portugal.

Seguidor da *Grammaire Générale et Raisonnée* de Port Royal, Jerônimo Soares Barbosa foi crítico dos gramáticos de língua portuguesa que o antecederam, como João de Barros, por descreverem a língua portuguesa a partir da língua latina. Assim como os gramáticos de Port Royal fizeram com a língua francesa, Barbosa “[...] não aceita a metodologia vigente que parte do latim para ensinar o português. Propõe e expõe o caminho inverso na aplicação que faz em suas gramáticas pedagógicas [...]” (SILVA, 2019, p. 38).

Barbosa elencou três objetivos para a sua gramática; nas palavras de Silva (2019, p. 47), são: “ser uma ‘gramática geral’”; “ser uma gramática ‘particular’”; “ensinar a pronunciar, escrever e falar corretamente”. Esse gramático define uma gramática geral como “um sistema metódico de regras que resultam das observações sobre os usos e fatos da língua” (SILVA, 2019, p. 39), enquanto que a gramática particular seria “própria a cada uma [das línguas]” (SILVA, 2019, p. 39). Por seu turno, quanto ao terceiro objetivo, Silva (2019) menciona que Barbosa, assim como os gramáticos de Port Royal, tinham por intenção disciplinar o uso escrito e o uso oral formal, “não no sentido prescritivo apenas estético do ‘beau langage’, mas no sentido prescritivo lógico, analítico” (SILVA, 2019, p. 48 *apud* CHISS, 1979, p. 59).

Contudo, a hegemonia dos estudos da história da línguas e da Filologia Comparativa, no século XIX, que veremos adiante, e o Estruturalismo do século XX, desviará a atenção dos

estudos da linguagem das gramáticas filosóficas, que virão ser redescobertas pelos estudiosos da linguística da língua portuguesa quando, na segunda metade do século XX, Noam Chomsky, com o Gerativismo, tratará de “mecanismos mentais universais da linguagem humana”, a qual ele chamará de “linguística cartesiana” (SILVA, 2019).

Também no século XIX nasce a Filologia Comparativa ou Gramática Comparada, que, na Introdução ao *Curso de Linguística Geral*, é definida como a última fase dos estudos sobre os fatos da língua antes de reconhecer seu verdadeiro objeto (SAUSSURE, 2012, p. 7). A Filologia Comparativa teve por representante Franz Bopp, cujo interesse era a relação entre o sânscrito e o germânico, grego, latim, etc. Reparemos que é no bojo do surgimento desse estudo de comparação entre línguas que a gramática de Jerônimo Soares Barbosa alude a usos brasileiros, o que sinaliza uma mudança de postura conceitual e metodológica dos gramáticos, o que podemos ver em Francisco Adolpho Coelho, a partir de cuja gramática a “gramatização do português se deslocou do estatuto arte/técnica e passou a buscar valor de ciência – embora ainda sob o crivo do normativismo e da metalinguagem tradicional”; similarmente, tem-se Alfredo Gomes, que entende a gramática como “ciência dos fatos da linguagem, verificados em qualquer língua”, e Maximino Maciel, que a concebe como a “sistematização dos fatos e normas de uma língua qualquer”<sup>5</sup>. Além desses estudiosos, Julio Ribeiro, considerado o

---

<sup>5</sup>Complementando, é importante mencionar John Lyons, que, em sua obra *Introdução à Linguística Teórica*, de 1979, assinala pontos fundamentais que diferenciam a reflexão da Linguística Moderna das reflexões mais tradicionais da linguagem. Vejamo-los: “(1) O rompimento definitivo com a precedência da língua escrita sobre a língua falada. Qualquer variedade de uma língua passa, portanto, a ser objeto de estudo, sem que uma seja mais importante que outra para a Linguística; (2) O rompimento definitivo com a postura tradicional de que só a variedade culta escrita deve ser objeto da gramática. Separa-se assim a gramática prescritiva ou normativa do que se quer como centro da Linguística, ou seja, a gramática descritiva. Esses dois primeiros pontos indicam a superação definitiva do ‘erro clássico’ da tradição gramatical, estabelecido em Alexandria por Dionísio da Trácia em sua gramática grega do I século a.C. (3) O rompimento definitivo entre pensamento/língua, que atrelou menos ou mais explicitamente a reflexão tradicional sobre a língua à Lógica, princípio assumido com toda clareza pelos gramáticos lógicos de Port Royal. Separa-se portanto a Lógica da Gramática. (4) Estabelecimento do corte metodológico que separa a abordagem sincrônica no estudo das línguas da abordagem diacrônica e se torna a busca primeira a apreensão da estrutura das línguas, que permite o seu funcionamento no aqui e no agora, tornando-se preocupação secundária e independente o estudo do construir-se das línguas no seu constante mudar, sem com isso deixar, em nenhum momento, de funcionar satisfatoriamente para aquelas que a utilizam. Separa-se assim a Linguística Diacrônica da descrição das línguas ou Linguística Sincrônica. (5) Estabelecimento de um modelo teórico que enforma uma metodologia de análise em níveis hierarquizados, que parte dos constituintes mais simples (os fonemas) até chegar aos mais complexos, as orações. Cria-se um modelo de Gramática constituído pela Fonética/Fonologia, Morfo-fonêmica, Morfologia Morfo-sintaxe, Sintaxe. Na análise de cada um deles é observada a sua organização paradigmática e sua combinatória sintagmática. (6) Estabelecimento de que a oração é o limite entre a gramática (ou o sistema) e as estruturas complexas do discurso. Separa-se assim a Retórica (no seu sentido amplo) da Gramática. (7) Delimitação da análise da significação como um instrumento para a interpretação da análise dos diversos níveis hierarquizados do sistema e não objeto de análise da gramática. Separa-se a Semântica da Gramática. (8) Decorrentes dos pontos de vista teóricos acima enumerados (observem-se os pontos 3, 5, 6 e 7) a Gramática se configura como formal e não lógico-semântica. A precedência da forma linguística sobre o significado permitiu que a Linguística pudesse operar com qualquer língua histórica, pelo menos para descrevê-la, nos níveis mencionados em (5). (9) Para cumprir os seus objetivos, os estruturalismos se definiram pelo método indutivo, de observação sistemática de dados, a partir sempre de um *corpus* previamente selecionado, negando a exemplificação forjada ou

precursor do método histórico-comparativo em contraposição ao método racionalista do viés lógico-filosófico de Port-Royal, publicou sua *Grammatica Portugueza* (VIEIRA, 2018, p. 146; 148). Neste momento, também ocorre a institucionalização da disciplina língua portuguesa, que até então era dividida em gramática, retórica e poética, como na tradição latina; e a Proclamação da República, o que enseja a ideia de língua como um fator da identidade brasileira. Contudo, o estudo de Gurgel (2008) aponta que as obras dessa geração continuaram a dar tratamento prescritivo e pedagógico a fenômenos gramaticais polêmicos na tradição luso-brasileira, como a colocação pronominal (VIEIRA, 2018, p. 149).

No século XX, embora o público brasileiro tenha sido o alvo das gramáticas, os manuais, em geral, seguiram suas prescrições visando ao modelo lusitano da língua. Seguindo esse paradigma, houve as obras de Eduardo Carlos Pereira de Magalhães, de 1907, e a de Firmino Costa, de 1920, além da *Grammatica Secundaria da Língua Portuguesa*, de Said Ali, lançada em 1921; sobre esta última, em que pese siga os mesmos princípios das demais, nas palavras de Vieira (2018, p. 182), a “língua culta equivale a um modelo ideal que não se encontra em nenhum estrato social, muitas vezes nem mesmo na literatura que abona suas prescrições”.

Em 1959, foi editada a Nomenclatura Gramatical Brasileira – NGB –, que embora tenha sido apenas uma recomendação pelo uso da terminologia gramatical utilizada até hoje, acabou sendo recebida como lei, o que acarretou, para Vieira (2018), um novo escopo para o trabalho do gramático: ele passa das reflexões de gramaticais para aquele que “interpreta, define, comenta e exemplifica um saber oficialmente instituído” (VIEIRA, 2018, p. 192); a tarefa da produção de saber sobre a língua se torna tarefa do linguista, figura nascente à década de 1960.

No Brasil, pouco antes da edição da NGB, produziu-se, em 1944, a 1ª edição da *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*, de Napoleão Mendes de Almeida, cuja última edição, a 46ª, foi lançada em 2010. Borges (2008), ao dedicar-se ao estudo da obra de Almeida, menciona que o gramático “não aderiu às inovações teóricas de seu tempo, ao contrário, foi em busca das teorias mais tradicionais. [...] teve uma postura contrária à linguística, uma vez que, no seu entender, a proposta de Saussure se limita aos estudos dos sons da fala” (BORGES, 2008, p. 40). Trata-se de uma obra prescritiva tendo como modelo o português europeu (VIEIRA, 2018). Outra obra também alheia à variação entre português do Brasil e de Portugal é a *Moderna Gramática Expositiva*, de Artur de Almeida Torres, postura

---

aleatoriamente escolhida pelo linguista, procedimento que caracteriza a tradição gramatical dominante até o século XIX” (SILVA, 2019, pp. 49-51).

que se modifica na 25ª edição, já nos anos de 1980. A *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, de Rocha Lima, cuja 1ª edição data de 1957, como enseja seu título, foi de caráter normativo, utilizando-se, como exemplos, frases de textos literários e algumas criadas pelo autor.

Em 1970, é lançada a *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa*, de Gladstone Chaves Melo. Apesar de não negar a defesa da “língua padrão”, a norma linguística ideal, a ser alcançada por meio do ensino e com a elevação do nível cultural do povo” (VIEIRA, 2018, p. 207), ele reconhece explicitamente as variedades dentro do português brasileiro:

[...] podemos escrever a gramática da língua portuguesa popular, como se ouve na zona rural do sul de Minas ou na zona rural do Cariri, no Ceará, ou na campanha gaúcha. Será, então, a gramática do dialeto ou do falar rústico sul-mineiro, ou do falar nordestino do Cariri. E assim por diante. Mas a única gramática que interessa a todos é a gramática da língua culta, da língua padrão, da língua literária (MELO, 1970:10 *apud* VIEIRA, 2018, p. 207).

Obra que chega com relativa força aos nossos dias é a *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*, manual que, segundo o próprio autor, pretende ensinar “a falar e a escrever a língua padrão corretamente [...] conforme falam e escrevem as pessoas cultas na época atual” (CEGALLA, 2005, p. 16). Entre as prescrições abonadas por Cegalla, estão exemplos de autores portugueses e brasileiros dos séculos XIX e XX, e não só do século XIX, como algumas outras o fizeram.

Uma das obras mais influentes dos nossos tempos é a *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, de Celso Cunha e Lindley Cintra, tendo tido a sua primeira edição em 1985, e a mais recente, 7ª, no ano de 2016. Em seu prefácio à edição de 1985, e que foi mantido nas edições posteriores, seus autores colocam a obra como fruto de uma necessidade de uma obra que considerasse a diversidade da lusofonia. Argumentam os autores:

Parecia-nos faltar uma descrição do português contemporâneo que levasse em conta, simultaneamente, as diversas normas vigentes dentro do seu vasto domínio geográfico (principalmente as admitidas como padrão em Portugal e no Brasil) e servisse, assim, como fonte de informação tanto quanto possível completa e atualizada, sobre elas, fosse de guia orientador de uma expressão oral e sobretudo escrita que, para o presente momento da evolução da língua, se pudesse considerar “correta”, de acordo com o conceito de correção que adotamos no capítulo 1 (CUNHA; CINTRA, 2001, p. XXIII).

Entre os objetivos da obra, assim, menciona o prefácio: “Trata-se de uma tentativa de **descrição do português atual na sua forma culta**, isto é, da língua como a têm utilizado os escritores portugueses, brasileiros e africanos do Romantismo para cá” (CUNHA; CINTRA, 2001, p. XXIV, grifos nossos).

Sobre o conceito de correção a que aludem os autores, o Capítulo 1 da obra oferece uma síntese do percurso de conceito de correção considerando as tendências da Linguística.

Vejam os:

Os progressos dos estudos linguísticos vieram mostrar a falsidade dos postulados em que a gramática logicista e latinizante esteavam a correção idiomática e, com isso, deixaram o preceptismo gramatical inerte diante da reação anticorretista que se iniciou no século passado e que vem assumindo, em nossos dias, atitudes violentas, não raro contaminadas de radicalismo ideológico (CUNHA; CINTRA, 2001, p. 5).

Dando seguimento à explanação sobre o referido conceito, Cunha e Cintra (2001) reproduzem o debate entre os linguistas Noreen e Jespersen. O primeiro postula que há três critérios de correção, por ele batizados de: (1) histórico-literário, (2) histórico-natural e (3) racional. Para o autor, de acordo com (1), a correção seria estar conforme o uso de escritores de determinada época pretérita, época esta geralmente escolhida arbitrariamente. Para o critério (2), a que Jespersen se refere como *anárquico*, a liberdade seria um organismo que se desenvolveria muito melhor em estado de total liberdade, abolindo-se, assim, os julgamentos de correto ou de incorreto dentro da língua. Para (3), “o melhor é o que pode ser aprendido mais exata e rapidamente pela audiência presente e pode ser produzido mais facilmente por aquele que fala” (CUNHA; CINTRA, 2001, p. 6). Jespersen, contudo, refuta essa fórmula “pois que divide demasiado a comunidade lingüística em indivíduos particulares e olvida excessivamente o conjunto” (JESPERSEN, 1947, p. 120 *apud* CUNHA; CINTRA, p. 6). Para Jespersen,

“falar correto significa o falar que a comunidade espera, e erro em linguagem equivale a desvios desta norma, sem relação alguma com o valor interno das palavras ou formas”, contudo “existe uma valorização da linguagem na qual o seu valor se mede com referência a um ideal lingüístico” (JESPERSEN, 1947, p. 178 *apud* CUNHA; CINTRA, 2001, p. 6-7).

Advogam, contudo, Cunha e Cintra (2001), em favor de uma posição conciliatória, segundo a qual norma não seria “o que se pode ou que se deve dizer”, mas sim o que “o que já se disse e tradicionalmente se diz na comunidade considerada”, parafraseando Coseriu (1973, p. 55), o que se atesta pela seguinte passagem:

Entre as atitudes extremadas – dos que advogam o rompimento radical com as tradições clássicas da língua e dos que aspiram a sujeitar-se a velhas normas gramaticais –, há sempre lugar para uma posição moderada, termo médio que represente o aproveitamento harmônico da energia dessas forças contrárias a que, a nosso ver, melhor consubstancia os ideais de uma sã e eficaz política educacional, cultural dos países de língua portuguesa (CUNHA; CINTRA, 2001, p. 7).

Mais adiante, ao final do prefácio, relacionam o trabalho dos linguistas, no tocante à descrição das variedades cultas, com o conceito de correção, de modo que, como se pode perceber abaixo, para os autores, os linguistas forneceriam arcabouço teórico-metodológico para as prescrições no âmbito de tais variedades.

É justamente para chegarem a um conceito mais preciso de “correção” em cada idioma que os linguistas atuais vêm tentando estabelecer métodos que possibilitem a descrição minuciosa das suas variedades cultas, seja na forma falada, seja na escrita. Sem investigações pacientes, sem métodos descritivos aperfeiçoados nunca alcançaremos determinar o que, no domínio da nossa língua ou de uma área dela, é de emprego obrigatório, o que é facultativo, o que é tolerável, o que é grosseiro, o que é inadmissível; ou, em termos radicais, o que é e o que não correto (CUNHA; CINTRA, 2001, p. 8).

Nas palavras de Silva (2019), portanto, essa gramática

não se define como normativa; a escolha, entretanto, do objeto observado e avaliado tem subjacente a presença do ideal linguístico a ser seguido pelo menos na língua escrita culta: o que está representado e foi observado pelos autores do Romantismo para os nossos dias (SILVA, 2019, p. 57).

Além de o *corpus* analisado ser composto pela produção literária, Silva (2019), ao comentar o objetivo de Cunha e Cintra (2001) de elaborarem uma **gramática descritiva** (cf. CUNHA; CINTRA, 2001, p. XXIV), faz dois contrapontos à obra: considerando que tal *corpus* é constituído de excertos de obras escritas cultas literárias, vemos que segue o procedimento da gramática tradicional, o que Lyons chama de “erro clássico”. Outra crítica feita pela autora com relação ao *corpus* é a ausência de “um levantamento exaustivo”, uma vez que “se depreenderam usos comuns e específicos que se destacaram para os analistas no processo de leitura dos mesmos” (SILVA, 2019, p. 56-57), isto é, não se fez uma delimitação do campo de observação (eminentemente – **não exclusivamente** – a variedade culta, escrita, literária), mas a seleção de usos com base em certa regularidade ou especificidade.

Assim, ao sintetizar a obra a *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Rosa Mattos e Silva (2019) argumenta que:

A Nova Gramática não cumpre os princípios descritivos dos estruturalismos a não ser no capítulo 3 [Fonética e Fonologia] [...]. Mantém-se fundamentalmente, uma gramática de base léxico-lógica, segundo os moldes greco-latinos. As funções sintáticas são analisadas a partir do “emprego” das palavras e estas são analisadas na sua morfologia. Continua, desse modo, a Nova Gramática a privilegiar a tradição, optando por uma taxionomia das classes de palavras que vigora desde o século XVI nas gramáticas da língua portuguesa, apesar de outras existirem, [...] e dos avanços teóricos quanto a esse aspecto da gramática que a Linguística Moderna vem desenvolvendo (SILVA, 2019, p. 63).

No ano de 1961, foi lançada a 1ª edição da *Moderna Gramática Portuguesa*, de Evanildo Bechara. No prefácio àquela edição, Bechara menciona que foi intuito da obra

levar ao magistério brasileiro, num compêndio escolar escrito em estilo simples, o resultado dos progressos que os modernos estudos de linguagem alcançaram no estrangeiro e em nosso país. Não se rompe de vez com uma tradição secular: isto explica por que esta *Moderna Gramática* traz uma disposição da matéria mais ou menos conforme o modelo clássico. [...]. Encontrarão os colegas de magistério, os alunos e quantos se interessam pelo ensino e aprendizado do idioma um tratamento novo para muitos assuntos importantes que não poderiam continuar a ser encarados pelos prismas que a tradição os apresentava (BECHARA, 2018a, p. 25).



Conclui-se, portanto, que já na 1ª edição, a obra, embora acene aos estudos da Linguística, não rompe com a tradição gramatical, até porque, sendo um material pedagógico, precisava atender às necessidades do sistema de ensino.

No prefácio à 37ª edição, que foi lançada em 1999<sup>6</sup>, motivo pela qual figura como a última a ser abordada no século XX; trata-se de uma edição “revista, ampliada e atualizada, levado que estamos pelos mesmos propósitos que nos fizemos, em 1961, trazer à luz a *Moderna Gramática Portuguesa*” (BECHARA, 2018a, p. 23); isto é, continua sendo um compêndio escolar, de modo que Bechara concebe sua obra com o objetivo pedagógico de ensinar uma língua exemplar. Segundo o próprio autor, “elabora-se uma gramática para preparar o usuário da língua a, através dela, aperfeiçoar sua educação linguística” (BECHARA *apud* MOURA NEVES; CASSEB-GALVÃO, 2018b, p. 12). E essa língua exemplar é pautada na “autoridade dos escritores corretos e dos gramáticos e dicionaristas esclarecidos” (BECHARA, 1999 [2009], p. 52). Contudo, os exemplos escolhidos pelo autor na obra, para Leite (2018), constituem um *corpus* extraído de obras literárias tanto da literatura brasileira como da portuguesa do século XVI ao XX, o que “acaba prejudicando a capacidade do consulente (em particular, brasileiro) de se conscientizar da situação sociolinguística específica da sua própria comunidade de fala” (MULINACCI, 2016, p. 146-147).

Assim como Cunha e Cintra (2001), Bechara (2018a) menciona uma relação de complementaridade entre a gramática descritiva e a gramática normativa:

A gramática descritiva, tal como a vimos encarando, faz parte da linguística pura. Ora, como toda ciência pura e desinteressada, a linguística tem a seu lado uma disciplina normativa, que faz parte do que podemos chamar a linguística aplicada a um fim de comportamento social. [...]. Assim, a gramática normativa tem o seu lugar e não se anula diante da gramática descritiva. Mas é um lugar à parte, imposto por injunções de ordem prática dentro da sociedade (BECHARA, 2018b, p. 20).

Bechara atribui à gramática normativa um papel de corresponder às necessidades de relações sociais, e a Linguística lhe forneceria subsídios, “causas profundas”, flexionando a expressão do próprio autor, como se verifica adiante:

Antes de tudo, a gramática normativa depende da linguística sincrônica, ou gramática descritiva, em suma, para não ser caprichosa e contraproducente. Regras de direito que não assentam na realidade social, depreendida pelo estudo sociológico puro, caem no vazio e são ou inoperantes ou negativas até. Só é altamente nociva uma higiene que não assenta em verdades biológicas. [...]. **Depois, mesmo quando convém a correção de um procedimento linguístico (porque marca desfavoravelmente o indivíduo do ponto de vista da sua posição social, ou porque prejudica a clareza e a eficiência da sua capacidade de comunicação, ou porque cria um cisma perturbador num uso mais geral adotado), é preciso**

---

<sup>6</sup>Reimpressa em 2009.

**saber a causa profunda desse procedimento, para poder combatê-lo na gramática normativa** (BECHARA, 2018b, p. 21, grifos nossos).

Assim, o ilustre gramático opera, sem perder de vista seu viés pedagógico, com o conceito de norma, quando menciona que “A norma não pode ser uniforme e rígida. Ela é elástica e contingente, de acordo com cada situação social específica” (BECHARA, 2018b, p. 21). Na Linguística, o conceito de norma introduzido por Eugênio Coseriu corresponde a norma objetiva, com o objetivo de descrever o uso, as “normas normais sociais”, definidas pelo linguista romeno. Nas palavras de Mattos e Silva (2012, p. 267-268),

Norma, em Coseriu, está sempre definida, estruturalmente, em relação ao sistema ou *langue* e à fala ou *parole* da teoria saussuriana. [...] sobre o sistema funcional (*langue*) se pode estabelecer o sistema normal (norma), concebido como abstração intermediária entre a concretude da fala e a abstração mais alta do sistema. [...]. Em síntese, na concepção coseriana, o sistema é um conjunto de oposições funcionais; a norma é a realização coletiva do sistema, que contém o sistema e os elementos não pertinentes dele, mas normais na fala de uma comunidade; a fala é a realização individual-concreta da norma somada à originalidade expressiva do indivíduo falante.

Roberto Mulinacci, ao comentar a *Moderna Gramática Portuguesa*, contudo, faz algumas ponderações acerca da 37ª edição da obra, que também se aplicam à 39ª. Para este comentador, a obra em questão representa “um emblemático divisor de águas da tradição gramatical brasileira [...] uma vez que esta obra encerra, **de certa forma**, a época do prescritivismo clássico para abrir portas a um tratamento mais científico dos assuntos linguísticos” (MULINACCI, 2016, p. 114, grifos nossos). Enfatizamos a expressão “de certa forma” porque, em que pese Bechara traga várias contribuições dos estudos da Linguística na Introdução de seu livro,

diferentemente do que se poderia esperar, nem sempre este abrangente aparato teórico parece ter repercussões diretas (pelo menos de forma explícita) na definição das linhas-guia da MGP [*Moderna Gramática Portuguesa*], configurando-se às vezes quase como uma espécie de excrescência informativa a respeito dos assuntos efetivamente abordados ao longo das cinco seções do volume. Se, de fato, ninguém nega que a tenha reforçado e aprofundado a “indispensável vinculação entre teoria linguística e gramática” (Kehdi, 2001:45), isto não significa, porém, que todo aquele conjunto de informações sobre a linguagem armazenado na Introdução constitua um pressuposto realmente necessário para um melhor aproveitamento dos conteúdos gramaticais, nem que subsista uma correspondência perfeita, em termos de objetivos pedagógicos, entre premissas metodológicas e consequências analíticas (MULINACCI, 2016, p. 117).

Ponto que merece destaque é a concepção de gramática para Bechara, à qual, além de atribuir o papel prescritivo, dá uma dupla definição de arte e ciência, o que, para Mulinacci (2016, p. 115), “acabava por atrasar ponteiros do relógio em, pelo menos, um século”:

Cabe à Gramática registrar os fatos da língua geral ou padrão, estabelecendo os preceitos de como se fala e escreve bem ou de como se pode falar e escrever bem uma língua. Daí ser a Gramática, ao mesmo tempo, uma ciência e uma arte (BECHARA, 1999 [2009], p. 25).

Sobre esse estabelecimento de um padrão de língua, o “falar bem” e “escrever bem”, postura injuntiva característica da gramática tradicional, Mulinacci aponta que não fica claro qual seria ele exatamente:

Falta, em suma, de saída, à MGP uma prévia delimitação de seu objeto de estudo e de seu campo operacional, não chegando a endossar *apertis verbis* nem uma modalidade de língua em particular (europeia/americana, escrita/falada) nem um único padrão modelar de expressão (norma-padrão/norma culta), mas adotando uma postura aparentemente equidistante entre as diversas possibilidades ao dispor dos usuários (MULINACCI, 2016, p. 117-118).

### 1.2.7 As Gramáticas Brasileiras do Século XXI

No século atual, foram publicadas gramáticas de diferentes abordagens teóricas, apresentando diferentes metodologias, que se revelam na composição ou estrutura da obra, na língua objeto de estudo, e até mesmo no estilo do gramático-linguista. Em levantamento feito por Leite (2018), com relação à composição ou estrutura, encontram-se gramáticas com capítulos históricos e teóricos – como Castilho (2010), Bagno (2012) e Perini (2010); sem capítulos teóricos e históricos – como Moura Neves (2000); e com capítulos de teorização integrada à análise – como Azeredo (2008). Considerando a modalidade de língua usada, temos Moura Neves (2000) e Azeredo (2008) dedicando-se à modalidade escrita do português do Brasil<sup>7</sup>; Bagno (2012) tratando das modalidades escrita e falada do português brasileiro; e Perini (2010) e Castilho (2010) com *corpus* em português brasileiro falado. E quanto ao gênero discursivo utilizado como *corpus*, se Bechara (1999 [2009]) selecionou entre textos da literatura romanesca, temos uma diversidade de gêneros da literatura em Moura Neves (2000), Azeredo (2008) e Bagno (2012); diversidade de gêneros de textos falados em Bagno (2012) e Castilho (2010), e exemplos criados pelos próprios autores em todas as obras.

Se no passado a gramática era vista como arte, como elemento de uma formação beletrista, no século XXI temos, como em Perini (2018), a defesa da gramática como ciência, em vez de ser vista sob o ângulo da preocupação normativa, dever-se-ia “seguir as linhas gerais da educação científica, enfatizando a observação, a formulação de hipóteses, o

<sup>7</sup>Segundo Castilho (2010), até o final do século XIX, rotulava-se a língua trazida pelos portugueses de Português no Brasil; quando esta língua se torna majoritária, distanciando-se, em alguma medida, do português europeu, fala-se em Português do Brasil; por fim, a partir da década de 1980, começa-se a falar de português brasileiro.

raciocínio lógico” (PERINI, 2018, p. 48-49). Para ele, “a imagem da língua representada nas gramáticas escolares é incorreta, mal dirigida em seus objetivos e deficiente em seus fundamentos teóricos” (PERINI, 2018, p. 49).

Outro ponto comum na tradição gramatical que foi alvo de revisão neste início de século foi a prática de utilizar-se períodos isolados, destacados de um contexto mais amplo, além do ensino de metalinguagem pura e simples, sem as devidas implicações delas enquanto funcionalidade na língua. Neste sentido *A Gramática de Usos do Português*, de Maria Helena de Moura Neves, propõe a “gramática da língua como a responsável pelo entrelaçamento discursivo-textual das relações que se estabelecem na sociocomunicação, sustentadas pela cognição” (MOURA NEVES, 2018b, p. 73); para a autora

o ‘mundo da gramática’ não é um edifício de doutrina petrificada, à parte da linguagem. Ele precisa ser visto como o mundo em que nos movemos quando falamos, lemos, escrevemos (fazemos linguagem) que é o mesmo mundo em que nos movemos quando refletimos e falamos sobre a linguagem (fazemos metalinguagem). Uma atividade (re)alimenta a outra, e é um grande desperdício usar um espaço de tempo com lições de gramática que apenas representem reproduzir termos da metalinguagem sem aproveitar o que de real do funcionamento linguístico está implicado nesses termos (sem que se busque uma transparência neles).

Obra representativa dessas novas tendências dos estudos da linguagem é a *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*, da lavra de José Carlos Azeredo, cuja 1ª edição foi publicada no ano de 2008. Em sua obra, ressalta-se a importância do papel cognitivo da linguagem, pois, antes da função instrumental de comunicação, há o desempenho dessa função cognitiva, sendo esta o esteio daquela. Nas palavras do autor,

a língua só desempenha com sucesso sua função instrumental, porque por trás dessa função, ou melhor, na raiz dessa função, ela tem um outro papel: converter a experiência em conhecimento, estruturar o conhecimento como algo que pode ser dito, e dizer o conhecimento segundo o interesse de quem fala. O significado é o que importa, mas o significado não é o que se pensa; o significado é o que circula e se compartilha (AZEREDO, 2018b, p. 82).

Ainda nas palavras do eminente professor, o ensino e o estudo da língua têm por objetivo “apurar e descrever os meios pelos quais o significado passa a existir como uma experiência intersubjetiva” (AZEREDO, 2018b, p. 82). Assim, essa gramática foi escrita para “um público amplo: quaisquer brasileiros cuja formação em língua portuguesa requeira, por motivos socioculturais diversos, competência produtiva (expressão) e receptiva (compreensão) na modalidade escrita padrão” (AZEREDO, 2018b, p. 83); contudo, apesar de a modalidade escrita padrão ser o objeto de Azeredo, o autor faz ressalva em relação ao conceito de língua e a uma suposta correção. Para ele, “a língua é a soma de todas as possibilidades de expressão, e só existe nas variedades de uso que a concretizam como meio de intercompreensão de seus falantes” (AZEREDO, 2018, p. 83) e “todo uso tem sua faixa de

vigência, vitalidade de funcionalidade; o que varia é a amplitude de cada uma” (AZEREDO, 2007, p. 27-28); assim, se as variedades fora da variedade padrão não são rechaçadas pelo autor, isto é, são reconhecidas como legítimas, uma vez que apresentam sua faixa de vigência, não é menos verdade a assunção por Azeredo da amplitude e da importância da variedade padrão da língua.

Abordando o português brasileiro, Ataliba Castilho, em 2010, publicou sua obra *Nova Gramática do Português Brasileiro* que, segundo o autor, é diferente do que se convencionou gramática, uma vez que não apresenta “lista de classificações de expressões”; em vez disso, procurou “identificar os processos criativos do português brasileiro, que conduzem aos produtos listados, estes sim merecedores de uma classificação” (CASTILHO, 2018, p. 86). Aliás, de acordo com a abordagem multissistêmica, assim denominada e adotada por este linguista, a gramática é um dos quatro sistemas linguísticos acionados quando usamos uma língua, além do léxico, da semântica e do discurso. Segundo esta abordagem, todos esses sistemas estariam subordinados ao dispositivo sociocognitivo, que se manifesta através de três modos, simultaneamente: dispositivo de ativação, que seria o movimento mental de seleção das categorias dos quatro sistemas; reativação, responsável pelo movimento mental por meio do qual rearranjamos as categorias dos sistemas, retomando a construção do enunciado; e desativação, responsável pelo abandono das categorias que estavam sendo ativadas.

Com relação à língua objeto de estudo, Castilho (2018) manifesta que preconiza textos orais de conversas e jornalísticos:

[...] as gramáticas costumam apresentar generalizações fundamentadas na língua literária. Também aqui minha gramática tomou outro rumo. Não acho que os escritores trabalhem para nos abastecer de regras gramaticais. Eles exploram ao máximo as potencialidades da língua, segundo um projeto estético próprio, fugindo da língua comum. Ora, as regularidades que as gramáticas identificam revelam o uso corrente da língua, presente apenas em nossas conversas e nos textos jornalísticos. É claro que isso não exclui a fruição das obras literárias, mas é uma completa inversão de propósitos fundamentar-nos nelas para descrever uma língua (CASTILHO, 2018, p. 88).

Ao discorrer sobre sua *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*, Bagno (2018) faz uma seção em seu texto sob o provocante título *Descrever é Prescrever*. Tal questão já fora levantada pelo gramático Gladstone Chaves de Mello, em sua *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa*, em 1970, a ver:

Que é a Gramática Normativa? É a própria Gramática Descritiva, utilizada com intenção didática, com a finalidade de corrigir os desvios da língua padrão, ou melhor, as influências, na língua padrão, das linguagens locais e das diversas formas de linguagem coloquial. Nas escolas ensina-se a Gramática, não apenas descrevendo os fatos, mas também chamando a atenção para as distorções, as contaminações, os erros. Toda vez, pois, que a Gramática Descritiva transforma uma das suas conclusões em preceito, em princípio diretivo, ela se coloca na posição de Gramática

Normativa. Portanto, a Gramática Normativa não é algo diferente da Gramática Descritiva, é uma “atitude” da Gramática Descritiva, atitude didática, atitude com finalidade prática (VIEIRA, 2018, p. 207 *apud* MELO, 1970, p. 11).

Partindo do mesmo pressuposto, de que descrever é prescrever, Bagno (2018) assume posição político-ideológica diversa daquela adotada por Melo (1970): se Melo pretendia que a atitude descritiva/normativa era corrigir “desvios da língua padrão”, Bagno (2018) assume a impossibilidade de neutralidade do cientista da linguagem ante seu objeto de estudo, uma vez que

nenhum cientista de nenhuma área do conhecimento opera num vácuo sociocultural: sua práxis profissional está configurada pela complexa rede de crenças, superstições, mitos, ideologias, preconceitos etc. que circulam em seu meio social e que exercem pressão contínua sobre seu trabalho (BAGNO, 2018, p. 93).

Assumida então tal impossibilidade, Bagno assume também sua crença de, como linguista, “transformar, graças ao conhecimento acumulado sobre a língua, as relações sociais por meio da linguagem” (BAGNO, 2018, p. 94). Dessarte, o linguista rompe com a noção de erro e se propõe a descrever a realidade sociolinguística do português brasileiro contemporâneo e

sugerir que as características lexicogramaticais já há muito tempo fixadas nas variedades urbanas de prestígio, faladas e escritas (e, por conseguinte, fixadas também no vernáculo geral brasileiro) sejam o verdadeiro objeto de uma pedagogia de língua materna sintonizada com os avanços da pesquisa linguística e das ciências da educação (BAGNO, 2018, p. 95).

É, ainda, realidade dessa língua, dentro do quadro teórico assumido pelo linguista, sua evolução ininterrupta, variação. Se outras teorias, como o estruturalismo atribuído a Saussure, com sistema e fala, operaram com dualismos, em que um dos polos seria o abstrato, idealizado, e o outro o concreto, realizado, Bagno (2018) opera com a integração entre sistema e uso, gramática e discurso, sem contraposições, mas como etapas da evolução da língua. Segundo o linguista,

são os usos sociais das formas linguísticas que, gramaticalizados por sua intensidade e frequência, configuram temporariamente o sistema que, por sua vez, sujeito às pressões desses mesmos usos, se transforma ininterruptamente. E todo esse processo se dá na interação verbal, nas trocas efetivas que ocorrem basicamente por meio da conversação, e não em alguma esfera abstrata e numênica (BAGNO, 2018, p. 103).

É importante, contudo, salientar que, ao contrário dos estudos diacrônicos, segundo este quadro teórico, não ocorre uma mudança sem que tenha havido concorrência social entre variantes; a língua é descrita como um fenômeno pancrônico em que as formas mais antigas convivem com as formas novas e em processo de fixação. Destaque-se também que a variação não é o único fator de mudança, estando ao seu lado outros fatores, como o contato linguístico, fatores de ordem cognitiva, a gramaticalização, além dos fatores de ordem fisiológica.

### 1.3 À Guisa de Conclusão

Concluído o percurso proposto dos estudos da linguagem ao longo de todos esses milênios de produção intelectual humana sobre o tema, ressaltamos, obviamente, que não esgotamos todas as obras e estudiosos, tarefa esta que seria exaustiva por demais para a nossa finalidade, em que pese tenhamos envidado esforços no sentido de apresentar mais que uma tendência dominante em cada período abordado. Propomos agora uma visitação à Vieira (2016), em que o estudioso elenca características comuns às obras gramaticais vinculadas à tradição gramatical, as quais ele arrola no que chamou de paradigma tradicional de gramatização – PTG. Para o autor, essas obras:

- buscam construir e ensinar um padrão linguístico ideal a partir da prescrição de supostas formas corretas e legítimas;
- veem as variedades linguísticas dominantes da sociedade como superiores às de menor prestígio;
- confundem gramática, norma e língua, entendendo-as como objetos autônomos, homogêneos e estáticos, independentes de seus usuários e a serviço da expressão do pensamento;
- privilegiam a escrita literária progressa em detrimento de outras esferas de uso da língua;
- tomam a frase como unidade máxima de análise e consideram imanente o seu sentido;
- utilizam um aparato categorial, conceitual e terminológico comum, fixo e estanque, a despeito de lacunas e contradições (VIEIRA, 2016, p. 22).

Para as obras anteriores ao século XX apresentadas em nossa exposição, é de esperar o predomínio das características elencadas acima. Nas palavras do próprio Vieira (2016, p. 31),

Há tempos, a gramática de língua materna e de cultura dos brasileiros vem sendo subjugada a uma norma-padrão bem distante de nossos usos linguísticos efetivos, inclusive em contextos mais monitorados da escrita. Nossas gramáticas tradicionais do português ainda permanecem sob a epistemologia do processo de gramatização renascentista, pautado na tradição greco-latina que prescreve, homogeneiza e forja um ideal de escrita fincando-se em modelos literários distantes no tempo e espaço. São todas, sem exceção, produtos do PTG.

Já em relação às gramáticas feitas por linguistas – como Azeredo, Bagno, Perini, Moura Neves, Castilho, entre outros – e lançadas no século XXI, o autor postula que, conquanto adotem postura crítica à gramática tradicional, elas não deixam de absorver para si alguns de seus fundamentos:

Portanto, pode-se dizer que essas novas gramáticas, embora reconheçam a critiquem as limitações e os problemas da classificação tradicional, não apagam o arcabouço herdado pelos gregos e latinos, mas o rearranjam de modo mais coerente, inclusive retornando a configurações mais distantes da tradição gramatical. As GBCP

[gramáticas brasileiras contemporâneas do português], por mais deslocamentos que operem em relação às soluções descritivas da gramatização tradicional [...], não conseguem descrever o português brasileiro (ou do Brasil) estando imune ao legado categorial e conceitual greco-latino nem mesmo ao arcabouço terminológico da NGB. Se há pontos de subversão descritiva nessas gramáticas, alguns dos quais de qualidade e frescor teóricos evidentes, também há continuidade taxonômica com o PTG, cujos traços parecem não desaparecer tão facilmente de qualquer instrumento de gramatização contemporâneo (VIEIRA, 2016, p. 61).

O autor, todavia, reconhece, que essas obras, ao contrário das gramáticas tradicionais, concedem tratamento diferente a aspectos dos usos brasileiros da língua portuguesa, assunto que importa ao nosso estudo:

As GBCP avançam a caminho do reconhecimento, da valorização e da legitimação dos aspectos genuinamente brasileiros dos nossos usos comuns falados e escritos. Nessas gramáticas, há a incorporação de várias formas e construções da morfossintaxe brasileira historicamente marginalizadas ou mesmo vetadas pelas gramáticas tradicionais do português, inclusive por aquelas elaboradas por autores brasileiros.

Em geral, os aspectos morfossintáticos mais relevantes para a caracterização do “português brasileiro” [...] ou “português do Brasil” são aqueles cujas contrapartes puristas são recorrentes nas gramáticas tradicionais e no imaginário do senso comum como exemplos de usos corretos do português, dentre os quais posso destacar:

- ausência de concordância nas supostas passivas sintéticas;
- concordância facultativa com sujeito posposto;
- ausência de pluralização nos verbos existenciais;
- objeto nulo e pronome reto em contexto acusativo;
- **preferência proclítica dos pronomes átonos;**
- mudança no paradigma dos pronomes pessoais;
- enfraquecimento do paradigma de flexão verbal;
- clítico *lhe* como objeto direto;
- construção relativa cortadora;
- o uso de *entre eu e você*, ao invés de *entre mim e ti*;
- uso da construção *para mim + infinitivo*;
- contração da preposição de seguida de determinante + sujeito + construções dativas;
- declínio da preposição *a*, que sofre concorrência de *para* ou *em* nas construções dativas;
- formas simples do futuro do presente, do pretérito-mais-que-perfeito, da 1ª pessoa do plural do imperativo substituídas pelas respectivas formas compostas;
- mudanças nas regências de alguns verbos;
- descarte *de* qualquer distinção semântica entre *onde* e *aonde* (VIEIRA, 2016, p. 62-63, **negritos nossos**).

A Linguística, em que pese a compilação do *Curso de Linguística Geral* tenha vindo à luz em 1916, teve sua primeira obra no Brasil ainda no século XIX, em 1880, da lavra de Júlio Ribeiro<sup>8</sup>; no ano de 1963, tornou-se disciplina obrigatória nos cursos superiores de Letras em nosso país; ou seja, da primeira obra até os dias de hoje, são mais de 140 anos, e mais quase 60 de institucionalização como disciplina de ensino superior; contudo, em nossos manuais de língua portuguesa, longe de suplantarem de vez a Gramática Tradicional, acaba por muitas vezes fornecer-lhe embasamento teórico e metodológico, fazendo-a de objeto de estudo; neste

---

<sup>8</sup>Cf. Aquino (2018).



trabalho em especial, temos um exemplo de como a Linguística pode descrever e mesmo explicar o comportamento linguístico dos usuários da língua portuguesa – em conformidade ou não com as prescrições da Gramática Tradicional – no que se refere à sínclise pronominal em dadas condições de produção de textos.

## 2 A LÍNGUA E A LINGUAGEM NA LINGUÍSTICA

No Capítulo 1, foi apresentada uma possibilidade de historiografia dos compêndios gramaticais, com destaque para os brasileiros, e suas respectivas ideias norteadoras, as quais, segundo Vieira (2016) podem ser reunidas no Paradigma Tradicional de Gramatização – o PTG. As obras aderentes ao PTG, segundo o autor:

- confundem gramática, norma e língua, entendendo-as como objetos autônomos, homogêneos e estáticos, independentes de seus usuários e a serviço da expressão do pensamento;
- tomam a frase como unidade máxima de análise e consideram imanente o seu sentido;
- privilegiam a escrita literária pregressa em detrimento de outras esferas de uso da língua;
- buscam construir e ensinar um padrão linguístico ideal a partir da prescrição de supostas formas corretas e legítimas;
- veem as variedades linguísticas dominantes da sociedade como superiores às de menor prestígio;
- utilizam um aparato categorial, conceitual e terminológico comum, fixo e estanque, a despeito de lacunas e contradições (VIEIRA, 2016, p. 22).

Nesta pesquisa, que se insere na área de estudos da Linguística, importa agora desfazer essa “confusão” à qual Vieira (2016) se refere, entre gramática, norma e língua, buscando esclarecer os pontos de afastamento e de aproximação entre língua, norma e sistema, e outros com os quais estes se encontram relacionados, como linguagem, sistema, discurso. Com relação à suposta homogeneidade e estaticidade da língua, veremos como as línguas são heterogêneas, ou seja, apresentam variação, e mudam no tempo e no espaço. Para além dessas transformações que seriam naturais da própria língua, será abordado o uso efetivo da língua, que se dá nos textos, obrigatoriamente vinculados a um gênero discursivo, que, por sua vez, está inserido dentro de um domínio discursivo (OLIVEIRA, 2007). Os gêneros discursivos, adicionalmente, são regidos por um contrato de comunicação (CHARAUDEAU, 2010), cujas “cláusulas” constam, entre outras coisas, da variedade da língua a ser utilizada.

### 2.1 Considerações sobre a Obra de Saussure

Antes de dedicarmo-nos ao tema desta seção, é relevante para esta pesquisa fazer algumas considerações a respeito da obra de Saussure. A importância de Saussure é largamente reconhecida. Nas palavras de Benveniste (1971, p. 107) acerca do mestre

genebrino, “não há hoje linguista que não lhe deva algo. Não há teoria geral que não mencione o seu nome”. Contudo, é sabido que, por muitas décadas, o que se tinha por obra de Saussure era o *Curso de Linguística Geral*, o qual apresenta ressalvas fundamentais já em seu prefácio, elaborado por Ch. Bally e Alb. Sechehaye. Os autores não dispunham de nenhum material de autoria de Saussure que pudesse corresponder aos cursos de Linguística Geral ministrados pelo mestre em 1906-1907, 1908-1909: relata-se a frustração pelo fato de que dos cursos ministrados pelo mestre genebrino não havia sido elaborado um livro e que, uma vez falecido o ilustre professor, tentaram obter, da viúva de Saussure, manuscritos deixados por ele; a ideia seria realizar uma compilação das anotações de Saussure com a de seus alunos. Contudo, grande foi a decepção de Bally e Sechehaye ao não encontrarem nada que pudesse corresponder às conferências ministradas por Saussure.

Todos que tiveram o privilégio de acompanhar tão fecundo ensinamento deploraram que dele não tivesse surgido um livro. Após a morte do mestre, esperávamos encontrar-lhe nos manuscritos, cortesmente postos à nossa disposição por Mme de Saussure, a imagem fiel ou pelo menos suficientemente fiel de suas geniais lições; entrevíamos a possibilidade de uma publicação fundada num simples arranjo de anotações pessoais de Ferdinand de Saussure, combinadas com as notas dos estudantes. Grande foi a nossa decepção; não encontramos nada ou quase nada que correspondesse aos cadernos de seus discípulos; F. de Saussure ia destruindo os borradores provisórios em que traçava, a cada dia, o esboço de sua exposição! As gavetas de sua secretária não nos proporcionaram mais que esboços assaz antigos, certamente não destituídos de valor, mas que era impossível utilizar e combinar com a matéria dos três cursos (BALLY; SECHEHAYE, 2012, p. 23-24).

Teria restado, então, recorrer às anotações feitas pelos estudantes ao longo das três séries de conferências. Srs. Louis Caille, Léopold Gautier, Paul Regard e Albert Riedlinger colaboraram com suas anotações referentes aos dois primeiros cursos; com as anotações referentes ao terceiro curso, colaboraram a Sr.<sup>a</sup> Albert Sechehaye e os Srs. George Dégallier e Francis Joseph. Os prefacistas fazem menção ainda à colaboração do Sr. Louis Brüttsch acerca de “um ponto especial” (BALLY; SECHEHAYE, 2012, p. 24) e à colaboração do Sr. Jules Ronjat, que revisou o manuscrito antes da impressão.

Mais desafios, contudo, colocavam-se. Nas palavras dos prefacistas, “era mister, para cada curso, e para cada pormenor de curso, comparando todas as versões [das anotações dos alunos], chegar até o pensamento do qual tínhamos apenas ecos, por vezes discordantes” (BALLY; SECHEHAYE, 2012, p. 24), o que se resolveu com o recurso, para os dois primeiros cursos, aos contributos do Sr. A. Riedlinger, e para o terceiro curso, ao “trabalho minucioso de colação e arranjo” de A. Sechehaye. Mas desafiava aos editores o que fazer depois disso, uma vez que a forma oral de ensino de Saussure frequentemente apresentava contradições com as anotações. Escrevem os autores que

F. de Saussure era um desses homens que se renovam sem cessar; seu pensamento evoluía em todas as direções, sem com isso entrar em contradição consigo próprio. Publicar tudo na sua forma original era impossível; as repetições inevitáveis numa exposição livre, os encavalamentos, as formulações variáveis teriam dado, a uma publicação como tal, um aspecto heteróclito (BALLY; SECHEHAYE, 2012, p. 24-25).

Considerando, assim, a incessante renovação do mestre, decidiu-se, então, “tentar uma reconstituição, uma síntese, com base no terceiro curso”, utilizando-se de todos os materiais de que se dispunha” (BALLY; SECHEHAYE, 2012, p. 25). Contudo, conforme pontuam Marques (2016), citando De Mauro (1967) e Komatsu (1993); e Depecker (2012), Charles Bally e Albert Sechehaye, editores do *Curso*, não assistiram a nenhum dos cursos de Linguística Geral cujas anotações foram utilizadas na composição do *Curso*, e Albert Riedlinger, assistiu aos cursos do semestre de inverno de 1907 e aos do ano de 1908-1909:

Ferdinand de Saussure é o autor de um Curso que ele não escreveu. O *Curso de Linguística Geral* é obra de dois de seus discípulos, Charles Bally e Albert Sechehaye, reconstruído a partir de anotações feitas por alunos durante o curso de Saussure. Mas nenhum dos dois assistiu a seus cursos de linguística geral. Apenas um terceiro redator, Albert Riedlinger, que contribui para dar forma uma síntese daquilo que se tornará o Curso, havia assistido aos cursos ministrados durante o semestre de inverno de 1907 e aos do ano de 1908-1909. Mas não à terceira sessão desse importante curso (1910-1911), a partir da qual será em grande parte elaborado o famoso *Curso de Linguística Geral* (DEPECKER, 2012, p. 11-12).

Há uma variedade de questionamentos oriundos dos fatos apresentados acima. Ao apontar alguns itens do que seria “uma série intermínima de problemas” da obra atribuída a Saussure, Nicolau Salum, um dos tradutores da obra para o português, no prefácio à edição brasileira de 2012 do *Curso de Linguística Geral*, escreve:

Entretanto, hoje não se pode deixar de reconhecer que o *Cours* levanta uma série intermínima de problemas. Porque no que toca a eles, Saussure – como Sócrates e Jesus – é recebido “de segunda mão”. Conhecemos Sócrates pelo que Xenofonte e Platão escreveram como sendo dele. O primeiro era muito pouco filósofo para entendê-lo, e o segundo, filósofo demais para não ir além dele, ambos distorcendo-o (SALUM, 2012, p. 14).

Salum levanta três problemas acerca do *Curso de Linguística Geral*. O primeiro deles é que Saussure não estava satisfeito com o desenvolvimento do conteúdo do curso, pois, para obedecer ao programa, tinha que incluir matéria ligada às línguas indo-europeias, sentia-se limitado pela compreensão dos estudantes, e não sentia como definitivas suas ideias; o segundo problema diz respeito a que os apontamentos dos alunos, que, segundo Salum, dificilmente corresponderiam literalmente às palavras de Saussure, o que faz coro com outros estudiosos da obra de Saussure, a exemplo de Marques (2016), quando esta argumenta que:

Observa-se, portanto, que a origem do texto em si mesma já indica dois aspectos problemáticos relacionados à segurança sobre as proposições presentes no CLG: o fato de os editores (1) não figurarem entre os inscritos de nenhum dos cursos de linguística e (2) tomarem os cadernos de alunos como reprodução do pensamento do

professor. Controvérsias à parte, a (dis)paridade das notas dos alunos ou a imprecisão dos conceitos descritos e pelos editores evidenciam que o legado de Saussure é tão envolto de sutilezas e controvérsias quanto a própria concepção de língua enquanto objeto de investigação (MARQUES, 2016, p. 15).

E o terceiro problema, já antecipado na citação a Marques (2016) logo acima, diz respeito à frase final do *Curso*, “a Linguística tem por único e verdadeiro objeto a língua encarada em si mesma e por si mesma” – que não seria do mestre, mas sim dos seus editores; no dizer de Loïc Depecker, ao citar Tullio de Mauro:

A linguística tem como único e verdadeiro objeto a língua considerada em si e para si mesma” (Sources manuscrites, p. 181) – “O editor de uma das melhores edições do Curso de Linguística Geral, Tullio de Mauro, revela, a esse respeito, que este é “um caso de ‘adivinhação’ injustificada das intenções de Saussure” (1972, p. 407, nota 13). Adivinhação ainda mais preocupante, pois é a essa conclusão que os autores querem nos conduzir (DEPECKER, 2012, p. 14).

Pode-se, assim, dizer, junto com Depecker (2012, p. 14), que “[...] o século XX interpretou o pensamento de Saussure por intermédio de um Curso que ele não escreveu, e cuja reconstituição final se deve a redatores que não o tinham ouvido sobre esse assunto” e que

Saussure foi lido apenas de maneira parcial, pois os manuscritos suscetíveis de esclarecer em profundidade seu pensamento só ressurgiram progressivamente. Pensávamos ter o essencial de sua teoria e nos encontramos diante de um imenso quebra-cabeça formado de elementos esparsos de um pensamento genial e fulgurante (DEPECKER, 2012, p. 22).

Aqui, Depecker (2012) alude aos manuscritos de Saussure encontrados em 1996 e que constituem parte da obra *Escritos de Linguística Geral* (MARQUES, 2016), publicada em português no ano de 2004:

[...] calhamaços de anotações que dormiam na estufa do castelo da família Saussure em Genebra são encontrados em 1996 durante uma reforma. Imaginem a surpresa dos descobridores, quase 80 anos após a morte de Saussure! Essas anotações se tornaram acessíveis em 2002 por intermédio de Simon Bouquet e Rudolf Engler (*Écrits de Linguistique Générale* por Ferdinand de Saussure, Gallimard, Paris). Elas confirmam, consolidam, completam inúmeros pontos. Principalmente que Saussure trabalhava em um “opúsculo” sobre a linguística, apoiando algumas das suas declarações nos métodos utilizados e nas impropriedades da terminologia linguística empregada na época, criando ambiguidade e confusão: “Seria necessário retomar, e não sabemos por que lado começar” (BPU, caixa 17, VI, f. 1; *Escritos*, p. 40). Fragmentos, rasgados, atormentados, inacabados, esparsos. Mas surpreendentes. Considerando-os em sua lógica, eles formam um conjunto maior que, comparado às notas que já possuíamos, revolucionam da ideia que tínhamos da teoria de Saussure (DEPECKER, 2012, p. 21).

Marques (2017), ao tratar desses manuscritos, conta o que se acredita ser-lhes a origem. Segundo a professora, Saussure, após dez anos lecionando em Paris, assumiu a cadeira de “História e Comparação das línguas indo-europeias” em novembro de 1891, na Universidade de Genebra, que “oferecia esporadicamente conferências abertas ao público (gratuitas), como atividades extras aos cursos regulares apresentados em programa anual”

(MARQUES, 2016, p. 34), e a estreia de Saussure ter-se-ia dado a propósito de um ciclo de três conferências. Ao enumerar-lhes a ementa, Marques (2017, p. 159-160) cita que:

Na primeira conferência, Ferdinand de Saussure explicita a organização de sua fala para as três primeiras conferências: **na primeira, ele aborda o princípio da continuidade no tempo; na segunda, é examinada a sua contraparte, que é a transformação no tempo; por último, mas não menos importante, a continuidade e a divergência da língua no espaço são objeto de observação** [grifos nossos].

Temos, pois, fundamentando-se em Saussure, que as línguas se transformam no tempo e no espaço. Tais assertivas, mais adiante, serão importantes na compreensão da variação e da mudança, no tocante, sobretudo, como se verá, ao fato de que elas se originam na fala, *parole*, desmitificando a ideia que norteou o pensamento acerca de Saussure por décadas de que o verdadeiro objeto da linguística seria a *langue*, língua. Assim, este capítulo tratará de definir a linguagem nas suas esferas língua e fala, além, como já se mencionou, das transformações das línguas no tempo e no espaço. Conquanto tenham sido enumerados problemas da edição do *Curso de Linguística Geral*, esta fonte não será descartada nesta pesquisa, mas complementada com os manuscritos de Saussure apresentados e comentados por Depecker (2012) e Marques (2016; 2017).

## 2.2 Linguagem e Língua – sistema, fala e mudança

Uma das palavras mais largamente utilizada em textos acadêmico-científicos – estejam eles no âmbito da Linguística ou mesmo fora dele – é a linguagem. Vemo-la sendo empregada como forma de significar formas quaisquer de representação, de modo que temos a palavra linguagem vinculada inclusive ao que não é humano. Contudo, é importante delimitar a linguagem para a Linguística. Recorramos, neste momento, a um estudioso que nos é contemporâneo – Marcos Bagno – que apresenta duas definições para o termo em questão, a saber:

Linguagem<sub>1</sub> – faculdade cognitiva da espécie humana que permite a cada indivíduo representar/expressar simbolicamente sua experiência de vida, assim como adquirir, processar, produzir e transmitir conhecimento (BAGNO, 2014, p. 58).

Linguagem<sub>2</sub> – todo e qualquer sistema de signos empregados pelos seres humanos na produção de sentido, isto é, para expressar sua faculdade de representação da experiência/conhecimento (BAGNO, 2014, p. 59).

Das duas definições apresentadas acima por Bagno, temos que a linguagem, no domínio da Linguística, é um atributo humano, sendo a faculdade da linguagem aquilo que

permite aos homens conhecer e fazer conhecer o mundo em seu redor (Linguagem<sub>1</sub>), ou os sistemas de signos utilizados pelos homens para o exercício desta faculdade (Linguagem<sub>2</sub>), a exemplo das línguas (idiomas).

Em que pese, todavia, a segunda definição seja abrangente, Saussure, a propósito de refletir a validade de estudar, em si mesmo, a linguagem – “Pode-se considerar a linguagem ou a língua como um objeto que pede, por si mesmo, esse estudo?” (SAUSSURE, 2004, p. 128) – conclui, segundo Marques (2016, p. 35), “linguagem e língua (enquanto idioma) são intrinsecamente ligadas, de forma que uma implica a outra, sendo utópico estudar linguagem sem saber línguas e vice-versa”, uma vez que a faculdade da linguagem se realiza com a língua, que, por sua vez, materializa-se na fala:

A faculdade da linguagem só pode realizar-se a partir da inserção do indivíduo na coletividade, no contato do indivíduo com a língua, enquanto produto social, materializa-se apenas no uso individual da fala, que é a realização da faculdade da linguagem. [...]. Assim, cada falante possui individualmente a faculdade da linguagem que se consubstancia na imersão e consequente interação social, isto é, a instituição que é a língua; ademais, **o ato individual de realização dessa faculdade configura a fala, necessariamente sob as normas regidas pela língua estabelecida em sociedade**. Partindo da faculdade individual da linguagem, língua e fala compõem um circuito que se autoalimenta: **o social dita as normas para o individual**, enquanto o individual repete, transgride e transforma o social (MORAES, 2016, p. 90, grifos nossos).

Do fragmento acima, temos a língua em duas esferas comunicantes entre si; a língua enquanto sistema de signos, isto é, um produto (sempre inacabado) semiológico, com regras de combinação, em produção na sociedade, coletivamente, livre da vontade individual, que rege a fala, voluntária e individual. Isto é corroborado nos *Escritos de Linguística Geral*, quando se postula que “tudo o que é levado aos lábios pelas necessidades do discurso e por uma operação particular, é a fala<sup>9</sup>. Tudo o que está contido no cérebro do indivíduo, o depósito das formas ouvidas e praticadas e de seu sentido, é a língua” (SAUSSURE, 2004, p. 92)<sup>10</sup>. Importante destacar ainda que “o que é levado aos lábios” por um falante, vai ser

<sup>9</sup>Considerando que “a língua é um sistema de signos, a materialidade desses signos é, a priori, indiferente para o estudo da própria língua” e que, por isso, “os estudos linguísticos independem da realização fonológica em si mesma”, entenderemos a *fala* em sentido mais amplo que este de “tudo o que é levado aos lábios”, como em Coseriu (1981 [2001], p. 55), para quem “falar é produzir textos”; caberia incluir, portanto, línguas de sinais e até a escrita, como veremos mais adiante. Marques (2016), ao comentar as anotações feitas por Patois sobre o segundo *Curso de Linguística Geral*, declara que “A literatura escrita é, pois, uma ramificação dos interesses da linguística, tanto por seu valor unificador, quando pela artificialidade desdobrada sobre a língua falada” (MARQUES, 2016, p. 91).

<sup>10</sup>Cabe aqui ressaltar o que salienta Coseriu (1980, p. 6) acerca da distinção entre língua (*langue*) e fala (*parole*), conhecida por muitos como tendo sido da lavra de Saussure: “Uma outra distinção moderna que, na realidade vem desde a Antiguidade e que, por vezes é retomada até com a mesma roupagem daquele tempo, é a que diz respeito à língua enquanto saber, técnica, e falar enquanto realização da técnica linguística concreta – na terminologia saussuriana, entre *langue* e *parole* ou, segundo a oposição afim proposta por A. Noam Chomsky, entre *competence* (competência) e *performance* (desempenho). Na realidade, esta distinção, também atribuída correntemente a Saussure, está implícita em toda a gramática desde que existe uma disciplina gramatical, porque

levado ao cérebro de seus interlocutores, fazendo com que língua e fala não cessem de cruzar infinitamente neste circuito, motivo pelo qual Depecker (2012, p. 142) defende que “não é necessário se limitar a considerar a fala como estando do lado individual, e a língua do lado social”. Para ilustrar o que diferencia e o que aproxima a língua da fala, bem como esclarecer a coletividade e a individualidade entre uma e outra, pode-se recorrer a um exemplo das anotações de Constantin referentes ao terceiro curso de Linguística Geral, em 1911, disponível na obra *Compreender Saussure a Partir dos Manuscritos*. Nele, o aluno de Saussure toma nota da resposta a um questionamento acerca de como a língua estaria presente numa multidão hipotética em uma feira. Vejamo-lo:

“Sob forma de um depósito <existente no cérebro> de cada uma das pessoas que compõem a multidão <como um dicionário cujos exemplares seriam divididos entre as pessoas>. Essa coisa ainda que interior a cada indivíduo é ao mesmo tempo um bem coletivo, e está colocado fora da vontade de indivíduo.  $1+1+1...=1$  (modelo coletivo)” (Curso III, Notas de Constantin, 19 de maio de 1911, p. 304). Novamente, cruzamento entre individual e coletivo, entre língua e fala. A língua é “interior a cada indivíduo” e vista desta vez como fora da vontade do indivíduo. Ela é a soma dos depósitos das formas, de suas significações e de suas combinações existentes em cada indivíduo. Em relação à fala, eis o que ele escreve: “De que maneira a fala se apresenta nessa mesma multidão? Ela é a soma daquilo que as pessoas dizem umas para as outras, isto é, a) combinações individuais, frases, que dependem da vontade do indivíduo e respondem ao seu pensamento individual; b) atos de fonação, que são a execução dessas combinações, igualmente voluntárias. Será que esses atos de fonação e de combinação interiores se correspondem entre si? Existe um ato de fala coletivo dessa multidão? Não.  $1+1+1...=1+1+1...$ ” (Curso III, Notas de Constantin, 19 de maio de 1911, p. 304). É a soma das falas individuais que faz a língua, a língua permanecendo para além do indivíduo (DEPECKER, 2012, p. 141).

Coseriu (1980), por seu turno, reconhece três níveis da linguagem: além do social, que o linguista romeno nomina como **histórico**, e do individual, ele define o universal; a ver:

Dentro da linguagem se podem distinguir portanto três níveis: um universal, outro histórico e outro individual, que de resto se distinguem mais ou menos claramente também do ponto de vista prático. Por exemplo, quando dizemos que uma criança ainda não fala, não queremos dizer com isso que ela ainda não fala italiano ou outra língua, mas que ainda não realiza a faculdade geral de falar; referimo-nos ao nível universal. Se, por outro lado, percebemos que se está falando uma língua x, identificamos o nível histórico da linguagem, vale dizer, o falar, segundo uma técnica determinada. E se, finalmente, dizemos *É Pedro quem fala*, identificamos o nível individual da linguagem (COSERIU, 1980, p. 91-92).

Ainda recorrendo ao circuito a que alude Moraes (2016, p. 90), temos que “o individual [a fala] repete, transgride e transforma o social [a língua]<sup>11</sup>”. Coseriu (1979, p. 71),

---

nenhuma gramática descreveu o falar, o desempenho, mas pretendeu descrever a língua, o saber linguístico, a langue, a competência. Isto, naturalmente, de modo implícito”. Mais adiante, tornaremos a abordar esta citação aos *Escritos de Linguística Geral*.

<sup>11</sup>Com relação ao papel da fala na inovação, referida por Moraes (2017) como “transgressão”, temos, no *Curso de Linguística Geral*, as seguintes assertivas: “Um fato de evolução é sempre precedido de um fato, ou melhor, de uma multidão de fatos similares na esfera da fala; isto em nada debilita a distinção estabelecida anteriormente [língua, social, e fala, individual]; esta se acha inclusive confirmada, pois na história de toda inovação encontram-se dois momentos distintos: 1º - aquele em que ela surge entre os indivíduos; 2º - aquele em que se



argumenta no mesmo sentido, estabelecendo que a “transgressão” (mudança) ocorreria em duas etapas: **inovação** e **adoção**.

A mudança linguística tem a sua origem no diálogo: na passagem de modos linguísticos do falar de um interlocutor ao saber do outro. Tudo aquilo em que o que é falado pelo falante – enquanto modo linguístico – se afasta dos modelos existentes na língua pela qual se estabelece o colóquio se pode chamar **inovação**. E a aceitação duma inovação, por parte do ouvinte, como modelo para ulteriores expressões pode-se chamar **adoção** [...]. Essa distinção talvez pareça óbvia, e de pouca importância; entretanto, é fundamental para a compreensão e a colocação correta do problema teórico da mudança linguística. Muitos estudiosos parecem pensar que, tendo explicado a “inovação”, tenham explicado a “mudança”; mas esta é outro erro que procede do fato de tratar o problema no plano da língua abstrata. De fato, na língua abstrata cada modelo é único (um modelo, uma palavra); mas a cada modelo da língua abstrata corresponde um grande número de modelos nos muitos saberes individuais, e não se pode pensar que estes se modifiquem simultaneamente.

Portanto, em que pese, segundo Vieira (2016), o Paradigma Tradicional de Gramatização – PTG – considere a língua como “homogênea” e “estática”, Saussure, já nos manuscritos da sua primeira conferência em Genebra, argumentava que “a língua se diferencia no tempo e, ao mesmo tempo, ela se diferencia ou se diversifica no espaço” (SAUSSURE, 2004, p. 132), uma vez que, no dizer de Marques (2016, p. 51),

as transformações linguísticas são abordadas como próprias do curso natural das línguas, uma vez que apenas influência artificial externa pode explicar a anomalia de uma língua que permanece imutável (ou quase) no decorrer do tempo. “Desse modo, é preciso distinguir totalmente corrupção e mudança e desfazer a ideia de corrupção, que não tem lugar em linguística” (SAUSSURE por RIEDLINGER, Curso I, 1907, p. 13). [...] É interessante observar logo no início do primeiro curso essa abordagem que hoje poderia ser classificada como sociolinguística, na qual a concepção de erro não tem lugar, mas sim a concepção de variantes. Isso porque “da ideia de corrupção deriva a falsa apreciação de regionalismos e dialetos” (SAUSSURE por RIEDLINGER, Curso I, 1907, p. 14). Consequentemente, uma análise linguística não contempla desenvolvimento ou corrupção, antes trabalha a partir de mudanças regulares e irregulares.

Apesar de se transformar no tempo e no espaço, “nenhuma interrupção, nenhuma cisão, nenhum hiato, é imaginável na tradição da língua” (SAUSSURE, 2004, p. 136), do que resulta que

há transformação, ainda e sempre transformação, mas não há, em parte alguma, produção de um ser linguístico [língua] novo, com existência distinta do que o precedeu e do que seguirá a ele. Nada de línguas mães, nada de línguas filhas, mas uma língua uma vez dada, que rolará e se desenrolará indefinidamente no tempo, sem nenhum termo prefixado à sua existência, sem que haja, nem mesmo a possibilidade interior de acabar se não houver acidente, nem violência, se não houver uma força maior, superior e exterior que venha aboli-la (SAUSSURE, 2004, p. 137).

---

tornou um fato de língua exteriormente idêntico, mas adotado pela comunidade” (SAUSSURE, 2012, p. 141). Contudo, “a língua retém somente uma parte mínima das criações da fala; mas as que duram são bastante numerosas para que se possa ver, de uma época a outra, a soma das formas novas dar ao vocabulário e à gramática uma fisionomia inteiramente diversa” (SAUSSURE, 2012, p. 227).

Do exposto acima, Moraes (2017) apresenta a conclusão de que as línguas neolatinas são o latim em outro tempo e em outro espaço, o que comprova que o tempo e o espaço viabilizam transformações linguísticas distintas em diferentes pontos do mapa, o que se dá

devido à absoluta continuidade, acrescida da contínua transformação da língua no tempo, por intermédio de operações mecânicas e psicológicas, ou fonéticas e analógicas<sup>12</sup>, que ocorrem de forma independente em cada comunidade de fala. Assim, embora se tenha uma mudança inevitável dos fatos linguísticos, ela não é a mesma quando se acrescenta a variação geográfica (MORAES, 2017, p. 173).

#### O que advém do fato de que

cada região está colocada no percurso de um certo número de fenômenos linguísticos, que tem, cada um, seus percursos determinados; a soma das características que resulta, para cada região, da superposição acidental de tal e tal fenômeno é o que se constitui, se assim preferir, o dialeto dessa região. Mas é impossível encontrar uma característica que permita delimitar esse dialeto com relação a qualquer outro<sup>13</sup> (SAUSSURE, 2004, p. 148).

Cabe aqui, então, enfatizar que “nenhuma sociedade conhece nem conheceu a língua de outro modo que não fosse herdado de gerações anteriores<sup>14</sup> e que cumpre receber como tal” (SAUSSURE, 2012, p. 112). Sendo produto transmitido a herdeiros aos quais cumpre recebê-lo como tal – sem que possam modificá-lo quer na individualidade, quer na coletividade –, a língua apresenta, justamente por ser transmitida, a impassibilidade a “**toda transformação linguística geral e repentina**” (SAUSSURE, 2012, p. 112, grifos nossos); tal impassibilidade motiva-se, entre outras coisas, pelas razões abaixo:

1. *O caráter arbitrário do signo.* Saussure, neste argumento, vale-se da premissa de que para que algo seja discutido, tal coisa precisa ser baseada em uma fundamentação razoável, o que colide com a arbitrariedade. Se algo é imposto sem uma motivação clara, seguindo o raciocínio de Saussure, não será possível questioná-lo; assim, “a própria arbitrariedade do signo põe a língua ao abrigo de toda tentativa que vise a modificá-la. A massa, ainda que fosse mais consciente do que é, não poderia discuti-la” (SAUSSURE, 2012, p. 113).

<sup>12</sup>Sobre a analogia, entramos no *Curso de Linguística Geral*: “A língua não cessa de interpretar e de decompor as unidades que lhe são dadas. [...]” (SAUSSURE, 2012, p. 227). A língua é um traje coberto de remendos feitos de seu próprio tecido. [...]. A imensa maioria das palavras constitui, de um modo ou de outro, combinações de elementos fônicos arrancados a formas mais antigas. Nesse sentido, pode-se dizer que a analogia, precisamente porque utiliza sempre a matéria mais antiga para as suas inovações, é eminentemente conservadora” (SAUSSURE, 2012, p. 230). Por causa do uso da matéria mais antiga é que a comunidade falante continua a se entender, e muitas vezes reconhecemos palavras semelhantes até mesmo em línguas estrangeiras, a despeito da transformação.

<sup>13</sup>Complementarmente à citação de Saussure, Moraes (2017, p. 174) reforça: “Não é possível, [...], delimitar linguisticamente os aspectos exatos que as unem e que as diferenciam [as línguas], assim como não é possível estabelecer até que ponto um dialeto vai se transformar e alcançar o estatuto de língua para a comunidade falante.”

<sup>14</sup>Aqui interessa destacar que “as gerações, longe de se sobrepor umas às outras, como as gavetas de um móvel, se mesclam e interpenetram e contêm cada uma indivíduos de todas as idades” (SAUSSURE, 2012, p. 112).

2. *A multidão de signos necessários para constituir qualquer língua.* Este argumento diz respeito ao fato de os signos linguísticos serem inumeráveis; segundo Saussure, “a importância desse fato é considerável” (SAUSSURE, 2012, p. 113).

3. *O caráter demasiado complexo do sistema.* Para sustentar este argumento, Saussure destaca que a língua constitui um sistema, que é um mecanismo complexo, que só pode ser compreendido pela reflexão, e os usuários da língua o “ignoram profundamente”, de modo que a transformação desse sistema não poderia ocorrer sem a intervenção de estudiosos que o conheçam e o reflitam; mas “a experiência, porém, mostra que até agora as intervenções nesse sentido não tiveram êxito algum” (SAUSSURE, 2012, p. 113-114).

4. *A resistência da inércia coletiva a toda renovação linguística.* Diferentemente de outras instituições mais restritivas, como religiões, administração pública, entidades profissionais, uma língua mobiliza toda uma massa falante, que a maneja e dela se serve em tempo integral, de modo que “sofre sem cessar a influência de todos” (SAUSSURE, 2012, p. 114), oferecendo, por essa razão, menos oportunidades às iniciativas de transformação. Ainda segundo Saussure, “A língua forma um todo com a vida da massa social e esta, sendo naturalmente inerte, aparece como um fator de conservação” (SAUSSURE, 2012, p. 114), contudo, o autor adiciona que a esse “peso da coletividade” deve-se acrescentar o fato de que “a língua está situada no tempo” (SAUSSURE, 2012, p. 114), pois é no tempo que se realiza a convenção arbitrária do signo e é nele que tal convenção se fixa e passa a fazer parte de uma tradição na língua. O signo é então arbitrário porque se baseia na tradição, que também é arbitrária. Se é o tempo que permite que uma convenção seja feita arbitrariamente e, no seu decurso, se fixe e passe a fazer parte da tradição de determinada língua, é também neste mesmo tempo que se poderá dar a alteração<sup>15</sup> de um signo. Há aqui uma contradição a ser esclarecida: nas palavras do *Curso*, “o tempo, que assegura a continuidade da língua, tem um outro efeito, em aparência contraditório: o de alterar mais ou menos rapidamente os signos linguísticos e, em certo sentido, pode-se falar ao mesmo tempo, da imutabilidade ou da mutabilidade do signo” (SAUSSURE, 2012, p. 115). Contudo, esclarece o *Curso* que, apesar de estar em condição de alteração, “o que domina em toda alteração é a persistência da

---

<sup>15</sup>Saussure define alteração com as seguintes palavras: “Poder-se-ia fazer acreditar que se tratasse especialmente de transformações fonéticas sofridas pelo significante ou então transformações do sentido que afetam o conceito e o significado. Semelhante perspectiva seria insuficiente. Sejam quais forem os fatores de alteração, quer funcionem isoladamente ou combinados, levam sempre a um deslocamento de relação entre o significante e o significado” (SAUSSURE, 2012, p. 115). Por “isoladamente ou combinados”, entende-se em ambos, significante e significado; ou em um ou outro.

matéria velha; a infidelidade ao passado é apenas relativa<sup>16</sup>. [...] a alteração se baseia no princípio da continuidade” (SAUSSURE, 2012, p. 115; cf. nota de rodapé nº 9). Tal postulado relativo à dependência da alteração em relação à continuidade vem a confirmar as ressalvas feitas no *Curso* anteriormente: “Por fim, voltando a língua, perguntar-se-á por que o fator histórico da transmissão domina totalmente e exclui toda transformação linguística **geral e repentina**” (SAUSSURE, 2012, p. 112); o que se pode explicar com o argumento de que “será mister lembrar também a soma de esforços que exige o aprendizado da língua materna para concluir a impossibilidade de **transformação geral**” (SAUSSURE, 2012, p. 112-113).

Se quisermos ainda justificar a impassibilidade de transformações abruptas em uma perspectiva territorial, podemos recorrer aos conceitos de força do campanário e força do intercurso. Expõe Marques (2016, p. 138):

Na perspectiva territorial, toda massa humana é influenciada por dois fatores simultaneamente: a força do campanário e a força do intercurso. A primeira diz respeito à força centralizadora, de cunho sedentário e de manutenção de hábitos e costumes; a segunda, corretiva da primeira, refere-se a todos os fatores que levam os homens a se relacionarem com os diferentes povos (vizinhos ou a qualquer distância). A ação dessas forças exerce influência de divisão (a partir de atitudes de conservação da língua por um vilarejo, por exemplo) e de unificação (considerando as influências de um povo sobre outro), posto que “toda onda de inovação supõe, ao mesmo tempo, força divisória e unificante” (SAUSSURE, ELG, 2004, p. 276).

### 2.3 A Variação

Até aqui, dedicamo-nos a abordar a transformação da linguagem no tempo e no espaço, o que pressupõe uma massa falante de uma determinada língua em uma linha do tempo, numa perspectiva diacrônica, portanto. Cumpre agora abordarmos a heterogeneidade da língua em determinado ponto no tempo, em perspectiva sincrônica. Sobre isso, postula Coseriu (1980, p. 110):

[...] uma língua histórica (língua construída historicamente como unidade ideal e identificada como tal pelos seus próprios falantes e pelos falantes de outras línguas, habitualmente através de um adjetivo “próprio”: língua portuguesa, língua italiana, língua inglesa, língua francesa, etc.), esta técnica não é nunca perfeitamente homogênea. Muito ao contrário: em geral, representa um conjunto assaz complexo de tradições linguísticas historicamente conexas, mas diferentes e só em parte concordantes. Em outros termos: uma língua histórica apresenta sempre variedade interna.

<sup>16</sup>Neste sentido, postula Coseriu (1980, p. 101), que a língua, conquanto “criação, isto é, produção contínua de elementos novos, e, portanto, nesse sentido, ‘liberdade’, por outro lado a linguagem é, ao mesmo tempo, ‘historicidade’, técnica histórica e tradição, vínculo com outros falantes presentes e passados. Em suma, solidariedade com a história atual e com a história anterior da comunidade dos falantes”.

Coseriu (1980) elenca ainda três tipos dessas diferenças: (1) diferenças diatópicas, que são aquelas encontradas em determinado espaço geográfico; (2) diferenças diastráticas, que correspondem às diferenças entre os estratos socioculturais da comunidade linguística; (3) diferenças diafásicas, que se dariam entre os diversos tipos de modalidade expressiva, por exemplo, entre um artigo acadêmico-científico e um meme, ou mesmo entre um *podcast* e *vlog*, para utilizar gêneros mais atuais. Adicionalmente, temos que “As variedades linguísticas que caracterizam – no mesmo estrato sócio-cultural – os grupos biológicos (homens, mulheres, crianças, jovens) e os grupos profissionais podem ser considerados como ‘diafásicas’” (COSERIU, 1980, p. 110-111).

O linguista romeno, a partir dessas diferenças, traz a noção de **dialeto, nível de linguagem e estilo de língua**:

A estes três tipos de diferenças correspondem, em sentido contrário, (vale dizer, no sentido da relativa homogeneidade das tradições linguísticas), três tipos de unidades de sistemas linguísticos mais ou menos uniformes, ou seja, de “línguas” pertencentes à mesma língua histórica: unidades consideradas em um só ponto do espaço ou que (praticamente) não apresentam diversidade espacial, isto é, **unidades sintópicas ou dialetos** (termo que poderá aplicar-se a todos os tipos de variedades regionais compreendidas na língua histórica, inclusive àquelas da língua comum); unidades consideradas num só estrato sócio-cultural ou que (praticamente) não apresentam diversidade deste ponto de vista: **unidades sintráticas ou níveis de língua** (são os chamados “dialetos sociais”); e unidades de modalidades expressiva, sem diferenças diafásicas, isto é, **unidades sinfásicas ou estilos de língua** (por exemplo: estilo familiar, estilo literário épico, etc.) (COSERIU, 1980, p. 112).

Ao considerarmos essas diferenças, chegamos à noção de diassistema, termo com o qual são definidas as línguas históricas, uma vez que formam “um conjunto mais ou menos complexo de ‘dialetos’, ‘níveis’ e ‘estilos de língua’” (COSERIU, 1980, p. 112), com a ressalva de que

nenhum desses “sistemas” é (mais ou menos) homogêneo, quando considerado de um só ponto de vista: para cada dialeto se podem estabelecer diferenças diastráticas e diafásicas (e daí níveis e estilos de língua); para cada nível, diferenças diatópicas e diafásicas (dialetos e estilos) e para cada estilo, diferenças diatópicas e diastráticas (dialetos e níveis). Outrossim, os limites entre níveis e estilos de língua podem ser diferentes segundo os vários dialetos, e os limites entre os estilos podem ser diferentes conforme os vários níveis (COSERIU, 1980, p. 113).

Do que decorre que

**uma língua histórica não pode ser descrita estrutural e funcionalmente como um sistema linguístico, como uma estrutura unitária e homogênea, simplesmente porque não o é; ao contrário, contém, em geral, sistemas linguísticos bastante diferenciados, às vezes não menos diferenciados do que certas línguas históricas reconhecidas como tais (pense-se, por exemplo, nos dialetos italianos setentrionais e meridionais).** Por outro lado, uma descrição estrutural única de toda uma língua histórica, sobre ser racional e empiricamente impossível, não teria nenhum interesse prático, uma vez que a língua histórica “não se fala”: não é realizada, como tal e de modo imediato, no falar, mas apenas através dessa ou daquela de suas formas determinadas em sentido diatópico, diastrático e diafásico. Nenhuma pessoa pode falar (simultaneamente) o italiano todo ou o inglês

todo, o inglês “sem adjetivo”, ou o italiano “sem adjetivo” (por exemplo, um italiano que não seja nem toscano, nem romano, nem milanês, etc., nem popular, nem culto, etc., nem familiar, nem solene, etc., ou, ao contrário, um italiano milanês e ao mesmo tempo siciliano, popular e ao mesmo tempo culto, familiar e ao mesmo tempo solene, etc.). Sempre se fala uma determinada forma de italiano, nunca o italiano, mas em todo caso um italiano (v. gr., o italiano comum romano de nível médio e em estilo familiar) (COSERIU, 1980, p. 113).

Dentro do conceito de língua histórica, está o conceito de língua funcional. Se a língua histórica seria marcada pela variação, pela heterogeneidade, a língua funcional corresponderia a uma língua considerada em sua unicidade e homogeneidade (o que não quer dizer que ela assim o seja, mas que apenas para determinado fim, seja considerada como tal), o objeto da descrição linguística:

Uma técnica linguística determinada (isto é: unitária e homogênea) dos três pontos de vista de que se vem falando – quer dizer, um só dialeto, em um só nível e num só estilo de língua – ou, em outros termos, uma língua sintópica, sinstrática e sinfásica, pode ser chamada língua funcional. **O adjetivo “funcional” encontra, neste caso, sua justificação no fato de que somente esta língua entra efetivamente nos discursos (ou “textos”). Num só e mesmo discurso pode, é claro, ocorrer mais de uma língua funcional (por exemplo, num discurso narrativo, um modo de falar do narrador e outro modo dos seus personagens, ou diversos modos de falar que caracterizem esses mesmos personagens), mas a cada momento do discurso se apresenta sempre necessariamente uma língua funcional determinada. O italiano, o inglês, o francês, o português, etc., como geralmente são entendidos, não se realizam diretamente nos discursos e por isso não são línguas funcionais: são, a rigor, “coleções” de línguas funcionais, enquanto uma língua funcional é uma forma inteiramente determinada de italiano, de inglês de francês de português, etc.** Uma língua comum fortemente unificada e rigidamente codificada (como, por exemplo, o francês “oficial”) aproxima-se desse conceito de língua funcional, mas não lhe corresponde exatamente, porque também numa língua desse tipo há pelo menos diferenças “estilísticas” (COSERIU, 1980, p. 113-114).

O objeto próprio da descrição linguística, entendida como descrição estrutural ou funcional é, justamente, a “língua funcional” ou, repetindo mais uma vez: um só “dialeto”, considerado em determinado “nível” e num determinado “estilo de língua”. Isto porque só no âmbito de tal tipo de língua, e não numa língua histórica considerada em sua plenitude, é que têm validade, de modo não ambíguo, as oposições estruturais e funções que se encontram numa tradição idiomática, bem como as suas relações sistêmicas (mesmo que uma oposição, estrutura ou função possa ser comum a várias línguas funcionais) (COSERIU, 1980, p. 114).

Então, se considerarmos que temos uma língua histórica na qual há uma coleção de línguas funcionais, que são realizadas nos discursos (ou textos), para realizar-se uma descrição “funcional-integral” (isto é, uma descrição que busque o levantar o saber idiomático efetivo, tal qual ele se realiza), é necessário tomar-se como *corpus* de análise o falar/escrever real dos integrantes de uma comunidade linguística, observando-se que os textos frequentemente contêm mais de uma língua funcional. Vejamos:

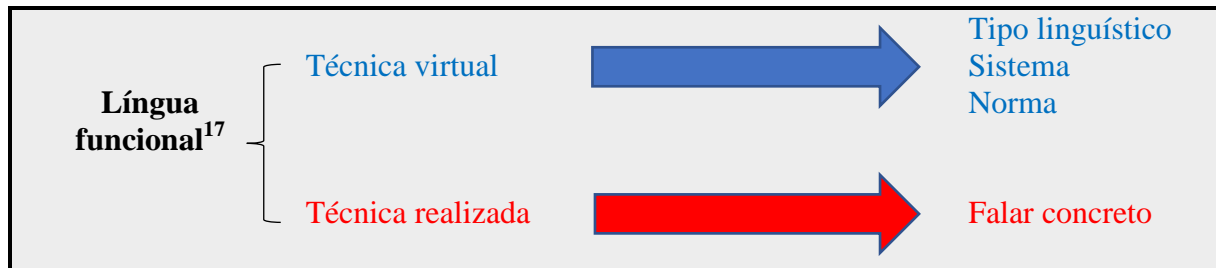
A língua funcional tem, como já se disse, a vantagem de ser a língua imediatamente “realizada” nos discursos (ou “textos”) e de ser homogênea (de ser propriamente

“uma única língua”). Por outra parte, porém, do ângulo de uma descrição “funcional-integral” (isto é, de uma descrição que, também por exigência de ordem prática, aspire a refletir o saber idiomático efetivo dos falantes de uma língua histórica ou, pelo menos, de certo número de falantes reais), a língua funcional apresenta o inconveniente de não poder ser facilmente deduzida dos textos nem tampouco do falar de um só indivíduo. Com efeito, embora a cada momento de um texto se realize uma determinada língua funcional, os textos em que ocorre mais de uma língua funcional – texto, no tocante a este aspecto, “plurilíngues” –, são frequentíssimos. E, se a língua histórica não corresponde, por “excessiva”, ao saber linguístico dos falantes – porque normalmente, exceto o caso de línguas históricas limitadas a pouquíssimas línguas funcionais (ou a uma só), nenhum falante conhece toda uma língua histórica –, a língua funcional não corresponde a esse saber linguístico por “restrita”, uma vez que todo falante conhece, pelo menos até certo ponto, mais de uma língua funcional (COSERIU, 1980, p. 114-115).

Uma descrição “funcional-integral” – seja na linguística científica como na glotodidática – deverá de qualquer maneira tratar de conciliar a exigência da homogeneidade do objeto da descrição estrutural com a exigência de corresponder a um saber idiomático real. Para tal fim, será, certamente, preciso escolher como objeto principal de descrição uma língua funcional determinada, porém, por outro lado, toda vez que se apresentar a necessidade, será preciso descrever paralelamente, como “desvio” possível dessa língua, o que os seus próprios falantes sabem (pelo menos passivamente) acerca de outras línguas funcionais (COSERIU, 1980, p. 117).

Vejam os a representação esquemática de uma língua funcional proposta por Coseriu:

Figura 2 – A Língua Funcional



Fonte: Adaptado de Coseriu (1980), p. 119.

De acordo com o esquema, uma língua funcional seria constituída por duas instâncias: a técnica virtual e a técnica realizada. À técnica realizada corresponde “a técnica linguística como técnica efetivamente realizada” (COSERIU, 1980, p. 122), o falar concreto, a língua tal qual utilizada por cada indivíduo, que traz modos inéditos. Já a técnica virtual compreenderia

<sup>17</sup>Língua funcional (língua que se pode falar) – é “um sistema de oposições funcionais e realizações normais”, ou melhor, sistema e norma. O sistema é “sistema de possibilidades, de coordenadas que indicam os caminhos abertos e os caminhos fechados” de um “falar” compreensível” numa comunidade; a norma, em troca, é um sistema de realizações obrigatórias, consagradas social e culturalmente: não corresponde ao que “se pode dizer”, mas ao que já disse” e tradicionalmente “se diz” na comunidade considerada. O sistema abrange as formas ideais de realização duma língua, isto é, a técnica e as pautas do correspondente fazer linguístico; a norma, os modelos já realizados historicamente com essa técnica e segundo essas pautas. Dessa maneira, o sistema representa a dinamicidade da língua, o modo de se fazer, e, portanto, a sua possibilidade de ir mais além do que já realizou; a norma, em troca, corresponde à fixação da língua em moldes tradicionais; e neste sentido, precisamente, a norma representa a todo momento o equilíbrio sincrônico (“externo” e “interno”) do sistema (COSERIU, 1979, pp. 50-51).

outras três instâncias: (1) norma – que “pode considerar-se como sistema de realizações obrigatórias, de imposições sociais e culturais, e depende da extensão e da índole da comunidade considerada” (COSERIU, 1959-60, p. 26-27); (2) sistema – “como sistema de possibilidades, de coordenadas que indicam os caminhos abertos e os caminhos fechados às necessidades expressivas ou ao arbítrio e ao capricho do falante, pertencente a uma comunidade” (COSERIU, 1959-60, p. 26); e (3) tipo linguístico – que seria mais abrangente que o sistema, uma vez que vai além das distinções, pois contém “os tipos de procedimentos e de funções, as categorias de distinções, oposições e estruturas que caracterizam essa língua” (COSERIU, 1980, p. 125). À guisa de exemplo do tipo linguístico, Bechara (2018a, p. 47), menciona que “as numerosas semelhanças que se podem apontar nas línguas românicas não se explicam somente pela origem comum e influências recíprocas, mas também porque, com exceção do francês, se configuraram em vários pontos por princípios funcionais análogos de tipo de linguísticos”. Tomemos aqui de exemplo a língua inglesa, em que não se constroem orações sem sujeito, sendo uma língua de tipo +sujeito, ou a própria língua portuguesa que, diferentemente do alemão, é uma língua -caso, uma vez que não temos declinações de casos.

## 2.4 Fala e Escrita

No âmbito dos estudos linguísticos, a escrita, por muitas décadas, teve a sua relevância questionada. Ao tomarmos o Capítulo VI do *Curso de Linguística Geral*, veremos o reconhecimento da relevância da escrita em alguns aspectos, mas tendo esta um papel secundarizado pela primazia da fala. A obra atribuída a Saussure consta do seguinte argumento:

O objeto concreto de nosso estudo é, pois, o produto social depositado no cérebro de cada um, isto é, a língua. Mas tal produto difere de acordo com os grupos linguísticos: o que nos é dado são as línguas. O linguista está obrigado a conhecer o maior número possível delas para tirar, por observação e comparação, o que nelas exista de universal. Ora, geralmente, nós as conhecemos somente através da escrita (SAUSSURE, 2012, p. 57).

A escrita seria, pois, conforme o excerto acima, apenas um meio de se encontrar as línguas, estas sim o objeto de estudo, enquanto a escrita seria “estranha ao sistema interno [da língua]”. Tal assertiva ganha mais consistência ao prosseguirmos a leitura do *Curso de Linguística Geral* na seguinte passagem:



Conquanto a escrita seja, por si, **estranha ao sistema interno**, é impossível fazer abstração de um processo por via do qual a língua é ininterruptamente representada; cumpre conhecer a utilidade, os defeitos e os inconvenientes de tal processo. [...] Língua e escrita são dois sistemas distintos de signos<sup>18</sup>; a única razão de ser do segundo é representar o primeiro; o objeto linguístico não se define pela combinação da palavra escrita e da palavra falada; esta última por si só constitui tal objeto (SAUSSURE, 2012, p. 57-58).

Ao escrutinarmos, porém, os argumentos acima apresentados – e atribuídos a Saussure –, temos alguns pontos de interesse para esta pesquisa. Com relação à estranheza da escrita ao sistema interno da língua, contrapõe Florian Coulmas, em sua obra *Escrita e Sociedade*:

pode-se dizer que a escrita, a menos que fosse um código gráfico totalmente independente, tem de estar relacionada com o sistema interno da língua de um modo ou de outro; do contrário, não poderia ser interpretada em termos linguísticos, o que, porém, parece ser exatamente o caso. A escrita tem de ser legível, e isso significa interpretável com base em relações associativas mais ou menos sistemáticas entre som, significado e sinal gráfico dentro do quadro de dada língua. Assim, por mais deficiente e complicada que seja, a escrita se relaciona sim com o sistema interno da língua (COULMAS, 2014, p. 18).

Do argumento de que o objeto da Linguística é a palavra falada, temos uma implicação da própria natureza dos estudos da linguagem. No confronto entre as ciências da linguagem e uma ciência natural, temos que o objeto desta segunda categoria de ciências existe materialmente por si só, de modo que há algo concreto, materializado, sobre o qual o cientista possa se debruçar. A Linguística, por sua vez, não dispõe do objeto dessa forma; seu objeto de estudo “centra-se na abstração do signo” (MARQUES, 2016, p. 58), de modo que, para ter seu objeto em matéria concreta, necessita da escrita; contudo, sobre a escrita, faz-se a seguinte consideração:

Considerando a perspectiva variacionista herdada pelos estudos comparativos, uma vez que a escrita apresenta-se caótica, é plausível o argumento de que “para sair desse caos é preciso outro ponto de apoio em lugar da escrita; é preciso poder definir o som em si mesmo” (SAUSSURE por RIEDLINGER, Curso I, 1907, p. 23, tradução nossa). Desse modo, tal circunscrição conduz à fonologia [...] (MARQUES, 2016, p. 54).

A fonologia, por sua vez, terá por recurso a transcrição linguística, sobre a qual discorre Coulmas (2014, p. 22):

---

<sup>18</sup>Adicionalmente, sobre a relação entre escrita e o sistema interno da língua, Marques (2016), ao comentar anotações dos cursos de Linguística Geral de Saussure, argumenta que língua e escrita apresentam características similares intrínsecas e extrínsecas. Dentre as intrínsecas, estão: a arbitrariedade do signo; o valor puramente negativo e diferencial do signo; os valores opositivos dentro de um sistema com um número limitado de fatores; e a indiferença total do meio de produção do signo. Dentre as características extrínsecas, a autora pontua duas: o fato de o sistema supor um acordo comunitário, uma convenção social; e o fato de que um indivíduo não consegue modificar esse sistema nem impedir sua evolução (MARQUES, 2016, p. 92). A autora ainda argumenta, ao comentar as anotações feitas por Patois sobre o segundo Curso de Linguística Geral, que “A literatura escrita é, pois, uma ramificação dos interesses da linguística, tanto por seu valor unificador, quando pela artificialidade desdobrada sobre a língua falada” (MARQUES, 2016, p. 91).

O sistema de transcrição linguística mais amplamente usado, o Alfabeto Fonético Internacional [...], é um rebento do alfabeto latino. Foi elaborado na França nos anos 1880 por “Dhi Fonètik Ticerz’ Asóciécon” (The Phonetic Teacher’s Association) como uma ferramenta para transcrever os sons de línguas estrangeiras e, desde então, foi diversas vezes revisto e, sem dúvida, aperfeiçoado, com a adição de letras para sons não presentes em línguas europeias. Mas o princípio básico da escrita ainda é o mesmo. Para fins de análise, o fluxo de sons da fala, que é contínuo, se vê dividido em unidades discretas que só num sentido muito abstrato correspondem a alguma coisa na realidade empírica da fala. A visualização da fala por meio de uma transcrição produz uma imagem inadequada que faz parecer que a fala é uma coisa descontínua, consistindo de elementos distintos e discretos. Ao usar o AFI, portanto, os linguistas criam o objeto de sua investigação. Não se trata, de modo algum, de mera tecnicidade. A suposição de algum tipo de equivalência entre uma extensão no tempo (a fala) e uma extensão no espaço (a escrita) é tão problemática na linguística quanto na física, onde está no centro da questão da permanência e da mudança e de nosso entendimento do universo. No entanto, a não ser que resolva o mistério da continuidade espaço-tempo, a linguística não tem como abordar a natureza da linguagem senão construindo modelos desta. Os sistemas de escrita, incluindo o AFI, podem ser entendidos, nesse sentido, como modelos de língua.

Ou seja, se a escrita se apresenta caótica (cf. MARQUES, 2016, p. 54, em que aborda as anotações do Curso I, de 1907, de Saussure, tomadas por Riedlinger), a transcrição linguística também guarda divergências em relação à fala, de modo que, se a língua não corresponde à escrita, tampouco corresponde à transcrição linguística.

Contra a escrita, o *Curso de Linguística Geral* ainda recorre ao argumento de que “a língua evolui sem cessar, ao passo que a escrita tende a permanecer imóvel” (SAUSSURE, 2012, p. 61), argumento este que é compartilhado por Bloomfield (1933), para quem “as convenções da escrita permanecem inalteradas, apesar de as formas faladas terem sofrido mudança linguística” (BLOOMFIELD, 1933, p. 292); contudo, é importante pontuar, com Coulmas (2014), que nenhum desses estudiosos negou a importância da escrita em uma sociedade letrada, e que as ressalvas que a ela fizeram deveu-se ao fato de que seu objeto era a língua enquanto sistema de unidades abstratas<sup>19</sup>. Além disso, Coulmas menciona um relato, dos anos de 1960, feito pelo professor David Abercrombie, chefe do Departamento de Fonética da Universidade de Edimburgo. Para o docente, a suposta “primazia da fala” não estava de fato implementada na pesquisa linguística:

Somos constantemente lembrados de que o principal negócio da linguística... é a investigação da língua falada; esse é um ponto que tem sido pesadamente enfatizado durante os últimos 75 anos ou mais. Mas o que de fato tem interessado à linguística, até agora, vem sendo... a prosa escrita. Isso vale para a fonética tanto quando para todo o resto da linguística (ABERCROMBIE, 1963, p. 12 *apud* COULMAS, 2014, p. 21).

<sup>19</sup>“Sendo a língua um sistema de signos, a materialidade desses signos é, a priori, indiferente para o estudo da própria língua; partindo dessa premissa, os estudos linguísticos independem da realização fonológica em si mesma. Portanto, enquanto o objeto da linguística centra-se na abstração do signo, a fonologia desdobra-se sobre a realização concreta articulatória/acústica do código” (MARQUES, 2016, p. 58); com isso, reafirma-se o interesse da Linguística pela “abstração do signo”, e sendo a Fonologia apenas auxiliar a ela.

Um estudo como este, que tem por objeto textos escritos, não pode deixar de considerar a escrita, reconhecendo suas particularidades em relação à fala, e situando-a em seu contexto de produção, motivo pelo qual afirmamos, junto com Coulmas (2014, p. 23):

[...] existem muitas coisas sobre as línguas que não podemos entender sem estudar sua forma escrita: o sistema de escrita, o efeito das normas escritas, o contato linguístico mediado pela escrita, e as atitudes linguísticas, por exemplo. A invenção da escrita, embora tenha ocorrido em época relativamente recente na história da espécie humana, revolucionou o modo como a língua pode ser usada. A escrita pode ser adequada, por exemplo, para induzir o comportamento para além do alcance da voz. É preciso reconhecer esse aspecto da interação natureza-cultura que caracteriza a linguagem humana.

## 2.5 Discurso e gêneros (textuais/discursivos) – a língua que se efetiva

Temos, nos *Escritos de Linguística Geral*, a fala definida em função do discurso – “tudo o que é levado aos lábios pelas necessidades do discurso e por uma operação particular” (SAUSSURE, 2004, p. 92). Em que pese, segundo Ablali (2016), a concepção de discurso nos manuscritos saussurianos<sup>20</sup> seja diferente da concepção da análise do discurso francesa, cujos

<sup>20</sup>Em 1971, foi publicada a *Nota sobre o discurso*, aqui reproduzida do texto *O que as teorias do discurso devem a Saussure* (TESTENOIRE, 2016). Trata-se de tradução realizada por Carlos Vogt, disponível em: STAROBINSKI, J. **As palavras sob as palavras**: os anagramas de Saussure. São Paulo: Perspectiva, 1974. Vejamo-la: “A língua é criada com vistas ao discurso, mas o que separará o discurso da língua ou o que, num dado momento, permitirá dizer que a língua entra em ação no discurso?

Conceitos variados estão aí disponíveis na língua (isto é, revestidos de uma forma [linguística]), tais como boeuf, lac, ciel, ~~fort~~, rouge, triste, cing, fendre, voir.

Em que momento, ou em virtude de qual operação, de qual jogo (que se estabelece entre eles) estes conceitos formarão o discurso?

A sequência destas palavras, por mais rica que seja pelas ideias que evoca, ~~não indicará jamais~~ a um ser humano que um outro indivíduo a pronunciar-las, queira significar-lhe alguma coisa. O que é preciso para que tenhamos a ideia de que queremos – significar alguma coisa, usando inumeráveis termos que estão disponíveis na língua?

É um problema idêntico ao de saber o que é o discurso, ~~por oposição à simples noção de língua~~, e à primeira vista a resposta é simples: **o discurso consiste [ainda que de modo rudimentar ou por caminhos que ignoramos] em afirmar um elo entre dois conceitos que se apresentam revestidos [previamente] d[e] uma [a] forma linguística, enquanto a língua [previamente] apenas realiza conceitos isolados, que esperam ser relacionados entre si para que haja significação de pensamento**”.

Em que pese Testenoire (2016, p. 109) mencione que a nota “vai capitanear essa releitura do discursivo em Saussure”, o próprio autor apresenta, no mesmo texto, argumentos de que o mestre genebrino estaria, na realidade, tratando da fala: “O questionamento contido nos primeiros parágrafos [*da Nota sobre o Discurso*], sobre os quais recaiu a atenção dos críticos, é o da articulação entre a língua e a fala, desenvolvido nos cursos de linguística geral, em que tal articulação estava situada no espaço flutuante ocupado pela sintaxe na teoria saussuriana. **A dificuldade consiste no fato de que em nenhum momento trata-se de fala, mas, antes de discurso.** Ora, conforme foi observado por vários comentadores (p. ex. Godel, 1957: 259), discurso e discursivo são frequentemente empregados nos dois primeiros cursos, mas estão ausentes do terceiro. **Nos dois primeiros cursos, discurso é empregado de duas maneiras: seja disposto ao lado de fala, de modo sinonímico, seja concorrentemente à fala, quando esta corresponde à cadeia ou agenciamento sintagmático.** Assim, o adjetivo discursivo oposto a intuitivo é proposto no segundo curso como variante para qualificar as relações sintagmáticas opostas às associativas. **Há, portanto, uma oscilação terminológica, que parece se estabilizar**

especialistas definiam “como um verdadeiro ‘nó’ em que se entrecruzam aspectos linguísticos, situacionais, sociais e políticos” (ABLALI, 2016, p. 131), sendo, para Pêcheux, esses aspectos definidos como exterioridades, é possível atribuir a certa passagem dos *Escritos* referência a eles. Vejamo-la:

A língua é um fato social. O indivíduo, organizado para **falar**, conseguirá utilizar seu aparelho apenas pela comunidade que o rodeia – some-se a isso o fato de que ele sente a necessidade de utilizá-lo apenas em suas relações com ela. **Ele depende inteiramente dessa comunidade; sua raça é indiferente (exceto talvez para alguns fatos de pronúncia). Portanto, neste ponto, o homem só é completo pelo que toma emprestado de seu meio** (SAUSSURE, 2003, p. 112).

Reiterando a ressalva feita à definição de fala de Saussure (cf. nota de rodapé nº 8), e redefinindo-a nos termos de Coseriu (2001 [1981], p. 55) – “falar é produzir textos” –, isto resulta no fato de que os indivíduos em sociedade, salvo o engano estejam privados da faculdade da linguagem (pois, ainda que não falem por algum tipo de mau funcionamento de seu aparelho fonador, por exemplo, disporão da linguagem para pensar), e “cada texto procede de um gênero<sup>21</sup>, e cada gênero é relativo a um discurso (político, religioso, etc.)” (RASTIER *apud* ANGELIS, 2016, p. 162). Define-se gênero, então, como a efetivação de uma língua – a língua funcional de Coseriu, abordada nesta pesquisa. Nas palavras de Bakhtin (1979) e Marcuschi (2003):

Todas as atividades humanas estão relacionadas ao uso da língua, que se efetiva através de enunciados (orais e escritos) “concretos e únicos, que emanam dos integrantes de uma ou de outra esfera da atividade humana (Bakhtin, 1979: 279). E com essa posição teórica chegamos à união do gênero ao seu envolvimento social. Não se pode tratar o gênero do discurso independente da sua realidade social e de sua relação com as atividades humanas (MARCUSCHI, 2003, p. 155).

Ou seja, a língua se efetiva através dos gêneros, que guardam relação íntima com a sua realidade social e com as atividades humanas, e que também apresentam uma forma, uma “corporificação particular”, embora não sejam “modelos estanques” ou “estruturas rígidas”, como atesta Marcuschi (2003), baseado em Bronckart (2011) e Devitt (1997):

Desde que não concebamos os gêneros como modelos estanques, nem como estruturas rígidas, mas como formas culturais e cognitivas de ação social corporificadas de modo particular na linguagem, temos de ver os gêneros como entidades dinâmicas. Mas é claro que os gêneros têm uma identidade e eles são entidades poderosas que, na produção textual, nos condicionam a escolhas que não podem ser totalmente livres nem aleatórias, seja sob o ponto de vista do léxico, grau de formalidade ou natureza dos temas, como lembra Bronckart (2001). Os gêneros

---

**no terceiro curso, em que discurso é sistematicamente evitado e no qual fala assume então as duas dimensões que conhecemos: a fonação e a execução individual.”**

<sup>21</sup>Encontramos à alusão aos gêneros tanto como textuais ou discursivos. Sobre essa dualidade terminológica, cabe aqui um esclarecimento, para o qual recorreremos a Bezerra (2017, p. 32), segundo o qual “é possível afirmar que os gêneros efetivamente são tanto discursivos quanto textuais, decorrendo disso que a compreensão holística dos gêneros inclui a compreensão dessas duas dimensões que lhes são constitutivas” e que “o texto é o aspecto visível e concreto da manifestação de discurso e gênero” (BEZERRA, 2017, p. 31).

limitam nossa ação na escrita. Isto faz com que Amy J. Devitt (1997) identifique o gênero como nossa “linguagem estandar”, o que por um lado impõe restrições e padronizações, mas por outro lado é um convite a escolhas, estilos, criatividade e variação (MARCUSCHI, 2003, p. 156).

Os gêneros, por terem sua origem nas atividades humanas, são organizados conforme esse critério, como forma de facilitar-lhes o estudo mais aprofundado, de maneira inclusive a fornecer subsídios para trabalhos como este. Oliveira (2007) explica que:

[...] tem-se de organizar os gêneros por algum critério, uma vez que, sendo muito numerosos, sua classificação ficaria caótica sem ele. Em função disso, os teóricos têm proposto agrupá-los segundo os ramos de atividade humana a que pertencem, denominados esfera da comunicação por Bakhtin, tipos de textos por Charaudeau e domínio discursivos por Marcuschi. Cada um desses ramos abriga certo número de gêneros textuais (OLIVEIRA, 2007, p. 81).

Oliveira (2007), então, exemplifica:

São domínios discursivos o jornalístico, o literário, o publicitário, o legislativo, o burocrático, o científico etc. Gêneros textuais como notícia, editorial ou crônica esportiva pertencem ao domínio discursivo jornalístico; ao literário pertencem o conto, o romance, a epopéia etc., ou seja, os gêneros literários; do burocrático, fazem parte o memorando, o ofício, o requerimento, e assim por diante (OLIVEIRA, 2007, p. 81).

À lista de exemplificação de Oliveira (2007), poderíamos adicionar os gêneros acadêmico-científicos, como a resenha, o resumo, o relatório, o fichamento, a monografia, a dissertação, a tese; se quisermos exemplificar gêneros científicos orais, temos o seminário, o debate, a exposição oral; e todos aqueles emanados das atividades acadêmico-científicas, além do artigo acadêmico-científico.

Tomemos a atividade discursiva na vida acadêmica: quem controla a cientificidade em nosso trabalho investigativo diário? Em boa medida, os gêneros por nós produzidos dão, pelo menos em uma primeira instância, legitimidade ao nosso discurso. Nesse particular, certos gêneros, como os ensaios, as teses, os artigos científicos, os resumos, as conferências etc., assumem um grande prestígio a ponto de legitimarem e até imporem determinada forma de fazer ciência e decidir o que é científico. E com isso chega-se inclusive à ideia de que não são ciência os discursos produzidos fora de um certo cânon de gêneros da área acadêmica (MARCUSCHI, 2003, p. 162).

Marcuschi (2003), no excerto acima, aponta a necessidade da observância, dentro da atividade acadêmico-científica, de um certo **cânon** dos gêneros inseridos no respectivo domínio; *cânon* aqui é entendido como “conjunto de normas mais ou menos fixas que servem de modelo para uma obra artística”, ou ainda “maneira de agir; modelo, padrão”, definições dadas no dicionário Grande Dicionário Houaiss; é neste ponto que importa observar o tripé de propriedades dos gêneros do discurso – conteúdo temático, estilo e construção composicional –, como as enunciou Bakhtin (2018):

Todos os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem. Compreende-se perfeitamente que o caráter e as formas desse uso<sup>22</sup> sejam tão multiformes quanto os campos da atividade humana, o que é claro, não contradiz a unidade nacional de uma língua<sup>23</sup>. O emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos por integrantes desse ou daquele campo da atividade humana. Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua, mas acima de tudo, por sua construção composicional. **Todos esses três elementos – o conteúdo temático, o estilo, a construção composicional – estão indissoluvelmente ligados no todo do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um determinado campo da comunicação.** Evidentemente, cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, os quais denominamos gêneros do discurso (BAKHTIN, 2018, p. 261, grifos nossos).

A tais elementos distinguidos por Bakhtin (2018), pode-se acrescentar a noção de contrato de comunicação, que, considerando a definição de Charaudeau (2010), a nosso ver, estabelece negativamente o tripé de Bakhtin (2018):

Denominamos Contrato de comunicação o ritual sociolinguageiro do qual depende o Implícito codificado e o definimos dizendo que ele é constituído pelo conjunto das restrições que codificam as práticas sociolinguageiras, lembrando que tais restrições resultam das condições de produção e de interpretação (Circunstâncias de Discurso) do ato de linguagem. O Contrato de comunicação fornece um estatuto sociolinguageiro aos diferentes sujeitos da linguagem (CHARAUDEAU, 2010, p. 60).

Oliveira (2007), ao operar com o conceito cunhado por Charaudeau (2010), argumenta:

Na verdade cada gênero textual está associado a um contrato de comunicação, ou seja, a um conjunto de “direitos” e “deveres” de quem produz o texto e de quem o interpreta. Cada gênero, de acordo com o contrato de comunicação a que ele subjaz, aceita determinada temática, determinada macroestrutura textual, certas estruturas sintáticas, certo vocabulário etc. e rejeita outros (OLIVEIRA, 2007, p. 83).

[...].

Em outras palavras, o que é permitido ou interdito num ato de linguagem, dentro de um tipo mais ou menos padronizado de situação comunicativa, constitui as convenções de um gênero textual, que são o contrato de comunicação desse gênero. Tal contrato pode ser definido, por conseguinte, como um conjunto de convenções que determinam o que é e o que não é “permitido” na produção e na interpretação de textos desse gênero. Não existe texto que não se enquadre num gênero, não há gênero que não obedeça a um contrato de comunicação e não há contrato de comunicação que não se refira a uma situação comunicativa (OLIVEIRA, 2007, p. 84).

Do que se pode concluir, ainda com Oliveira (2007), que:

Muitas polêmicas, por exemplo, sobre a existência ou não, numa dada língua, de determinadas estruturas sintáticas, categorias flexionais, itens do léxico etc. resultam às vezes de um mau equacionamento do problema. Para solucioná-lo adequadamente, basta, muitas vezes, recorrer a fórmulas como “a forma lingüística F existe na língua L, nos gêneros G<sub>1</sub>, G<sub>2</sub>, G<sub>3</sub>, etc., ou então “o registro lingüístico R

<sup>22</sup>A língua funcional (COSERIU, 1980).

<sup>23</sup>A língua histórica (COSERIU, 1980).

(informal, semiformal, formal, ultraformal) se emprega nos gêneros G<sub>1</sub>, G<sub>2</sub>, G<sub>3</sub> etc.” (OLIVEIRA, 2007, p. 79).

O gênero artigo acadêmico-científico tem, pois, o seu contrato de comunicação; e aqui temos como objetivo verificar quais sínclises pronominais têm estado entre as cláusulas desse contrato.

## 2.6 O Gênero Artigo Acadêmico-científico

A propósito desta pesquisa, vejamos o gênero artigo acadêmico-científico. A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), por meio da NBR 6022, define artigo científico como “parte de uma publicação com autoria declarada, que apresenta e discute idéias, métodos, técnicas, processos e resultados nas diversas áreas do conhecimento” (ABNT, NBR 6022, 2003, p. 2); essa publicação do qual faz parte um artigo acadêmico costuma ser uma revista ou um periódico especializado, embora haja livros que são coletâneas de artigos. Apesar de um artigo científico não compor um livro inteiro, trata-se de um estudo completo, que apresenta introdução, desenvolvimento e conclusão entre os seus elementos textuais, além de apresentar elementos pré e pós-textuais (LAKATOS; MARCONI, 1991).

A circulação desses textos ocorre predominantemente no meio acadêmico, entre alunos, professores e pesquisadores de instituições de pós-graduação, daí serem também chamados textos acadêmicos e obedecerem a certos padrões; um deles diz respeito à redação. Henriques e Simões (2002), ao definirem o registro de linguagem dos textos acadêmicos, argumentam:

são escritos num registro de linguagem equivalente ao dos livros e artigos científicos que ele [o aluno de graduação ou pós-graduação] lerá ao longo de sua formação. Esse é o *habitat* da linguagem científica, que não pode ser confundido com o do bate-papo, da música popular, da literatura ou do jornal<sup>24</sup> (HENRIQUES; SIMÕES, 2002, s. p.).

Repare-se que Henriques e Simões (2002) distinguem o registro da linguagem dos textos científicos daquele presente em outras manifestações, como música popular, literatura e

---

<sup>24</sup>Simões e Henriques (2002) aqui colocam o jornal como não sendo um suporte onde se veicule a variedade padrão da língua. Este pensamento parece colidir com o de Oliveira (2003b), conforme apresentaremos mais adiante, segundo o qual encontramos a língua padrão em notícias publicadas na mídia impressa. Posicionamo-nos no sentido em que o jornal é um suporte amplo, que contém vários gêneros discursivos, tais como reportagens, notícias, crônicas, editoriais, classificados, horóscopo, colunas sociais, de modo que em alguns deles se espera o uso da variedade padrão da língua.

mesmo jornal – que têm sido fontes de descrição e prescrição linguísticas para quase a totalidade dos manuais de gramática. O autor, na obra em questão, defende o uso da “língua padrão” para o gênero artigo científico, e não da “língua culta”; vejamos:

[...], pense nas pessoas cultas, escolarizadas, que você conhece e se lembre do modo como elas falam ou escrevem. As palavras e estruturas sintáticas que elas empregam é que caracterizam na prática o que se poderia chamar de a verdadeira *língua culta* da sociedade brasileira contemporânea, um “modelo” que não é levado em conta no ensino da língua portuguesa – e dificilmente poderia ser posto em prática [...] (HENRIQUES; SIMÕES, 2002, s. p.).

A língua padrão é uma norma como outra qualquer e, no caso dos textos científicos, é a forma praticada para a comunicação. [...] . O cuidado com a confecção do texto acadêmico é, em última análise, um aspecto formal e, nesse sentido, deve ser tratado com o rigor das situações formais [...] (HENRIQUES; SIMÕES, 2002, s. p.).

Ao encontro do exposto, argumenta Oliveira (2003b, p. 85-86), ao definir a língua culta como

Um termo mais amplo que a língua padrão, uma vez que abrange não só o padrão, que é supra-regional, mas também as variedades cultas informais de cada região. Entendam-se como cultos os dialetos sociais das pessoas acima de determinado grau de escolaridade. Desse modo o termo adquire objetividade e nos desvencilhamos do ranço de preconceito de que está impregnado.

A língua culta informal, portanto, não é padrão. A variedade padrão da língua “lidera” um conjunto de códigos que se influenciam mutuamente, a saber: (a) as variedades orais cultas informais das diversas áreas geográficas; (b) a língua escrita culta informal; (c) as variedades literárias do idioma, que se baseiam no padrão, mas, no caso do Brasil, nem sempre correspondem fielmente a ele.

Sobre a língua literária, Oliveira (2003b) faz ainda a ressalva:

A língua literária seria, em princípio, a variedade padrão artisticada, mas pode dar-se o caso de ela se desviar do padrão quando o desvio é artisticamente necessário, daí a importância de distinguir também língua padrão de língua literária, embora se empreguem com frequência os dois termos como equivalentes, impropriedade a que se acrescenta mais uma, a de incluir língua escrita nessa série pseudo-sinonímica, inclusão obviamente inexata, visto que a língua padrão, embora se use sobretudo na escrita, pode usar-se também na comunicação oral formal (OLIVEIRA, 2003b, p. 86).

A língua padrão, para Oliveira (2003b, p. 88), é aquela da “prosa formal não literária, que assume a forma de cartas comerciais, textos didáticos, científicos, técnicos, burocráticos, jurídicos, notícias na mídia impressa, etc.”, e que, por sua vez, distingue-se do padrão escolar:

Teoricamente, esse padrão escolar deveria corresponder à língua escrita culta formal, ou seja, à língua padrão propriamente dita, mas na realidade essa correspondência não é absoluta. A gramática escolar não admite, por exemplo, uma construção como “devo sempre me acautelar”, já que o pronome oblíquo colocado entre os dois verbos deveria ficar enclítico ao primeiro, e não proclítico ao segundo. O “correto” seria, então “devo-me sempre acautelar” ou “devo sempre acautelar-me”.

Entretanto, a construção dada como incorreta é frequente no uso escrito formal culto brasileiro. Essa construção, inclusive, não sofre qualquer correção social, sendo, quando muito, rejeitada por algumas pessoas mais intransigentes em matéria de linguagem, geralmente professores, revisores, e outros profissionais muito preocupados com questões dessa natureza (OLIVEIRA, 2003b, p. 88).



Importa ainda a esta pesquisa enumerar ao menos as principais propriedades da norma padrão. Para isso, recorreremos mais uma vez a Oliveira (2003b, p. 89), para quem essa variedade caracteriza-se:

- pelo comprometimento com a norma gramatical (apesar de alguns pontos de atrito do tipo que acabamos de descrever);
- por sua natureza formal;
- por ser mais usada na escrita (embora o possa ser também na fala);
- por seu caráter supra-regional<sup>25</sup>;
- por sua relação inseparável com o conceito de nação<sup>26</sup>;
- pelo prestígio de que goza<sup>27</sup>;
- por seu acronismo<sup>28</sup>.

Resta, pois, a esta pesquisa verificar que escolhas linguísticas têm sido feitas, considerando o gênero artigo acadêmico-científico, no uso da variedade padrão da língua, a partir da observação da sínclise pronominal apresentada, no confronto com as prescrições sobre este tema pelos manuais de gramática – um deles representante do chamado padrão escolar, que se vincula ao paradigma tradicional de gramatização, e outra inserida no rol das gramáticas brasileiras contemporâneas do português, segundo Vieira (2016, 2018).

## 2.7 À Guisa de Conclusão

Neste capítulo, propusemo-nos a apresentar uma abordagem da língua considerando-a desde a sua definição enquanto sistema abstrato até a sua realização nos textos. Para tanto, fundamentamo-nos em Saussure, Coseriu, Bakhtin e Marcuschi, entre outros, e seus respectivos comentadores. Reitera-se aqui a ressalva em relação a Saussure, uma vez que, conforme se expôs, os ensinamentos do mestre genebrino chegaram aos dias de hoje em anotações feitas pelos seus alunos, e mesmo edições de tais anotações, bem como manuscritos editados, publicados, dos quais não se pode descartar a interferência dos editores.

---

<sup>25</sup>Esta característica “consiste em indivíduos de diferentes regiões do Brasil usarem a mesma variedade do português na comunicação formal escrita, embora empreguem dialetos geográficos diferentes na comunicação informal do dia-a-dia” (OLIVEIRA, 2003b, p. 89).

<sup>26</sup>Oliveira (2003b, p. 90) utiliza frase de Max Weinreich, segundo a qual “uma língua é um dialeto com exército e marinha”; tal característica tem como uma de suas consequências ser a língua padrão aquela utilizada pela administração pública de um país em seus documentos oficiais.

<sup>27</sup>É em virtude de seu prestígio que a norma padrão é dada como “correta”, e os registros informais serem vistos como “incorretos”, “viciosos e até, de certo modo, como “inexistentes” (OLIVEIRA, 2003b, p. 91).

<sup>28</sup>O acronismo da variedade padrão diz respeito a que “ela evolui mais vagarosamente que as demais variedades, embora também evolua” (OLIVEIRA, 2003b, p. 91).

Assim, nos termos do pensamento atribuído a Saussure, definimos a linguagem como sendo a faculdade humana a qual só é apreensível pelas línguas. Não se dispõe da faculdade da linguagem sem uma língua, seja ela oral, seja ela de sinais ou mesmo sua ramificação escrita – ressalvado o fato de que a língua independe da escrita, já que a associação entre significante e significado se dá no cérebro de cada indivíduo cuja faculdade da linguagem esteja hígida –, pois entendemos, junto com Coulmas (2014) e Marques (2016), que a literatura escrita é uma ramificação da Linguística. E assim chegamos à concepção de língua e de fala, que são as duas esferas comunicantes das línguas: a língua (*langue*), o sistema de signos, isto é, um produto (sempre inacabado) semiológico, com regras de combinação, em produção na sociedade, coletivamente, livre da vontade individual, que rege a fala (*parole*), voluntária e individual. Nos manuscritos saussurianos, encontramos a diferenciação entre essas duas esferas sintetizada na passagem “tudo o que é levado aos lábios pelas necessidades do discurso e por uma operação particular, é a fala<sup>29</sup>. Tudo o que está contido no cérebro do indivíduo, o depósito das formas ouvidas e praticadas e de seu sentido, é a língua” (SAUSSURE, 2004, p. 92). Adicionalmente, é a fala quem vai conferir à língua a sua possibilidade de transformação, conforme bem retratam os *Escritos de Linguística Geral*:

Um fato de evolução é sempre precedido de um fato, ou melhor, de uma multidão de fatos similares na esfera da fala; isto em nada debilita a distinção estabelecida anteriormente [língua, social, e fala, individual]; esta se acha inclusive confirmada, pois na história de toda inovação encontram-se dois momentos distintos: 1º - aquele em que ela surge entre os indivíduos; 2º - aquele em que se tornou um fato de língua exteriormente idêntico, mas adotado pela comunidade (SAUSSURE, 2012, p. 141).

A língua, pois, transforma-se no tempo e no espaço (diacronicamente) e varia (sincronicamente). Coseriu (1960; 1979), ao utilizar-se de terminologia cunhada por Humboldt, define as línguas como *energeia*, em produção, ao contrário de *ergon*, produto acabado, e é justamente por essa razão que as línguas não se extinguem naturalmente – as línguas permanecem porque mudam, e mudam para poder continuar cumprindo sua função de representar e comunicar<sup>30</sup>. Essa assertiva é relevante em nossa pesquisa pelo fato de que, quando observamos alguma obra da gramática tradicional, por muitas vezes vemos exemplos

<sup>29</sup>Considerando que “a língua é um sistema de signos, a materialidade desses signos é, a priori, indiferente para o estudo da própria língua” e que, por isso, “os estudos linguísticos independem da realização fonológica em si mesma”, entenderemos a *fala* em sentido mais amplo que este de “tudo o que é levado aos lábios”, como em Coseriu (1981 [2001], p. 55), para quem “falar é produzir textos”; caberia incluir, portanto, línguas de sinais e até a escrita. Marques (2016), ao comentar as anotações feitas por Patois sobre o segundo Curso de Linguística Geral que “A literatura escrita é, pois, uma ramificação dos interesses da linguística, tanto por seu valor unificador, quando pela artificialidade desdobrada sobre a língua falada” (MARQUES, 2016, p. 91).

<sup>30</sup>As mudanças da língua não são abruptas. Nesse processo, Coseriu (1979, p. 70): “a solidariedade para com a tradição e a solidariedade para com o ouvinte. Os dois eixos coincidem em grande parte (de outro modo o diálogo não poderia se estabelecer), mas, na medida em que não coincidem, é sempre possível que prevaleça a solidariedade para com o ouvinte, porque não há falar que não seja comunicação”.

colhidos de textos literários de tempos remotos, o que nos faz crer que ainda falamos ou escrevemos daquela forma prescrita, ou mesmo ficamos inseguros quanto a algum uso, receando realizar construções excêntricas.

Por apresentar a transformação, a língua apresenta variação. Para explicar esse fenômeno, Coseriu (1979) traz a noção de língua histórica. A língua histórica corresponderia ao conjunto de tradições, idealizado de maneira homogênea, através do qual seus falantes – e os demais – reconheceriam determinada língua. Assim, operando-se com o conceito de língua histórica, um brasileiro vai identificar a língua portuguesa, a língua espanhola, ou mesmo perceber uma língua que lhe seja estranha, quando a ela for exposto. Utilizamos aqui a expressão “idealizado de maneira homogênea” porque a língua histórica abriga um emaranhado de dialetos, níveis de linguagem e estilos de língua. A língua histórica não pode ser descrita como um único sistema, mas sim como diassistema – isto é, um arquissistema com incontáveis sistemas dentro si. Também não se descreve ou se fala uma língua histórica, a não ser através de uma língua funcional, que será uma língua situada em alguma confluência de fatores de dialeto, nível de linguagem e estilo de língua.

Contudo, justamente por situar-se na confluência dos elementos acima expostos, para que possa ser deduzida e descrita uma língua funcional, dever-se-á colhê-la de determinado *corpus*, identificando-lhe regularidades – pois mesmo um único texto poderá conter mais de uma língua funcional. Tal língua consistirá, conforme apresentamos, de uma técnica virtual, na qual estão inseridos o tipo linguístico, o sistema e a norma, e da técnica realizada, que corresponde ao falar concreto; assim que, do falar concreto, temos a técnica realizada, de onde se podem deduzir os elementos da norma, do sistema, e do tipo desta língua funcional.

Para que seja possível, então, uma descrição da língua funcional, é necessário um *corpus* de determinado gênero discursivo a ser estudado, já que “cada texto procede de um gênero” (RASTIER *apud* ANGELIS, 2016, p. 162); e o nosso empenho aqui é o de descrever, colhendo regularidades e irregularidades na sínclise pronominal. Fosse o nosso intento o de estabelecer um contraste entre línguas funcionais em gêneros distintos, teríamos optado por um *corpus* constituído de gêneros diversos, já que cada gênero apresenta o que chamamos de tripé – o conteúdo temático, o estilo, a construção composicional – apresentado por Bakhtin (2018), e submetido a um contrato de comunicação (CHARAUDEAU, 2010).

Nesta pesquisa, então, será empreendida a descrição da língua funcional presente nos artigos acadêmico-científicos, tendo como ponto de observação a sínclise pronominal, tentando extrair-lhe a norma funcional no *corpus* escolhido – a variante padrão – e confrontando-a com os manuais de gramática já mencionados – o padrão escolar.

Considerando que os manuais apresentam frequentemente exemplos extraídos de *corpora* de gêneros diversos daquele aqui escolhido e muitas vezes de tempos remotos, potencialmente verificaremos a mudança em perspectiva diacrônica, e mesmo a variação em perspectiva sincrônica, uma vez provavelmente encontraremos sínclises diversas em situações semelhantes.

### 3 MATERIAIS E MÉTODOS

Anteriormente, dedicamo-nos, no primeiro capítulo, a apresentar uma possibilidade historiográfica da formação e continuidade da Gramática Tradicional, enfatizando o contexto político, histórico e social no Ocidente que permitiu o seu florescimento e perpetuação, bem como as suas características arroladas no que Vieira (2016) chama de paradigma tradicional de gramatização – o PTG. Os manuais de gramática, segundo este autor,

- buscam construir e ensinar um padrão linguístico ideal a partir da prescrição de supostas formas corretas e legítimas;
- veem as variedades linguísticas dominantes da sociedade como superiores às de menor prestígio;
- confundem gramática, norma e língua, entendendo-as como objetos autônomos, homogêneos e estáticos, independentes de seus usuários e a serviço da expressão do pensamento;
- privilegiam a escrita literária pregressa em detrimento de outras esferas de uso da língua;
- tomam a frase como unidade máxima de análise e consideram imanente o seu sentido;
- utilizam um aparato categorial, conceitual e terminológico comum, fixo e estanque, a despeito de lacunas e contradições (VIEIRA, 2016, p. 22).

O autor, contudo, aponta a existência de novas obras publicadas, já sob a influência dos estudos das ciências da linguagem – as gramáticas brasileiras contemporâneas do português (GBCP). Apesar de guardarem semelhanças com as obras mais aderentes ao PTG, essas obras trazem inovações importantes, quais sejam:

As GBCP avançam a caminho do reconhecimento, da valorização e da legitimação dos aspectos genuinamente brasileiros dos nossos usos comuns falados e escritos. Nessas gramáticas, há a incorporação de várias formas e construções da morfossintaxe brasileira historicamente marginalizadas ou mesmo vetadas pelas gramáticas tradicionais do português, inclusive por aquelas elaboradas por autores brasileiros.

Em geral, os aspectos morfossintáticos mais relevantes para a caracterização do “português brasileiro” [...] ou “português do Brasil” são aqueles cujas contrapartes puristas são recorrentes nas gramáticas tradicionais e no imaginário do senso comum como exemplos de usos corretos do português, dentre os quais posso destacar:

- ausência de concordância nas supostas passivas sintéticas;
- concordância facultativa com sujeito posposto;
- ausência de pluralização nos verbos existenciais;
- objeto nulo e pronome reto em contexto acusativo;
- **preferência proclítica dos pronomes átonos;**
- mudança no paradigma dos pronomes pessoais;
- enfraquecimento do paradigma de flexão verbal;
- clítico *lhe* como objeto direto;
- construção relativa cortadora;
- o uso de *entre eu e você*, ao invés de *entre mim e ti*;
- uso da construção *para mim + infinitivo*;
- contração da preposição de seguida de determinante + sujeito + construções dativas;

- declínio da preposição *a*, que sofre concorrência de *para* ou *em* nas construções dativas;
  - formas simples do futuro do presente, do pretérito-mais-que-perfeito, da 1ª pessoa do plural do imperativo substituídas pelas respectivas formas compostas;
  - mudanças nas regências de alguns verbos;
- descarte *de* qualquer distinção semântica entre *onde* e *aonde* (VIEIRA, 2016, p. 62-63, **negritos nossos**).

No segundo capítulo, procuramos, primeiramente, trazer os conceitos de linguagem e língua, em suas duas esferas comunicantes entre si – língua e fala –, a transformação da língua no tempo e no espaço, diacronicamente, bem como a sua heterogeneidade sincrônica, revisitando os manuscritos atribuídos a Saussure e a obra de Coseriu. Definimos texto como sendo a produção da fala, e com Rastier, vimos que todo texto se insere em um gênero, o qual, por seu turno, definimos com Bakhtin, como sendo portador de conteúdo temático, estilo e construção composicional. Aqui, nesta pesquisa, importa o estilo, em que Bakhtin (2018, p. 261) arrola “a seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua”, e, como temos por objetivo a descrição da sínclise pronominal em textos que emanam de atividade humana – os artigos acadêmico-científicos –, convém selecionar um *corpus* com textos desse gênero para proceder à verificação da colocação dos clíticos.

No entanto, para além da descrição, temos também por objetivo a verificação da conformidade entre a língua funcional neles utilizada (COSERIU, 1980) e as línguas funcionais utilizadas à guisa de exemplificação em um manual de gramática mais alinhado à tradição gramatical e uma gramática brasileira contemporânea do português. Como representante da tradição gramatical, escolhemos a *Moderna Gramática Portuguesa*, de Evanildo Bechara. Sua edição mais recente, a 39ª, foi lançada no ano de 2018, mas o *corpus* utilizado por esta obra para exemplificar suas prescrições advém, em parte importante, de obras literárias escritas do português europeu e do português brasileiro do século XIX. Como exemplar das GBCP, escolheu-se a 1ª edição da *Gramática do Português Revelada em Textos*, de Maria Helena de Moura Neves; esta obra, em que pese utilize textos literários, o faz com obras mais recentes e de autores brasileiros.

### 3.1 A Sínclise Pronominal na *Moderna Gramática Portuguesa*

A 39ª edição da obra de Evanildo Bechara dedica algo em torno de 5 páginas à colocação dos pronomes oblíquos átonos na língua portuguesa, iniciadas com uma ressalva à problemática que envolve a norma e o uso dos clíticos no português brasileiro. Vejamos:

Durante muito tempo viu-se o problema apenas pelo aspecto sintático, criando-se a falsa teoria da “atração” vocabular do *não*, do *quê*, de certas conjunções e tantos outros vocábulos. Graças a notáveis pesquisadores, e principalmente a Said Ali em estudos do final do século XIX, passou-se a considerar o assunto pelo aspecto fonético sintático. Abriam-se com isso os horizontes, estudou-se a questão dos vocábulos átonos e tônicos, e chegou-se à conclusão de que muitas das regras estabelecidas pelos puristas ou estavam erradas, ou se aplicavam em especial atenção ao falar lusitano levantadas por José Feliciano de Castilho, nas suas críticas a José de Alencar. A Gramática, alicerçada na tradição literária, ainda não se dispôs a fazer concessões a algumas tendências do falar de brasileiros cultos, e não leva em conta as possibilidades estilísticas que os escritores conseguem extrair da colocação de pronomes átonos. Daremos aqui apenas aquelas normas que, sem exagero, são observadas na linguagem escrita e falada das pessoas cultas. Não se infringindo os critérios expostos, o problema é questão pessoal de escolha, atendendo-se às exigências de eufonia e do ritmo frasal. É urgente afastar a ideia de que a colocação brasileira é inferior à que os portugueses observam [...] (BECHARA, 2018a, p. 617).

Destaque-se, aqui, especialmente aqui quando Bechara (2018a) menciona as normas observadas na linguagem escrita e falada das pessoas cultas, uma vez que, apesar de utilizar exemplos criados por ele próprio, são utilizadas construções de Machado de Assis, Alexandre Herculano, João Ribeiro, Eça de Queirós, o que, a nosso ver, descreve um uso de outro tempo e mesmo outro lugar, o que, na prática, considerando a relevância que a obra apresenta, atua na manutenção de certo estado de língua. Não queremos com isso desmerecer a obra, mas cumpre ressaltar que o que consta nas páginas de Bechara (2018a) é seguido por outros estudiosos da língua e operadores da língua portuguesa, que se servem da obra como fonte confiável de consulta, e aparecerá com clareza nos resultados da observação do nosso *corpus*.

Após a ressalva que reproduzimos, Bechara (2018a) define e exemplifica a ênclise, a próclise e a mesóclise, e, em seguida, passa a dedicar-se aos critérios da sínclise pronominal, divididos em dois grandes grupos: “em relação a um só verbo” e “em relação a uma locução verbal”. Vejamos:

Tabela 1 – Prescrições de Sínclise Pronominal com Um Só Verbo

---

**Regra** “Não se inicia período por pronome átono”.

- 1** Exemplos: “*Sentei-me, enquanto Virgília, calada, fazia estalar as unhas*” (Machado de Assis); “*Não, vos digo eu!*” (Alexandre Herculano); “*Querendo parecer originais, nos tornamos ridículos ou extravagantes*” (Marquês de Maricá).

**Observações:**

- a) “Ainda que não vitorioso na língua exemplar, mormente na sua modalidade escrita, este princípio é, em nosso falar espontâneo, desrespeitado, e, como diz
-

Sousa da Silveira, em alguns exemplos literários ‘à expressão encantadora da suavidade e beleza’. [...]. Alguns modernistas, com Mário de Andrade à frente, tentaram estender essa próclise inicial de enunciado a todos os pronomes átonos [...]. Depois só Mário persistiu no uso, apesar das ponderações de Manuel Bandeira em carta ao escritor paulista”.

b) “Preso a critério de oração (e não período, como aqui fazemos), Rui Barbosa tem por errônea a colocação em: ‘*Se a simulação for absoluta, sem que tenha havido intenção de prejudicar a terceiros, ou de violar disposições da lei, e for assim provado a requerimento de algum dos contratantes, – se julgará o ato inexistente*’. Os que adotarem o critério de oração, só aceitam a posição inicial do pronome átono na intercalada de citação [...]”.

c) “Em expressões cristalizadas de cunho popular aparece o pronome no início do período: ‘*T’esconjuro!... sai, diabo!...*’ (Machado de Assis)”.

---

**Regra 2** “Não se pospõe, em geral, pronome átono a verbo flexionado em oração subordinada”.

Exemplos: “*Confesso que tudo aquilo me pareceu obscuro*” (Machado de Assis); “*Se a visse, iria logo pedi-la ao pai*” (Machado de Assis); “*Tu que me lês, Virgília amada, não reparas na diferença entre a linguagem de hoje...?*” (Machado de Assis).

**Observações:**

a) “Quando se trata de orações subordinadas coordenadas entre si, às vezes ocorre a ênclise do pronome átono na segunda oração subordinada. Também quando se intercalam palavras ou oração, exigindo uma pausa antes do verbo, o pronome átono pode vir enclítico”.

Exemplo: “*Mas a primeira parte se trocou por intervenção do tio Cosme, que, ao ver a criança, disse-lhe entre outros carinhos...*” (Machado de Assis).

“Em todos esses e outros casos que se poderiam lembrar, a ação dos gramáticos se tem dirigido para a obediência ao critério exposto, considerando esporádicos e não dignos de imitação os exemplos que dele se afastam”.

---

**Regra 3** “Não se pospõe pronome átono a verbo modificado diretamente por advérbio (isto é, sem pausa entre os dois, indicada ou não por vírgula), ou precedido de palavra de sentido negativo, bem como de pronome ou quantitativo indefinidos, enunciados sem pausa (*alguém, outrem, qualquer, muito, pouco, todo, tudo,*

---



quanto, etc.)”.

Exemplos: “*Não me parece; acho os versos perfeitos*” (Machado de Assis); “*Sempre me recebiam bem*”; “*Alguém me ama*”; “*Ninguém lhe disse a verdade*”; “*Todos os querem como amigo*”.

**Observações:**

a) “Se houver pausa, o pronome pode vir antes ou depois do verbo”.

Exemplos: “*Ele esteve alguns instantes de pé, a olhar para mim; depois estendeu-me a mão com um gesto comovido*” (Machado de Assis); “*O poeta muitas vezes se delicia em criar poesia, não tirando-a de si (...)*” (Marquês de Maricá).

b) “Como já foi indicado antes, o pronome átono não inicial pode vir antes da palavra negativa”.

Exemplo: “*(...) descia eu para Nápoles a busca de sol que o não havia nas terras do norte*” (João Ribeiro).

---

**Regra 4** “Não se pospõe pronome átono a verbo no futuro do presente e futuro do pretérito (condicional). Se não forem contrariados os princípios anteriores, ou se coloca o pronome proclítico ou mesoclítico ao verbo”.

Exemplos: “*A leitora, que ainda se lembrará das palavras, dado que me tenha lido com atenção*” (Machado de Assis); “*Teodomiro recordar-se-á ainda de qual foi o desfecho do amor de Eurico*” (Alexandre Herculano); “*Os infiéis... contentar-se-ão, talvez com as riquezas*” (Alexandre Herculano).

---

**Regra 5** “Não se pospõe ou intercala pronome átono a verbo flexionado em oração iniciada por palavra interrogativa ou exclamativa”.

Exemplos: “*Quantos lhe dá?*” (Machado de Assis); “*Quem me explicará a razão dessa diferença?*” (Machado de Assis); “*Como te perseguem!*”.

---

**Regra 6** “Não se antepõe pronome átono a verbo no gerúndio inicial de oração reduzida”

Exemplo: “*Encontrei-o na condução, cumprimentando-o cordialmente*”.

**Observações:**

a) “Se o gerúndio não estiver iniciando a oração reduzida, pode ocorrer também a próclise, a qual será obrigatória se estiver precedido da preposição *em*”.

Exemplos: “*Ela veio a mim, em me dizendo novidades que eu desconhecia*”; “*Sai contente, ela me dizendo que não esquecera a infância feliz*”.

b) “Com infinitivo preposicionado, o pronome átono pode vir anteposto ou posposto ao verbo: *A maneira de achá-los* (ou: de os achar)”.

Tabela 2 – Prescrições de Síncrise Pronominal com Locuções Verbais

---

**Regra Auxiliar + Infinitivo ou Auxiliar + Gerúndio** – “se os princípios já expostos não

7 forem contrariados, o pronome átono poderá aparecer”:

(1) Proclítico ao auxiliar.

Exemplos: “*Eu lhe quero falar*”; “*Eu lhe estou falando*”.

(2) Enclítico ao auxiliar (ligado por hífen).

Exemplos: “*Eu quero-lhe falar*”; “*Eu estou-lhe falando*”; “(...) *e a conservação de Adrião foi-a lentamente acostumado à sua presença*” (Eça de Queirós).

(3) Enclítico ao verbo principal (ligado por hífen).

Exemplos: “*Eu quero falar-lhe*”; “*Eu estou falhando-lhe*. (mais raro)”.

**Observações:**

a) “Não se usa a êncrise ao auxiliar da construção *haver de + infinitivo*. Neste caso se dirá *Havemos de ajudá-lo* ou *Havemos de o ajudar*”.

b) “Com mais frequência ocorre entre brasileiros, na linguagem falada ou escrita, o pronome átono proclítico ao verbo principal, sem hífen”.

Exemplos: “*Eu quero lhe falar*”; “*Eu estou lhe falando*”.

“A Gramática clássica, com certo exagero, ainda não aceitou tal maneira de colocar o pronome átono, salvo se o infinitivo estiver precedido de preposição: *Começou a lhe falar* ou *Começou a falar-lhe*”.

c) “Com o infinitivo podem-se contrariar os princípios 2º e 3º anteriormente formulados” (formulados à propósito das prescrições com um só verbo).

Exemplos: “*Eu não quero falar-lhe*”; “*Espero que não queira falar-lhe*”.

“Nas construções com o verbo *haver* do tipo *há-se de + infinitivo* ou *há de se + infinitivo*, esta última é mais corrente, e a primeira, mais comum em Portugal, aparece apenas como reminiscência literária”.

d) “Evite-se, por antieufonia, a colocação de *o(s)*, *a(s)*, sem hífen, depois do auxiliar: *Quero o ver*; *Estamos o chamando* (ou: *Estamos chamando-o*)”.

e) “Pelos exemplos dados vê-se que o pronome átono pode, corretamente, acostar-se tanto ao verbo auxiliar quanto ao verbo principal, ao qual serve de complemento”.

---

**Regra Auxiliar + particípio**

8 “Não contrariando os princípios iniciais, o pronome átono pode vir:

(1) proclítico ao auxiliar:

---

---

Exemplo: “Eu lhe tenho falado”.

(2) enclítico ao auxiliar (ligado por hífen):

Exemplo: “Eu tenho-lhe falado”.

“Jamais se pospõe pronome átono a particípio. Entre brasileiros também ocorre a próclise ao particípio: *Eu tenho lhe falado*”. “Depois do particípio usamos a forma tônica do pronome oblíquo, precedida de preposição: *Eu tenho falado a ele. Ela tem visitado a nós.*”

---

Fonte: Adaptado de BECHARA, 2018a, p. 620-622.

Bechara (2018a) ainda faz uma terceira seção sob o título de “Posições fixas”. Segundo o gramático, “a tradição fixou a próclise ainda nos seguintes casos: 1) com o gerúndio precedido da preposição *em*; [...] 2) nas orações exclamativas e optativas, com o verbo no subjuntivo e sujeito anteposto ao verbo” (BECHARA, 2018a, p. 621-622).

Por fim, a obra retorna à ambivalência entre os usos brasileiros e lusitanos, apontando para o fato de que certas tendências brasileiras nem sempre são aceitas como modelares pela Gramática, fato este que tem sido questionado pela Linguística. Sobre o tema, Bechara (2018a) recorre ainda ao professor Martinz de Aguiar:

A colocação dos pronomes complementos em português não se rege pela fonética, nem é o ritmo, o mesmo binário-ternário, em ambas as modalidades, brasileira e lusitana, que impõe uma colocação aqui, outra ali, não. Ela obedece a um complexo de fatores, fonético (rítmico), lógico, psicológico (estilístico), estético, histórico, que às vezes se entrelaçam e às vezes se contrapõem. Numa frase como *vem-me ver*, geral em Portugal, literária no Brasil, o fator lógico deslocou o pronome *me* do verbo *vem*, para adjudicá-lo ao verbo *ver*, por ser ele determinante, objeto direto, do segundo, e não do primeiro. Isto é: deixou a língua falada no Brasil de dizer *vem-me ver* (fator histórico, por mera continuação do esquema geral português), para dizer *vem me-ver* (sem hífen), que também vigia na língua, ligando-se o pronome ao verbo que o rege (fator lógico). E esta colocação de tal maneira se estabilizou, que pouco se diz *vem ver-me* e trouxe consequências imprevistas:

1ª) Pôde-se juntar o pronome ao particípio, procliticamente: Aqueles *havam se corrompido* (escrito sem hífen aqui e nos iguais exemplos).

2ª) Pôde-se pôr o pronome depois dos futuros (do presente e do pretérito): *Poderá se reduzir, poderia se reduzir*. Deixando de ligar-se aos futuros, para unir-se ao infinitivo, deixou igualmente de interpor-se-lhe aos elementos constitutivos.

3ª) Em frases como *vamos nos encontrar*, deixando o pronome de pospor-se à forma verbal pura, para antepor-se à nominal, deixou igualmente de determinar a dissimilação das sílabas parafônicas, podendo-se então dizer *vamo-nos encontrar* (AGUIAR *apud* BECHARA, 2018a, p. 622).

Bechara (2018a) finaliza acrescentando que pelas mesmas razões “variadíssimas” apresentadas por Martinz de Aguiar que no Brasil, na linguagem coloquial, o pronome átono pode iniciar período; ressaltamos o “coloquial” no que descreve Bechara (2018a).

### 3.2 A Síncrise Pronominal na *Gramática do Português Revelada em Textos*

A 1ª edição da obra de Maria Helena de Moura Neves dedica em torno de 3 páginas especificamente ao tópico em questão, e mais uma seção de 4 páginas onde faz considerações acerca dos usos brasileiros dos pronomes pessoais em geral. Assim, temos a seção “A Colocação dos Pronomes Oblíquos Átonos” que se encontra dividida em duas subseções – “As prescrições”, “Os usos”.

Em “As prescrições”, Moura Neves (2018a) apresenta as três possibilidades de colocação dos clíticos em relação ao verbo – próclise, mesóclise e ênclise –, já fazendo ressalva à pouca usualidade da mesóclise.

[...] esses pronomes se colocam depois do verbo (ênclise) ou antes do verbo (próclise). No caso dos dois futuros do indicativo (futuro do presente e futuro do pretérito), há, ainda, a possibilidade de eles se inserirem entre o tema e a desinência da forma verbal (mesóclise), construção pouco usual no Brasil, atualmente (MOURA NEVES, 2018a, p. 506).

Em seguida, apresenta duas “indicações normativas centrais”, argumentando que:

Nas lições tradicionais, há uma série de normas relativas à colocação dos pronomes pessoais oblíquos átonos, e, para isso, o ponto de partida assumido é que essas palavras são absolutamente átonas, ou seja, sem volume fonético, o que não é exato, para o Brasil, como se mostrará (MOURA NEVES, 2018a, p. 506).

À questão da atonicidade do clítico no português brasileiro a autora retorna algumas páginas à frente. Segundo Moura Neves (2018a), na fala brasileira, esses pronomes não são realmente átonos, ao contrário do que ocorre na fala portuguesa, do que decorre o fato de em Portugal esse tema ser tratado com tranquilidade, diferentemente daqui do Brasil:

O que causa a diferença entre a tranquilidade com que a colocação de pronomes é tratada em Portugal e a tensão existente no Brasil é, essencialmente, o fato de que, na fala brasileira, esses pronomes não são realmente átonos, o que institui um diferente ritmo para o conjunto em que o pronome se insere: ele não é realmente um “clítico”, como em Portugal, ou seja, ele não precisa apoiar-se em outra palavra, para ter algum peso fonético (MOURA NEVES, 2018a, p. 509).

Voltando às “indicações normativas centrais”, temos, na obra em questão, as seguintes: a) “A colocação não marcada é a ênclise: se não houver nada que obrigue a próclise, o pronome vem enclítico” (MOURA NEVES, 2018a, p. 506); b) “Não se começa frase com pronome oblíquo átono” (MOURA NEVES, 2018a, p. 506). Ao abordar os usos, porém, a autora ressalta que:

No Brasil a colocação de pronomes chamados átonos não se vem fazendo, rigidamente, segundo as regras constantes nos manuais tradicionais. Por outro lado, verifica-se que, especialmente na escrita, há um cuidado de adequação a essas normas, pelo temor de sanção político-cultural aos usos que possam ser tidos como

demonstração de deficiência de formação ou de baixa escolaridade (MOURA NEVES, 2018a, p. 506).

E prossegue, ilustrando a polêmica, entre o uso e a prescrição da sínclise pronominal com textos literários – um excerto do romance *Infância*<sup>31</sup>, de Graciliano Ramos, e um texto de Monteiro Lobato<sup>32</sup> –, ambos do século XX.

Contrariando a prescrição segundo a qual não se começa frase com pronome oblíquo átono, a autora apresenta versos da canção *Sintonia*, cuja letra foi composta por Sérgio

<sup>31</sup>[...]

Eu não lia direito, mas, arfando penosamente, conseguia mastigar os conceitos sisudos: “A preguiça é a chave da pobreza – Quem não ouve conselhos raras vezes acerta – Fala pouco e bem: ter-te-ão por alguém”.

Esse Terteão para mim era um homem, e não pude saber que fazia ele na página final da carta.

[...]

- Mocinha, quem é o Terteão?

[...]

Mocinha confessou honestamente que não conhecia Terteão. E eu fiquei triste, remoendo a promessa de meu pai, aguardando novas decepções. [...]

(Graciliano Ramos)

<sup>32</sup>*O colocador de pronomes*

Os pronomes, aí! Eram a tortura permanente do professor Aldrovando. Doía-lhe como punhalada vê-los por aí pré ou pospostos contra regras elementares do dizer castiço.

[...]

Andou pelas ruas examinando dísticos e tabuletas com vícios de língua. Descoberta a “asnidade”, ia ter com o proprietário, contra ele desfechando os melhores argumentos catequistas. Foi assim com o ferreiro da esquina, em cujo portão de tenda uma tabuleta – “**Ferra-se cavalos**” – escoicinhava a santa gramática.

[...]

- [...] Naquela tábua um dislate existe que seriamente à língua lusa ofende. Venho pedir-te, em nome do asseio gramatical, que o expunjas.

- ???

[...]

Digo que está a forma verbal com eiva grave. O “ferra-se” tem que cair no plural, pois que a forma é passiva e o sujeito é “cavalos”.

[...]

- Ahn! Respondeu o ferreiro, começo a agora a compreender. Diz V. S. que...

- ... que “**ferra-se cavalos**” é um solecismo horrendo e o certo é “**ferram-se cavalos**”.

- V. S. me perdoe, mas o sujeito que ferra os cavalos sou eu, e eu não sou plural. Aquele “se” da tabuleta refere-se cá a este seu criado. É como quem diz: **Serafim ferra cavalos – Ferra Serafim cavalos**. Para economizar tinta e tábua abreviaram meu nome, e fico como está: **Ferra Se (rafim) cavalos**. Isto me explicou o pintor, e entendi-o muito bem.

[...]

A tabuleta surgiu no dia seguinte dessolescismada, perfeitamente de acordo com as boas regras da gramática. Era a primeira vitória obtida e todas as tardes Aldrovandro passava por lá para gozar-se dela.

Mas os negócios passaram a andar mal no estabelecimento, e o supersticioso ferreiro “atribuiu a macaca à alteração dos dizeres e lá raspou o “m” do professor”. Aí lhe veio a ideia de escrever um livro com toda a ciência que acumulara (três tomos de 500 páginas), mas um erro tipográfico dez constar na dedicatória que fizera a Frei Luís de Souza um “horripilantíssimo” “d’aquele que sabe-me das dores”:

Aldrovando não murmurou palavra. De olhos muito abertos, no rosto uma estranha marca de dor – dor gramatical inda não descrita nos livros de patologia – permaneceu imóvel uns momentos.

Depois empalideceu. Levou as mãos ao abdômen e estorceu-se nas garras de repentina e violentíssima ânsia.

Ergueu os olhos para Frei Luís de Souza e murmurou:

- Luís! Luís! Lamma Sabachtani?!

- E morreu.

De que não sabemos – nem importa ao caso. O que importa é proclamarmos aos quatro ventos que com Aldrovando morreu o primeiro santo da gramática, o mártir número 1 da Colocação dos Pronomes.

Paz à sua alma.

Natureza, em que temos “Me abraça, me leva pro infinito, me faz flutuar”, e uma citação de texto literário em prosa, da lavra de Luis Fernando Veríssimo: “Alguns gestos persistem depois de obsoletos. Se poderia mesmo imaginar um balé nostálgico de gestos que perderam a referência, flutuando no ar como balões sem sono”. Além disso, acrescenta que a próclise é predominante na língua falada, e que:

Outra das normas pouco sustentáveis é a que prescreve que determinadas palavras “atraem” os pronomes oblíquos “átonos” para si, governando, assim, a colocação (levando à próclise). De fato, mesmo não sendo totalmente átonos (como no Brasil), esses pronomes têm a tendência a inclinar-se para algum lado do enunciado, em busca de apoio sonoro. É verdade que a melodia das construções vai distribuindo focos de força que fazem que essas palavrinhas sem peso de tonicidade se encaixem mais eufonicamente em certas posições do enunciado, mas não se trata de regras que possam ser formalizadas em termos simplesmente gramaticais, e, especialmente, não é possível instituir que determinadas palavras, desvinculadas de um contexto sonoro, sejam tidas como possuidoras de força de ímã (MOURA NEVES, 2018a, p. 509-510).

*A Gramática do Português Revelada em Textos* é bem clara ao ressaltar a diferença entre as pronúncias portuguesa e brasileira, assumindo-as como razão principal para o fato de haver importante dissonância entre os usos prescritos pela tradição gramatical – esta calcada em usos lusitanizantes – e os usos efetivos no português brasileiro, seja na fala, seja na escrita, inclusive na literatura brasileira do século XX. Contudo, reconhece que a tradição gramatical ainda é acolhida em parte importante de textos, sobretudo escritos, em virtude de eventual sanção político-cultural que os usos abasileirados possam receber.

### 3.3 *A Moderna Gramática Portuguesa e A Gramática do Português Revelada em Textos*

A obra de Evanildo Bechara em questão não deixa de reconhecer a diferença na sínclise pronominal entre o português brasileiro e o português europeu. Ao defender que “a colocação dos pronomes pessoais átonos e do demonstrativo *o* é questão de fonética sintática” (BECHARA, 2018a, p. 617), o professor vai na direção contrária à de estudiosos mais antigos que atribuíam a colocação dos pronomes oblíquos átonos a fatores estritamente sintáticos. Segundo Bechara (2018a, p. 617), “Durante muito tempo viu-se o problema apenas pelo aspecto sinático, criando-se a falsa teoria da atração vocabular do *não*, do *quê*, de certas conjunções e tantos outros vocábulos”, mas graças a estudiosos do final do século XIX, entre os quais se encontra Said Ali, o assunto passou a ser visto pelo aspecto fonético-sintático. Complementarmente, Bechara argumenta que, devido à reconsideração do assunto em nova chave,

Abriram-se com isso os horizontes, estudou-se a questão dos vocábulos átonos e tônicos, e chegou-se à conclusão de que muitas das regras estabelecidas pelos puristas ou estavam erradas, ou se aplicavam em especial atenção ao falar lusitano levantadas por José Feliciano de Castilho, nas suas críticas a José de Alencar. A Gramática, alicerçada na tradição literária, ainda não se dispôs a fazer concessões a algumas tendências do falar de brasileiros cultos, e não leva em conta possibilidades estilísticas que os escritores conseguem extrair da colocação de pronomes átonos (BECHARA, 2018a, p. 617).

A esta direção também se dirige o parecer de Maria Helena de Moura Neves. Para a autora de *A Gramática do Português Revelada em Textos*, a norma “que prescreve que determinadas palavras ‘atraem’ pronomes oblíquos ‘átonos’ para si, governando, assim, a colocação (levando à próclise)” (MOURA NEVES, 2018a, p. 509), é pouco sustentável. Observe-se que a autora usa a palavra ‘átonos’, entre aspas, pois seu argumento principal, para explicar a diferença entre a sínclise portuguesa e a brasileira, é que os tais pronomes não seriam, de fato, átonos:

O que causa a diferença entre a tranquilidade com que a colocação de pronomes é tratada em Portugal e a tensão existente no Brasil é, essencialmente, o fato de que, na fala brasileira, esses pronomes não são realmente átonos, o que institui um diferente ritmo para o conjunto em que o pronome se insere: ele não é realmente um “clítico”, como em Portugal, ou seja, ele não precisa apoiar-se em outra palavra, para ter algum peso fonético (MOURA NEVES, 2018a, p. 509).

Para exemplificar o exposto, a autora utiliza a letra da canção *Sintonia*, de Sérgio Natureza, em cujos versos temos “Me abraça, me leva pro infinito, me faz flutuar. Você é o meu sonho mais bonito, nem dá para explicar”. No falar corrente brasileiro, temos a vogal do pronome *me* pronunciada, ao passo que no falar corrente europeu, a vogal sofre apagamento a ponto de haver aglutinação, na pronúncia, entre o clítico e o respectivo verbo: “*M’abraça, m’leva pro infinito, m’faz flutuar*”.

Consequentemente, a abordagem dessas duas obras em relação à sínclise pronominal é diferente em relação às prescrições da tradição gramatical. Enquanto Bechara (2018a) enumera-lhes aquelas que “sem exagero, são observadas na linguagem escrita e falada das pessoas cultas” (BECHARA, 2018a, p. 617), Moura Neves (2018a) discorre que:

Nas lições tradicionais há uma série de normas relativas à colocação dos pronomes pessoais oblíquos átonos, e, para isso, o ponto de partida assumido é que essas palavras são absolutamente átonas, ou seja, sem volume fonético, o que não é exato, para o Brasil, como se mostrará. As indicações normativas centrais são duas:

- a) A colocação não marcada é a ênclise: se não houver nada que obrigue a próclise, o pronome vem enclítico.
- b) Não se começa frase com pronome oblíquo átono (MOURA NEVES, 2018a, p. 506).

Mais adiante, a professora menciona que

No Brasil a colocação de pronomes chamados átonos não se vem fazendo, rigidamente, segundo as regras constantes dos manuais tradicionais. **Por outro lado, verifica-se que, especificamente na escrita, há um cuidado de adequação a essas**

**normas, pelo temor de sanção político-cultural aos usos que possam ser tidos como demonstração de deficiência de formação ou de baixa escolaridade** (MOURA NEVES, 2018a, p. 506, grifos nossos).

Moura Neves (2018a), embora reconheça a vigência das prescrições da gramática tradicional no que se refere ao assunto em questão, não as detalha tal qual Bechara (2018a) o faz, pois, para a autora, elas se fundam na premissa equivocada da verdadeira atonicidade do clítico brasileiro. Adicionalmente, merece destaque um ponto de convergência entre as duas obras: se considerarmos o capítulo dedicado à sínclise pronominal, ambas as obras lançam mão de exemplos extraídos de textos literários, em sua absoluta maioria – característica do paradigma tradicional de gramatização (VIEIRA, 2016, 2018). Apesar de Bechara (2018a) o fazer com obras literárias de autores brasileiros e portugueses anteriores ao século XX e Moura Neves (2018a) embasar seus postulados em obras da literatura e do cancionário popular brasileiro do século XX, é possível a constatação de que a literatura pregressa continua sendo modelo de prescrição nas obras gramaticais, principalmente porque já estamos na segunda década do século XXI; dentro de poucos meses, a Semana da Arte Moderna, marco inicial do Modernismo brasileiro, movimento que na literatura teve por intento subverter padrões gramaticais lusitanos, completará 100 anos<sup>33</sup>.

### 3.4 O *Corpus* de Artigos Acadêmico-científicos

Como *corpus* para busca dos casos de sínclise pronominal, escolheu-se aleatoriamente o número 35, volume 12, de jun/set. de 2019<sup>34</sup>, do periódico *Aurora – revista de arte, mídia e política*, do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (NEAMP/PUC-SP)<sup>35</sup>, em que constam mais de 360 colocações pronominais; procurou-se enquadrar os casos encontrados nas descrições e prescrições constantes das obras teóricas escolhidas nessa pesquisa e, quando se fez necessário, recorreu-se a alguma outra

---

<sup>33</sup>“Certas ‘infrações’ à norma gramatical que no Brasil se sentem, a partir do modernismo, como adequadas a um poema ou a um conto não seriam aceitáveis numa carta comercial ou num discurso do paraninfo numa cerimônia de formatura. Na literatura anterior ao modernismo, ao contrário, tais “liberdades” seriam inadmissíveis.” (OLIVEIRA, 2003b, p. 85). “Antes do advento do modernismo, a expectativa dos usuários da língua, a que de modo geral os escritores correspondiam, era que a literatura fosse escrita na língua padrão. Foi a militância político-linguística de Mário de Andrade e de seus companheiros que mudou o contrato de comunicação da literatura no Brasil no que se refere à variação linguística: em textos literários o registro formal (língua padrão) deixou de ser obrigatório e tornou-se facultativo, passando a escolha da variedade linguística utilizada a obedecer às necessidades estilísticas do escritor” (OLIVEIRA, 2003b, pp. 87-88).

<sup>34</sup>Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/issue/view/2282>>. Acesso em: 6 jan. 2020.

<sup>35</sup>Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/index>>. Acesso em: 6 jan. 2020.



obra a título de complementação – seja para buscar regras, seja para buscar eventuais comentários elucidativos. Uma vez destacados os períodos em que se encontraram os pronomes clíticos, procurou-se identificar as conformidades e as inconformidades em relação às descrições ou prescrições, buscando-se possíveis explicações, a serem desenvolvidas no Capítulo 4.

Os resultados encontrados serão detalhados nas subseções a seguir. A sequência de prescrições e descrições observada foi a da obra Bechara (2018a), como forma de deixar os achados mais claramente dispostos na presente pesquisa, uma vez que esta obra conta com maior número de regras, as quais não colidem com as descrições de Moura Neves (2018a).

### 3.4.1 Em relação a um só verbo

Nesta seção, as sínclises pronominais serão separadas conforme a regra em que se enquadram, realçando-se, com fundo colorido, aquelas cuja análise está em questão. As regras seguirão a apresentação das Tabelas 1 e 2, e, quando necessário, serão incluídas as observações feitas por Bechara (2018a), conforme as referidas tabelas; por exemplo, a Regra 1 trata da interdição ao uso de clítico em início de período; a Regra 1-B (observação *b* da Tabela 1), trata da regra da interdição a que se inicie oração com pronome proclítico.

#### 3.4.1.1 Regras 1 e 1-B

Nesta subseção, observou-se tanto o critério de período, como Bechara (2018a) prescreve, como o critério de oração, apontado por Bechara (2018a), a propósito do entendimento de Rui Barbosa.

#### Tabela 3 – Ênclise e Próclise em Início de Período

1	<b>Coloca-se</b> no lugar de fala de mãe, buscando identificação com outras tantas mulheres que compartilhavam da mesma condição [...]. – <i>Corpus</i> , p. 31.
2	<b>Começa-se</b> , assim, com a observação da abertura da campanha televisiva da presidenciável Heloísa Helena, no ano de 2006 [...]. – <i>Corpus</i> , p. 30.
3	<b>Conclui-se</b> , diante dos resultados da pesquisa, que a publicidade infantil induz a criança ao consumismo [...]. – <i>Corpus</i> , p. 117.

4	<b>Constata-se</b> , então, que o desenvolvimento das tecnologias da comunicação resultou na proliferação das plataformas dos espaços sociais [...]. – <i>Corpus</i> , p. 57.
5	<b>Constata-se</b> , portanto, que Baudrillard e Lévy possuem abordagens antagônicas em relação à virtualização. – <i>Corpus</i> , p. 76.
6	<b>Criou-se</b> , com isso, um clima de grande euforia em torno das possibilidades de luta contra a opressão através desses meios, o que não deixou de ser justificado pelo curso tomado pelos acontecimentos. – <i>Corpus</i> , p. 77.
7	<b>Esquecemo-nos</b> que o ser humano não é apenas um ser que pensa, mas que sente, brinca, interage [...]. – <i>Corpus</i> , p. 99.
8	<b>Explica-se</b> : tendo assumido a candidatura à presidência pelo PSB, a postulante substituía Eduardo Campos, morto em acidente de avião e, até o momento, candidato do partido. – <i>Corpus</i> , p. 33.
9	<b>Fala-se</b> em um tipo de capital, relacionado a gênero, porque o simples fato de um político ser homem já o coloca em vantagem por questões que vão desde a divisão sexual do trabalho (BOURDIEU, 2010) até o maior financiamento de campanhas [...]. – <i>Corpus</i> , p. 25.
10	<b>Formou-se</b> , então, um cenário de disputa, e que passou a ter como grande arena a plataforma de vídeos Youtube. – <i>Corpus</i> , p. 81.
11	<b>Indaga-se</b> : que imagens as candidatas buscaram construir? – <i>Corpus</i> , p. 23.
12	<b>Percebe-se</b> que no decorrer de sua obra ela vai abandonando a terminologia “virtual” mesmo que antes empregava na nominação de seu estudo [...]. – <i>Corpus</i> , p. 53.
13	<b>Reforça-se</b> tal objetivo ao propor, para a pesquisa, a seguinte problematização: de que maneira a mídia publicitária é tratada juridicamente e como influencia o imaginário da criança levando-a ao consumismo trazendo, por conseguinte, riscos à sua formação? – <i>Corpus</i> , p. 107.
14	<b>Têm-se</b> , então, os aspectos biopsicológicos condicionantes da vontade de um indivíduo de se manifestar para os atos da vida civil. – <i>Corpus</i> , p. 105.
15	<b>Trata-se</b> de um julgado proferido pelo acórdão do Tribunal de Justiça (TJ) do Estado de São Paulo (SP) [...]. – <i>Corpus</i> , p. 115.

Enfatiza-se aqui a não ocorrência de próclises em início de período no *corpus* estudado.

Tabela 4 – Ênclise e Próclise em Início de Oração

1	[...] reunir artigos opinativos de acadêmicos da Ciência Política em veículos jornalísticos, <b>analisá-los</b> e classificá-los. – <i>Corpus</i> , p. 6.
2	A diferença representada por Marina não mobilizava, diretamente, o gênero: <b>referia-se</b> ao fato de defender o ambiente e não ser nem PT nem PSDB, partidos que polarizavam as eleições presidenciais desde 1994. – <i>Corpus</i> , p. 33.
3	Experimentamos, exploramos, <b>nos afinamos</b> e repensamos os caminhos e ferramentas que podem contribuir para que as danças realmente sejam significativas, para que atinjam seu objetivo. – <i>Corpus</i> , p. 92.
4	O impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, em 2016, divide opiniões até hoje: <b>tratou-se</b> de um processo legal ou de um golpe que culminou numa destituição? – <i>Corpus</i> , p. 6.
5	Partindo da teoria dos campos de Bourdieu (1989), <b>argumenta-se</b> que outro tipo de capital político vem sendo construído quando as mulheres entram no jogo eleitoral [...]. – <i>Corpus</i> , p. 23.
6	Pensando nesta realidade, <b>resolveu-se</b> buscar uma alternativa aos pais ou responsáveis para amenizar esta condição e é neste contexto que a pesquisa se justifica [...]. <i>Corpus</i> , p. 104.
7	Quanto aos deslocamentos dos fenômenos sociais que relacionam a sociedade e a tecnologia, <b>torna-se</b> pertinente a provocação da noção levantada por Winner (1983, p. 1) quando destacou as “qualidades políticas dos artefatos técnicos”. – <i>Corpus</i> , p. 52.
8	Tendo como base o princípio da hipossuficiência e vulnerabilidade do infante submetido e influenciado pela publicidade infantil <b>pretende-se</b> questionar a legalidade dos meios que são utilizados pela mídia para persuadi-los. – <i>Corpus</i> , p. 102.
9	Tendo por fundamento o posicionamento jurídico, doutrinário e por tribunais, adotado no Brasil acerca do tema, <b>prosseguiu-se</b> com a pesquisa de campo [...]. – <i>Corpus</i> , p. 116.

### 3.4.1.2 Regra 2

Tabela 5 – Próclise em Orações Subordinadas

1	[...] a correlação com Reggio Emília poderá indicar outros conceitos que podem contribuir para a organização de uma narrativa poética e investigativa que <b>se afine</b> ao contexto de cada projeto. – <i>Corpus</i> , p. 98.
2	[...] bem como o grau de influência exercido em seus respectivos familiares e responsáveis que <b>se submetem</b> aos desmandos infantis [...]. – <i>Corpus</i> , p. 101.
3	[...] dando a Eduardo a aura de homem bom, que seguiria ali como <b>se fosse</b> um anjo [...]. – <i>Corpus</i> , p. 33.
4	[...] é nesse ponto que <b>se volta</b> o foco da pesquisa quanto à legalidade da publicidade voltada para o público infantil, ao se utilizar da inocência e (in)consciência deste para levá-lo ao consumo [...]. – <i>Corpus</i> , p. 107.
5	[...] é no exercício de observação participativa (mesmo que oculta) que <b>se realiza</b> a coleta dos dados da cultura a delimitada nas recentes mídias. – <i>Corpus</i> , p. 57.
6	[...] motivos esses que levaram à consagração das referidas normas a protegerem os menores em razão de sua idade a qual <b>se associa</b> a sua cognição em formação. – <i>Corpus</i> , p. 116.
7	[...] o que <b>se constata</b> diariamente nos meios de comunicação em geral. – <i>Corpus</i> , p. 103.
8	[...] o uso das câmeras dos telefones com mídias móveis traz novas formas de mapeamento do lugar para além da geografia em que <b>se adicionam</b> dispositivos emocionais, psicológicos e estéticos dimensionando o senso de lugar [...]. – <i>Corpus</i> , p. 65.
9	[...] onde as práticas artísticas <b>se resumem</b> a um laissez faire vazio de significado e sentido [...]. – <i>Corpus</i> , p. 90.
10	[...] onde <b>se faz</b> imprescindível ter responsabilidade com associações, agências e agendas [...]. – <i>Corpus</i> , p. 60.
11	[...] por isso, nossa opção por buscar metodologias que <b>nos propiciem</b> coerência e consistência, mas que tenham abertura à subjetividade, à incerteza e ao inesperado. – <i>Corpus</i> , p. 96.
12	[...] principalmente quando o advento das mídias móveis <b>se tornou</b> uma condição marcante das tecnologias da comunicação on-line [...]. – <i>Corpus</i> , p. 55.
13	A atenção sobre as “dificuldades subjetivas nos estudos das culturas” em redes digitais, pode ainda, seguir certas advertências da Antropologia de Mauss, principalmente quando <b>se atende</b> “ao perigo da observação superficial”. – <i>Corpus</i> , p. 49.
14	A condição da totalidade do acesso às tecnologias da comunicação online, exige da Antropologia reconhecer o posicionamento de Latour (1994, p. 54-91) quando diz que “somos todos nativos”, o que demanda por um “modelo de descrição do mundo” nos coletivos sociais que <b>se formam</b> de maneira híbrida em quase humanos e “quase objetos” [...]. – <i>Corpus</i> , p. 64.
15	A constatação é que os cientistas políticos, em linhas gerais, ao se manifestarem na imprensa a fim de saber como esses professores <b>se posicionaram</b> a respeito do impeachment de Dilma Rousseff. – <i>Corpus</i> , p. 5.
16	A partir da redemocratização, cada edição do horário eleitoral teve diferentes regras de campanha, nas quais <b>se firmou</b> a noção do horário gratuito de propaganda eleitoral como o espaço de divulgação do discurso eleitoral na mídia eletrônica [...]. – <i>Corpus</i> , p. 30.
17	A pesquisa de Ward (1999, p. 1-2) foi selecionada para buscar entender como <b>se pensava</b> as comunidades online convergindo a condição física com a virtual, [...]. – <i>Corpus</i> , p. 51.
18	A relacionalidade se mostra assim como condição fundamental para a elaboração de uma pesquisa viva e é aqui que a abordagem malaguzziana <b>se entrelaça</b> à pesquisa a/r/tográfica. – <i>Corpus</i> , p. 97.
19	Ainda que o gênero não seja mobilizado diretamente (no começo e no fim do horário eleitoral), Marina não deixa de recordar as mulheres com as quais <b>se assemelha</b> : aquelas que lutam pelo sustento de suas casas e pela união da família. – <i>Corpus</i> , p. 41.
20	Além disso, a proliferação de aplicativos de mensagens como o WhatsApp fizeram com que um imenso número de pessoas costumeiramente inativas na rede passassem a receber conteúdos diários em que <b>se defendiam</b> as causas da direita [...]. – <i>Corpus</i> , p. 81.
21	Além disso, os eleitores estão mais atentos à propaganda quando ela <b>se inicia</b> e termina [...]. – <i>Corpus</i> , p. 26.
22	Ao brincar com as variações tonais percebemos limites, interesses, possibilidades e desafios, estabelecemos um centro tonal que <b>nos dá</b> a segurança de retornar quanto uma modulação ou um improviso não dão muito certo. – <i>Corpus</i> , p. 91.
23	Apesar de já existir desde antes do regime militar, foi somente com o desenvolvimento do marketing

- político, possibilitado pela queda da censura, que os programas do horário eleitoral **se tornam** mais atrativos ao telespectador/eleitor [...]. – *Corpus*, p. 24.
- 24 Argelina Cheibub Figueiredo (2016), por exemplo, buscou responder, após o afastamento de Dilma Rousseff ser aprovado pelo Senado, se a crise **se devia** a problemas das instituições políticas [...]. – *Corpus*, p. 13.
- 25 As propagandas de Heloísa Helena, candidata posicionada à esquerda do campo político, foram corajosas no que **se refere** à ocupação do lugar de fala da oposição [...]. – *Corpus*, p. 40.
- 26 Assim, o cenário geral que **se apresentava** no início da segunda década do milênio é de mudanças políticas estruturais importantes [...]. – *Corpus*, p. 77.
- 27 Através dos movimentos da produção de Hine, entendemos que as chaves que abrem a compreensão das tecnologias da comunicação estão na adaptação das técnicas metodológicas que **se dão** pela aproximação integral ao campo de estudo [...]. – *Corpus*, p. 59.
- 28 Buscamos metodologias que sejam abertas às experiências estéticas e ao saber sensível; abertas ao olhar poético que Adélia Prado **nos mostra** com tanta sensibilidade ao dizer: “Deus de vez em quando me tira a poesia, olho para uma pedra e vejo uma pedra”. – *Corpus*, p. 96.
- 29 Consumir então passa a ter um significado muito maior do que simplesmente adquirir determinado serviço ou produto, está atrelado a um sentimento de aceitação e destaque perante a sociedade em que **se vive** [...]. – *Corpus*, p. 110.
- 30 De forma dura e violenta, os grupos sociais perceberam que **se encontram** dentro de uma grande armadilha, e passaram a agir com muito mais comedimento [...]. – *Corpus*, p. 80.
- 31 De responsabilidade exclusiva dos partidos, o tempo no HGPE é oferecido às legendas, pelo Estado, para que **se apresentem** à população partidos, candidatos, ideias. – *Corpus*, p. 24.
- 32 Dessa forma, diversos grupos puderam proliferar mais facilmente suas ideias e expandir de maneira vertiginosa o número de adeptos as suas causas, ao mesmo tempo em que **se tornaram** capazes de organizar, com rapidez cada vez maior, ações em prol de seus objetivos de mudança. – *Corpus*, p. 77.
- 33 Dessa maneira, diversas metodologias qualitativas exigem reavaliação constante, incluindo a metodologia que guia as entrevistas, os grupos focais e o funcionamento das diferentes plataformas em que **se desenvolvem** as sociabilidades digitais. – *Corpus*, p. 56.
- 34 Desse modo, o campo político brasileiro, no que **se refere** ao gênero, mostra a urgente necessidade de ampliação democrática [...]. – *Corpus*, p. 43.
- 35 É a partir dessa perspectiva que a arte **se mostra** como ferramenta fundamental, não como simples entretenimento, mas como forma de se relacionar com o mundo e consigo mesmo – *Corpus*, p. 89.
- 36 É verdade que candidatas e partidos **se repetem** [...]. – *Corpus*, p. 43.
- 37 Ela reconhece que é a partir disso que **se faz** hábil a imersão no meio digital e o exercício de explorar os fenômenos investigados por diversos aspectos [...]. – *Corpus*, p. 54.
- 38 Embora a citada lei seja de 1995, é somente a partir de 2002 que **se percebe**, efetivamente, o campo político tentar trazer as mulheres ao horário eleitoral em um papel importante como o de presidencial [...]. – *Corpus*, p. 25.
- 39 Enquanto Hime **se focava** em estruturas separadas entre a atividade em rede e a vida off-line como **se estabelecem** neste sistema de relações misturadas ou híbridas. – *Corpus*, p. 53.
- 40 Essa diferença diz muito não somente sobre o número de pessoas que **se encontram** sob a influência dos discursos propagados por tais influenciadores, [...]. – *Corpus*, p. 83.
- 41 Este fato pode ser exemplificado pela pesquisa no Facebook, onde **se inicia** a partir da atuação de uma página pessoal na rede, o que por outro lado, segundo ela, implica em atentar a certos elementos que compõem a exposição e a atuação do pesquisador na rede. – *Corpus*, p. 58.
- 42 Este trabalho faz uma análise da literatura da Ciência Política sobre o impeachment de Dilma Rousseff em 2016 e faz um levantamento de como cientistas políticos **se manifestaram** na imprensa brasileira [...]. – *Corpus*, p. 5.
- 43 Fora isso, o controle realizado por grandes empresas, somado às facilidades encontradas pelos Estados autoritários em exercer sua capacidade de coerção sobre estas, faz com que a grande rede **se torne** um terreno amplamente favorável para que as organizações imperialistas exerçam sua preponderância. – *Corpus*, p. 84.
- 44 Interpretar uma obra de arte é como **se olhar** no espelho, é uma síntese de sentimentos, sensações, pensamentos e sonhos; experiências de vida que **o levam** a uma interpretação única e pessoal. – *Corpus*, p. 99.
- 45 Junto a isso, Malaguzzi propõe um currículo dinâmico, que **se molda** e se constrói concomitantemente ao desenvolvimento dos projetos pedagógicos. – *Corpus*, p. 93.
- 46 Marina menciona o gênero, destacando as mulheres com as quais **se assemelha** [...]. – *Corpus*, p. 32.
- 47 Mas ainda sim, demonstra que a internet **se apresenta** como um objeto de estudo passível de ser analisado

- por diversos prismas, [...]. – *Corpus*, p. 55.
- 48 Merece também reiterar que dados da pesquisa confirmam e indicam a realidade de consumo das crianças anapolinas, relatadas por estudiosos do tema, segundo a qual a publicidade condiciona o comportamento das massas provocando estímulos que *o induzam* a compra [...]. – *Corpus*, p. 117.
- 49 Não obstante a isso, a autora aponta outro aspecto que *se compreende* como indispensável à potência da reflexão, [...]. – *Corpus*, p. 54.
- 50 Não obstante a isso, ao considerar a Internet como portal de dados, podemos convergir sobre o caminho da proposta etnográfica tradicional de Mauss (1993, p. 5-7), que *se denota* na ação do etnógrafo em “observar e classificar os fenômenos sociais”, pois as “diversas formas de olhar”, agora em rede digital, de antemão proporcionam “o contato com um universo de possibilidades de estudos” em constante movimento. – *Corpus*, p. 48.
- 51 No caso do público e privado, Lévy exemplifica que, ao contrário do trabalhador tradicional, que *se deslocava* da esfera privada da sua casa para à pública do trabalho, “o teletrabalhador transforma seu espaço privado em espaço público e vice-versa” (Lévy, 1996, p. 24). – *Corpus*, p. 74.
- 52 No Egito, a juventude se mobilizava virtualmente para derrubar a prolongada ditadura de Hosni Mubarak, o que *se repetiu* em vários outros países árabes. – *Corpus*, p. 77.
- 53 O entrelaçamento entre apreciação estética, observação pedagógica e análise investigativa deve propiciar flexibilidade e movimento à nossa pesquisa; evitar que ela *se torne* rígida e estéril [...]. – *Corpus*, p. 96-97.
- 54 O jurista Paulo Brossard (1992), argumentou que a característica política do impeachment não se deve à natureza desta instituição per se, mas à escolha daqueles que *o regulamentaram*. – *Corpus*, p. 7.
- 55 O que *se observa* com essas constatações é algo que já é pressentido entre a maioria dos indivíduos que participam do debate político no país. – *Corpus*, p. 84.
- 56 O Wikileaks, organização fundada por ele e que divulga documentos sigilosos de interesse das grandes potências econômicas, frequentemente libera papéis acerca da cooperação entre os grandes conglomerados internéticos e os países de que são parceiros, mostrando as finalidades repressivas que *se ocultam* por trás das aparentes liberdades concedidas pelas redes [...]. – *Corpus*, p. 79.
- 57 Ora, em sendo o objetivo da publicidade estimular o consumo de bens e serviços, questiona-se a sua legalidade quando é destinada às crianças, como alvos a serem alcançados para o consumo dos produtos e serviços que *se propagam* pelo marketing. – *Corpus*, p. 105.
- 58 Os conceitos presentes na abordagem malaguzziana apresentam, assim, contribuições interessantes não apenas às condições de uma pesquisa viva, mas aos conceitos que *a permeiam* e que proporcionam possibilidades de interpretações e análises da pesquisa como um todo. – *Corpus*, p. 98.
- 59 Os primeiros programas do HGPE têm importância fundamental porque é neles que presidenciaíveis *se apresentam* ao telespectador/ eleitor, tendo que convencer ao eleitorado que vale a pena assistir às propagandas e acompanhá-las [...]. – *Corpus*, p. 26.
- 60 Para ele, o processo seguia os ritos e regras necessários, apoiado por “uma campanha pelo engajamento cívico da população contra um governo que não governa”, enquanto Dilma e seus defensores *se engajavam* em práticas antidemocráticas [...]. – *Corpus*, p. 15.
- 61 Para este antropólogo, é na mudança das formas da ciência entender os fatos, e acrescenta-se aqui, nas convergências que os fatos podem fazer com as teorias aplicadas, onde *se emerge* o “valor de descobrimento” na etnografia. – *Corpus*, p. 49.
- 62 Para lograr êxito foi desenvolvida a pesquisa bibliográfica e, a seguir, a de campo, através da qual *se aplicou* questionário em locais públicos [...]. – *Corpus*, p. 112.
- 63 Para que isso aconteça é necessário não apenas que ele *se coloque* em estado de abertura para ouvir, mas que busque ferramentas que *o auxiliem* a observar profundamente o desenvolvimento da criança e modificar seus métodos e estratégias de ensino assim como os caminhos a serem trilhados. – *Corpus*, p. 95.
- 64 Para ver como tais profissionais *se posicionaram* [...]. – *Corpus*, p. 10.
- 65 Pensando nesta realidade, resolveu-se buscar uma alternativa aos pais ou responsáveis para amenizar esta condição e é neste contexto que a pesquisa *se justifica*. – *Corpus*, p. 104.
- 66 Pérez-Liñán (2007) afirma que o impeachment *se torna* um instrumento político para ser usado contra presidentes que enfrentam uma “legislatura beligerante” [...]. – *Corpus*, p. 9.
- 67 Portanto, é a partir da entrada nos sites de busca e nas redes sociais onde *se encontram* as referências preliminares das diferentes temáticas do estudo, correspondendo ao lugar onde *se inicia* o emprego da etnografia. – *Corpus*, p. 48.
- 68 Portanto, o foco deste artigo não é tratar de um tipo de consumo, mas sim o de averiguar se a criança tem desenvolvido o consumismo, e caso *o tenha*, como este é tratado juridicamente, e ainda, como *lhe afeta* a formação [...]. – *Corpus*, p. 107.
- 69 Posteriormente, através deste processo, se passa a provocar as hipóteses, na medida em que o repertório analítico *se desenvolve* impulsionando novas questões. – *Corpus*, p. 57.

70	Quais valores se relacionam ao problema quando <b>se analisa</b> o fenômeno? – <i>Corpus</i> , p. 61.
71	Queremos uma metodologia que <b>nos ajude</b> a ver mais do que apenas uma pedra, que não nos tire a poesia dos olhos. – <i>Corpus</i> , p. 96.
72	Reggio Emília e a a/r/tografia estão, portanto, abertas a uma forma diferente de conhecimento mais próxima à apreciação estética e que <b>se abre</b> em possibilidades de enxergar os processos que ocorrem no “entre”. – <i>Corpus</i> , p. 97.
73	Segundo o filósofo de Reims, a virtualização é a “substituição no real dos signos do real” (Baudrillard, 1991, p. 9), tendo sido deflagrada na pós-modernidade; onde <b>se verifica</b> a “passagem dos signos que dissimulam alguma coisa aos signos que dissimulam que não há nada” (Baudrillard, 1991, p. 14). – <i>Corpus</i> , p. 73.
74	Segundo seus preceitos, aos pesquisadores das relações sociais mediadas pela tecnologia, cabe deixarem os atores desempenharem seus papéis sem interferência no contexto, onde cabe à [sic] eles explicarem como <b>se estabelecem</b> neste sistema de relações misturadas ou híbridas. – <i>Corpus</i> , p. 53-54.
75	Tal fato inspirou a pensar o contexto das práticas sociais em rede de conexão online como uma conjunção cultural, a qual dá abertura ao debate, onde a autora <b>se posiciona</b> na ideia das disparidades da atuação social/digital entre as esferas on-line e off-line. – <i>Corpus</i> , p. 55.
76	Tal perspectiva se apresenta em oposição à comum idealização da internet que <b>se fazia</b> no final do século XX [...]. – <i>Corpus</i> , p. 52.
77	Tal possibilidade é reconhecida pelo ordenamento jurídico pátrio como sendo uma relação contratual de fato, ou como uma conduta social típica, conforme <b>se expõe</b> . – <i>Corpus</i> , p. 105.
78	Um exemplo deste prognóstico são os diferentes aplicativos disponíveis atualmente em mídias móveis e a capacidade de controle e monitoramento de dados pessoais, que <b>se desenvolvem</b> em conjunto com a interação on-line, [...]. – <i>Corpus</i> , p. 53.
79	Várias são as considerações teóricas e práticas a respeito das ações da mídia, que <b>se utiliza</b> de técnicas de campanhas publicitárias [...]. – <i>Corpus</i> , p. 101.
80	Wagner Romão (2016), também no Estadão, afirmou que o impeachment <b>se tratou</b> da realização da vontade de uma maioria parlamentar de ocasião [...]. – <i>Corpus</i> , p. 16.
81	Como, portanto, trilhar um caminho que <b>nos propicie</b> o rigor metodológico sem a rigidez do método? – <i>Corpus</i> , p. 95.
82	O princípio da direção de sua crítica é a necessidade de Hine orientar sua metodologia, onde o primeiro passo era <b>se familiarizar</b> com a estrutura da tecnologia da internet como um aparato técnico e fora do sistema de relações, práticas e costumes. – <i>Corpus</i> , p. 56.

Tabela 6 – Ênclise em Orações Subordinadas

1	[...] a sensação que temos desse acorde varia conforme <b>mudam-se</b> os acordes que vêm antes ou depois dele. – <i>Corpus</i> , p. 98.
2	[...] os quais <b>encontram-se</b> concentrados no conceito de virtual. – <i>Corpus</i> , p. 72.
3	No entanto, desprezar a condição digital no contexto da cultura contemporânea, a qual <b>alastra-se</b> em múltiplas esferas das relações sociais (se apresentando também como campo e/ou objeto de pesquisa) é ignorar o fenômeno social da nossa era e tornar perecíveis os métodos antropológicos tradicionais por supostamente não darem conta de explicar as culturas intoxicadas pelas tecnologias nas relações sociais e materiais. – <i>Corpus</i> , p. 48.
4	Por tal razão, contextualizar é imprescindível para elaborar as conexões entre as regras da prática de análise que estão sendo empregadas e o fenômeno estudado, enquanto <b>certifica-se</b> sobre a veracidade das interpretações realizadas testando as hipóteses e colocando-as à prova [...]. – <i>Corpus</i> , p. 61.

## 3.4.1.2.1 Regra 2-A

Tabela 7 – Ênclise em Orações Subordinadas Coordenadas entre Si

1	Ainda segundo o autor, o desempenho da Antropologia se reflete na consciência sobre a falta de equilíbrio entre a capacidade de diagnosticar problemas e <b>resolvê-los</b> . – <i>Corpus</i> , p. 51.
2	Ao serem expostas excessivamente a conteúdos publicitários além de se tornarem consumistas, as crianças estão também consumindo ideias e valores distorcidos, incorporando-os e <b>reproduzindo-os</b> como padrões sociais. – <i>Corpus</i> , p. 117.
3	Por tal razão, contextualizar é imprescindível para elaborar as conexões entre as regras da prática de análise que estão sendo empregadas e o fenômeno estudado, enquanto certifica-se sobre a veracidade das interpretações realizadas testando as hipóteses e <b>colocando-as</b> à prova [...]. – <i>Corpus</i> , p. 61.
4	É possível inferir uma tendência nas opiniões divulgadas e <b>compará-las</b> com as posições conhecidas dos veículos jornalísticos? – <i>Corpus</i> , p. 6.
5	O segundo é como nosso campo harmônico e possibilita improvisar e <b>expandir-se</b> além dos limites do centro tonal – <i>Corpus</i> , p. 92.
6	Claro que esse pensamento foi fundamental para o desenvolvimento da sociedade como conhecemos hoje e <b>mostra-se</b> de grande importância na atualidade, onde a liquidez do mundo contemporâneo e o excesso de informações tornam mais difícil reconhecer a confiabilidade de um conhecimento. – <i>Corpus</i> , p. 95.
7	Várias são as considerações teóricas e práticas a respeito das ações da mídia, que se utiliza de técnicas de campanhas publicitárias, direcionadas ao público infantil e <b>questiona-se</b> até que ponto a criança deve ser alvo desse tipo de mensagem. – <i>Corpus</i> , p. 101.
8	[...] agravado ao fato de que tal dinâmica, quando voltada para o público infantil, utiliza-se da falta de discernimento do infante, tão necessário para compreender e <b>defender-se</b> da sedução publicitária. – <i>Corpus</i> , p. 106.
9	Os primeiros programas do HGPE têm importância fundamental porque é neles que presidenciais se apresentam ao telespectador/ eleitor, tendo que convencer ao eleitorado que vale a pena assistir às propagandas e <b>acompanhá-las</b> [...]. – <i>Corpus</i> , p. 26.
10	Ainda segundo o autor, o desempenho da Antropologia se reflete na consciência sobre a falta de equilíbrio entre a capacidade de diagnosticar problemas e <b>resolvê-los</b> . – <i>Corpus</i> , p. 51.
11	Como os dados estão todos disponíveis, não fica difícil encontrar os mobilizadores e <b>inviabilizá-los</b> de alguma forma, o que pode ocorrer inclusive pelo uso da força. – <i>Corpus</i> , p. 80.

Tabela 8 – Próclise em Orações Subordinadas Coordenadas entre Si

1	Assim, os levantes produzidos em rede, disseminados nos diversos países espalhados pelo mundo, geraram uma euforia da qual Castells e outros não puderam se esquivar, e <b>se empenharam</b> em imediatamente classificar como uma nova etapa do processo das lutas sociais, que teria agora novas possibilidades de transformação da realidade comum. – <i>Corpus</i> , p. 78.
2	Junto a isso, Malaguzzi propõe um currículo dinâmico, que se molda e <b>se constrói</b> concomitantemente ao desenvolvimento dos projetos pedagógicos. – <i>Corpus</i> , p. 93.
3	O último programa de Luciana foi dedicado somente à fala da presidenta, que tentou sintetizar o que foi sua campanha: uma tentativa de mobilizar as parcelas à esquerda, do junho de 2013, e <b>se apresentar</b> aos jovens e rebeldes como a única opção de esquerda coerente. – <i>Corpus</i> , p. 39.
4	Este fato gera um importante desafio para a construção das etnografias, e sua missão de potencializarem as explicações sobre as culturas e <b>se “validarem</b> como ciência”. – <i>Corpus</i> , p. 50

### 3.4.1.3 Regras 3, 3-A e 3-B

Nesta subsecção, cabem duas ressalvas principais. A primeira delas diz respeito à inclusão, entre os advérbios, feita por Bechara (2018a), de palavras que outros gramáticos costumam classificar como conjunção. Segundo Bechara (2018a, p. 348):

Levada pelo aspecto de certa proximidade de equivalência semântica, a tradição gramatical tem incluído entre as conjunções coordenativas certos advérbios que estabelecem relações interoracionais ou intertextuais. É o caso de *pois, logo, portanto, entretanto, contudo, todavia, não obstante*. Assim, além das conjunções coordenativas já assinaladas, teríamos as explicativas (*pois, porquanto*, etc.) e conclusivas (*pois* [posposto], *logo, portanto, então, assim, por conseguinte*, etc.), sem contar *contudo, entretanto, todavia* que se alinham junto com as adversativas. Não incluir tais palavras entre as conjunções coordenativas já era lição antiga na gramaticografia de língua portuguesa; vemo-la em Epifânio Dias [...] e, entre brasileiros, em Maximino Maciel, nas últimas versões de sua gramática [...]. Perceberam que tais advérbios marcam relações textuais e não desempenham o papel conector das conjunções coordenativas, apesar de manterem com elas certas aproximações ou mesmo identidades semânticas.

São de parecer similar a professora Maria Helena Mira Mateus e seus colaboradores, em sua *Gramática da Língua Portuguesa*. Segundo a autora, são “propriedades formais das conjunções”:

- (i) ocupam a posição inicial do membro coordenado;
- (ii) não podem deslocar-se no interior do membro coordenado;
- (iii) não podem concorrer para uma mesma posição estrutural – a de núcleo da estrutura coordenada;
- (iv) coordenam constituintes frásticos e não frásticos;
- (v) podem co-ocorrer com complementadores quando coordenam as frases por elas estruturadas (MATEUS *et al.*, 2003, p. 569).

Pode-se, destarte, adicionar à lista de Bechara (2018a) a expressão adverbial *no entanto*.

A outra ressalva diz respeito às orações e expressões adverbiais de maior extensão. Para arrolá-las aos advérbios, fundamentamo-nos em Cunha e Cintra (2001, p. 312), que prescreve: “Pode-se dizer que, além dos casos examinados, a língua portuguesa tende à próclise pronominal [...] quando o verbo vem antecedido de certos advérbios (*bem, mal, ainda, já, sempre, só, talvez*, etc.) ou expressões adverbiais e não há pausa que os separe [...]”, tendo por exemplares as seguintes construções:

- Até a voz, dentro em pouco, já me parecia a mesma.* (Machado de Assis)
- Só depois se sente no chão a chorar.* (Alves Redol)
- Ao despertar, ainda as encontro lá, sempre se mexendo e discutindo.* (Aníbal Machado)
- Talvez Elisabeth se decidisse.* (Ferreira de Castro)
- Nas pernas me fiava eu.* (Aquilino Ribeiro).



Tabela 9 – Próclise em Orações com Pronome Átono Ligado a Verbo Modificado Diretamente por Advérbio ou Precedido de Palavra de Sentido Negativo e Pronomes ou Quantitativos Indefinidos

1	[...] as quais, atualmente, <b>se fazem</b> imprescindíveis para a qualidade da etnografia no campo social/digital, pois atendem ao conceito de hibridização entre corpo/tecnologia [...]. – <i>Corpus</i> , p. 56.
2	[...] diferentemente da atualidade, quando os grupos geralmente <b>se conhecem</b> e realizam vários ensaios antes da apresentação [...]. – <i>Corpus</i> , p. 91.
3	[...] não <b>se preocupava</b> apenas com a filha e o rebento desta, pois agia como uma mãe para todos os brasileiros [...]. – <i>Corpus</i> , p. 37.
4	[...], as quais podem não entender e não <b>se predispor</b> a se comunicar com um pesquisador que seja demasiadamente técnico e formal ou que tenha posicionamentos políticos e ideologias distintas das ideologias do pesquisador. – <i>Corpus</i> , p. 59.
5	A alusão que ela traz às referências da etnografia tradicional reproduz o método que ainda <b>se faz</b> bastante sentido. – <i>Corpus</i> , p. 57.
6	A partir disso, <b>se faz</b> importante notar, que o telefone celular demanda um trabalho etnográfico pela trajetória das metodologias de estudos das culturas digitais pelas Ciências Sociais, dada a condição hibridizada das mídias móveis ao corpo, garantindo as novas sociabilidades [...]. – <i>Corpus</i> , p. 65.
7	A suíte sempre <b>se iniciava</b> com uma música caracteristicamente instrumental e nada dançante [...]. – <i>Corpus</i> , p. 90.
8	Ademais, no discurso <b>se estabelecem</b> disputas pelo poder, por um lugar social destacado, pela imposição de determinada visão de mundo, ou seja, o discurso cria o universo de sentidos possíveis de uma sociedade (VERÓN, 1980) [...]. – <i>Corpus</i> , p. 28.
9	Ao nosso ver é importante não <b>nos limitarmos</b> ao sentido stricto sensu de virtual, e sim vislumbrar o panorama completo de como a virtualização se manifesta. – <i>Corpus</i> , p. 77.
10	Apesar de o jornal, em seus editoriais, <b>se colocar</b> claramente favorável ao impeachment de Dilma Rousseff, os cientistas políticos que nele publicaram não foram necessariamente influenciados por tal posicionamento, uma vez que em 83% deles não houve posição clara em relação ao seu mérito [...].
11	As danças, aqui, <b>se referem</b> a um estilo musical característico do período barroco [...]. – <i>Corpus</i> , p. 90.
12	Dessa forma, <b>nos posicionamos</b> metodologicamente em meio ao saber sensível característico das experiências estéticas, aos processos pedagógicos envolvidos na construção de conhecimento e à investigação crítica presente na pesquisa científica. – <i>Corpus</i> , p. 96.
13	Dessa forma, <b>se passou</b> a ser impossível para a Antropologia ignorar a estrutura da vida cotidiana nas relações sociais imersas nos contextos da conexão on-line [...]. – <i>Corpus</i> , p. 66.
14	Dessa maneira, é possível afirmar que a primeira hipótese apresentada na introdução deste trabalho, de que os cientistas políticos extrapolam os pontos destacados pelos teóricos que tratam o impeachment em seus textos de opinião, não <b>se confirma</b> , mesmo com as exceções de autores que preferiram se posicionar claramente. – <i>Corpus</i> , p. 19.
15	Desse modo, ele não <b>se coloca</b> de forma alguma contrário ao uso de tais meios. – <i>Corpus</i> , p. 79.
16	Desse modo, <b>se dá</b> a compreensão dos fenômenos digitais e a possibilidade destes serem compreendidos em suas próprias experiências, sendo que, de modo autêntico, <b>se busca</b> a construção de uma etnografia reflexiva sobre os caminhos efetivados na construção do conhecimento. – <i>Corpus</i> , p. 54.
17	Ele afirma que não <b>se trata</b> apenas de quem se vai tirar do poder, mas também de quem será colocado em seu lugar [...]. – <i>Corpus</i> , p. 15.
18	Eles mesmos <b>se tornaram</b> porta-vozes dos setores que defendem o impeachment, tomando partido a favor de um dos lados” (Alves, 2016), apesar da ressalva de que a Folha teve uma posição mais neutra, pedindo a renúncia de Rousseff e lamentando que a alternativa fosse seu vice, Michel Temer [...]. – <i>Corpus</i> , p. 17.
19	Em contraste, Baudrillard (2011, pgs. 131 - 132) não <b>se mostra</b> entusiasmado com as supostas contribuições da internet para a inteligência coletiva [...]. – <i>Corpus</i> , p. 75.
20	Entretanto, o que não <b>se encontra</b> tão evidente são os motivos que levam a essa diferença, e que apontam para a própria constituição da ordem do virtual. – <i>Corpus</i> , p. 84.
21	Fala-se em um tipo de capital, relacionado a gênero, porque o simples fato de um político ser homem já <b>o coloca</b> em vantagem por questões que vão desde a divisão sexual do trabalho (BOURDIEU, 2010) até o maior financiamento de campanhas [...]. – <i>Corpus</i> , p. 25.
22	Já a segunda hipótese, de que seria possível dividir tais textos de acordo com o suposto viés ideológico dos meios selecionados e suas posições a respeito do impeachment, também não <b>se confirmou</b> [...]. – <i>Corpus</i> , p. 19.

- 23 Logo, diante do exposto, não **se indaga** a possibilidade de uma criança vir a comprar ou a adquirir produtos [...]. – *Corpus*, p. 106.
- 24 Neste sentido **se destaca** a importância da etnografia e dos estudos Antropológicos nas análises críticas das mais recentes mídias [...]. – *Corpus*, p. 66.
- 25 No Brasil, tais modificações também **se fizeram** presentes, em especial a partir do ano de 2013. – *Corpus*, p. 72.
- 26 No entanto, tal somente **se realiza** se entendermos a gênese de sua organização, motivo pelo qual o debate deve se iniciar pelo estudo de seus princípios [...]. – *Corpus*, p. 72.
- 27 O grupo não **se conhecia**, sendo eu, professor da faculdade, o único a conhecer todos [...]. – *Corpus*, p. 92.
- 28 O jurista Paulo Brossard (1992), argumentou que a característica política do impeachment não **se deve** à natureza desta instituição per se, mas à escolha daqueles que o regulamentaram – *Corpus*, p. 7.
- 29 O pesquisador é integrante da comunidade, mas não **se manifesta** [...]. – *Corpus*, p. 62.
- 30 Observação parcialmente aberta – neste caso, o observador participa da comunidade ou página, mas só **se comunica** formalmente com os membros e sempre em relação à pesquisa, sem abandonar o papel de pesquisador. – *Corpus*, p. 62.
- 31 Para criticar o governo, a candidata mobilizou um ethos de honestidade, afirmando estar ao lado dos pobres e dos que não **se corrompiam**. – *Corpus*, p. 40.
- 32 Porém é notável que não **se aprofunda** muito nesta, nem em outras teorias formuladas, pelos estudos etnográficos tradicionais. – *Corpus*, p. 50.
- 33 Portanto, **se introduziram** novas plataformas e dispositivos que levaram a um alargamento da necessidade de compreensão da cultura dos algoritmos como novas fontes de dados, relações comunicacionais tecnológicas e interação social. – *Corpus*, p. 66.
- 34 Posteriormente, através deste processo, **se passa** a provocar as hipóteses, na medida em que o repertório analítico se desenvolve impulsionando novas questões. – *Corpus*, p. 57.
- 35 Quando consideramos o fato da [sic] população on-line se apresentar sempre de forma heterogênea para os pesquisadores, o autor alega que, necessariamente, **se levantam** questões sobre a validade e confiabilidade de certos dados [...]. – *Corpus*, p. 63.
- 36 Quando Hine (2004, p. 6) defende focar nas “fronteiras aparentes e incursões experimentais”, é possível perceber que já não **se faz** eficaz este olhar sobre a realidade das tecnologias da comunicação, pois a condição online em tecnologias de mídias móveis dissolveu as fronteiras entre online e off-line. – *Corpus*, p. 57.
- 37 Queremos uma metodologia que nos ajude a ver mais do que apenas uma pedra, que não **nos tire** a poesia dos olhos. – *Corpus*, p. 96.
- 38 Seis cientistas políticos desse grupo se colocaram claramente a favor do impedimento, enquanto outros seis, apesar de defenderem a legalidade do processo, não **se posicionaram** a respeito de seu mérito. – *Corpus*, p. 15.
- 39 Tais metodologias e métodos podem acompanhar múltiplas engenharias para coleta de dados partindo da tecnologia como mediação e visualização das novas configurações que constantemente **se formam**, como, por exemplo, o software de visualização da rede no Facebook, Gephi, formando grafos sobre os graus de interação entre usuários [...]. – *Corpus*, p. 57.

Tabela 10 – Ênclise em Orações com Pronome Átono Ligado a Verbo Modificado Diretamente por Advérbio ou Precedido de Palavra de Sentido Negativo e Pronomes ou Quantitativos Indefinidos

- 1 Mesmo em se considerando tal prática, reconhecida juridicamente, a condição da criança para o mercado de consumo é de hipervulnerabilidade, por não possuir conhecimentos e discernimentos necessários de todos os aspectos que envolvem a dinâmica contratual, de maneira tal que possa optar em consumir, ou não, agravado ao fato de que tal dinâmica, quando voltada para o público infantil, **utiliza-se** da falta de discernimento do infante, tão necessário para compreender e defender-se da sedução publicitária. – *Corpus*, p. 106.
- 2 [...], nas propagandas de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), **utilizou-se** a imagem de mulheres para tentar traçar paralelos entre elas e o candidato [...]. – *Corpus*, p. 27.
- 3 A mídia, no propósito de persuadir o público infantil, **utiliza-se** de mecanismos de convencimento que aproveitam da vulnerabilidade das crianças [...]. – *Corpus*, p. 103.
- 4 A partir da primeira edição da obra de Hine (2004, p. 2-15), intitulada “Etnografia Virtual” e do trabalho de Kozinetz (2014) com seu guia teórico sobre etnografia on-line denominado “Netnografia”, **observa-**

- se** que foram empreendidas diversas nomenclaturas para a distinção dos termos de adjetivação metodológica nos estudos de interações sociais on-line. – *Corpus*, p. 52.
- 5 Ainda pela visão de Hine, **considera-se** uma vantagem o diálogo entre diferentes plataformas de redes sociais, já que possibilitam a checagem dos dados dos entrevistados e uma mútua interação entre os atores em rede – *Corpus*, p. 58.
- 6 Apenas, posteriormente, **transfere-se** à candidata a qual afirma que seguirá os passos do político digno de crédito. – *Corpus*, p. 42.
- 7 Com isso, **constitui-se** um novo cenário para esse tipo de discussão. – *Corpus*, p. 70.
- 8 Da fala da candidata, **passou-se** muito rapidamente (o tempo dela era o mais escasso), ao Congresso nacional ocupado por manifestantes do junho de 2013, gritando: “O povo acordou” [...]. – *Corpus*, p. 40.
- 9 Dentre eles, **frisa-se** a introdução de valores equivocados, desconstruindo não só o seu desenvolvimento emocional, mas também o psíquico. – *Corpus*, p. 117.
- 10 Desse modo, pela viabilidade da tecnologia, **facilita-se** os registros e recortes que podem ser salvos em pastas digitais para posteriores análises sobre as articulações, proporções e relações dos fatos sociais diagnosticados [...]. – *Corpus*, p. 49.
- 11 É justamente esse o ponto do filósofo francês: no virtual, **cria-se** uma aparência de real e se permanece nela [...]. – *Corpus*, p. 85.
- 12 Em virtude dos deslocamentos possíveis da hibridização entre tecnologia on-line e corpo, a saber, da utopia da cibercultura aos desdobramentos do ciberespaço para uma forma de sociabilidade superior à mundana, **atinge-se** agora, uma visão mais distópica, dadas as qualidades presenciais estarem transpostas às telas pelas redes sociais. – *Corpus*, p. 53.
- 13 Entre eles, **destacam-se** dois filósofos: Jean Baudrillard e Pierre Lévy. – *Corpus*, p. 72.
- 14 Esse modelo de governo representativo, tipo ideal descrito por Manin (1995), modifica a forma como os votos são mobilizados: em vez do embate entre projetos partidários ou do padrão clientelista, **observa-se**, cada vez mais, a disputa entre imagens públicas de lideranças, um jogo que ocorre tendo os meios de comunicação como intermediários (CHAMPAGNE, 1998) [...]. – *Corpus*, p. 24.
- 15 Logo, num primeiro momento, **observou-se** a renda do responsável pelos gastos com a criança, considerando-se a sua classe social, utilizando-se como critério para a classificação deste último, o utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) [...]. – *Corpus*, p. 113.
- 16 Nesse sentido, **infere-se** que a mulher, para sair do espaço privado, preciso ter o ingrediente quase mítico da coragem e da superação [...]. – *Corpus*, p. 42.
- 17 Neste grupo, **destacam-se** nomes como Carlos Melo (12 textos), Marco Antônio Carvalho Teixeira (8), Marcos André Melo e Marisa Von Bülow (cinco cada) [...]. – *Corpus*, p. 10.
- 18 Nos estudos desenvolvidos, **averiguou-se** a influência da mídia sobre a informação, consumo, entretenimento e política, reconhecida como abusiva ao manipular as massas por meio de técnicas de persuasão [...]. – *Corpus*, p. 103.
- 19 O advento e a proliferação da internet conferiram ao virtual um novo momento de sua realização, cujas repercussões puderam atingir, de modo nunca antes visto, a quase totalidade dos eventos relativos à vida social, especialmente no que diz respeito às relações entre indivíduos que, mediadas pela ascensão das redes sociais, **expandiram-se** em um ritmo bastante intenso. – *Corpus*, p. 77.
- 20 Ora, em sendo o objetivo da publicidade estimular o consumo de bens e serviços, **questiona-se** a sua legalidade quando é destinada às crianças, como alvos a serem alcançados para o consumo dos produtos e serviços que se propagam pelo marketing. – *Corpus*, p. 105.
- 21 Para o cálculo do tamanho amostral **levou-se** em consideração que a população de Anápolis é constituída por 370.875 habitantes. – *Corpus*, p. 114.
- 22 Portanto, a tutela jurídica contra a publicidade voltada ao infante normatiza os casos de abusividade em institutos jurídicos que, ao tutelarem os direitos dos menores, **reconhece-lhes** a condição de vulnerabilidade diante da falta de conscientização necessária, própria da idade, para escolherem consumir, ou não, determinado produto. – *Corpus*, p. 116.
- 23 Portanto, **considerou-se**, para a pesquisa, a publicidade em si, e não a mídia, que poderá ser veiculada por qualquer meio de comunicação e de acesso à criança. – *Corpus*, p. 114.
- 24 Posteriormente, **apresenta-se** a metodologia do trabalho. – *Corpus*, p. 26.
- 25 Retomando a terminologia de Baudrillard (SS), no virtual **encontra-se** o deserto do real [...]. – *Corpus*, p. 84.
- 26 Se o momento inicial de ascensão dos mecanismos virtuais deu vantagem à leitura de Lévy, os fenômenos mais recentes, em especial os ocorridos na política brasileira, põem em forte evidência a crítica baudrillardiana, tornando-a não somente significativa, como também indicadora de muitos dos processos que ora **encontram-se** em franco desenvolvimento. – *Corpus*, p. 76.
- 27 Tais observações são feitas uma vez que a publicidade infantil, enquadrando-se no campo da

	responsabilidade civil objetiva, <b>encontra-se</b> normatizada na Constituição Federal [...]. – <i>Corpus</i> , p. 106.
28	Vamos listar os fatores determinantes para o impeachment apontados pela literatura da Ciência Política e, depois, <b>compará-los</b> e aplicá-los ao caso brasileiro de 2015-2016 [...]. – <i>Corpus</i> , p. 9

Nas Tabelas 9 a 10, considerou-se relevante diferenciarem-se os contextos sintáticos com vírgula e sem vírgula diante do verbo e seu clítico, e vice-versa. Onde houve vírgula, destacou-se em vermelho; onde não houve, utilizou-se a cor verde.

#### 3.4.1.4 Regra 4

Tabela 11 – Próclise com Verbo no Futuro do Presente ou Futuro do Pretérito

1	Isso porque Dilma Rousseff sofreu uma tempestade perfeita composta por quatro fatores – “mobilização massiva, fratura da base, colapso da economia e escândalo ciclópico” (Melo, 2016c) – que dificilmente <b>se repetirão</b> . – <i>Corpus</i> , p. 14.
---	---

#### 3.4.1.5 Regra 5

Tabela 12 – Próclise em Oração Iniciada por Palavra Interrogativa ou Exclamativa

1	Se não estamos diante de um “golpe parlamentar”, tampouco de uma punição tecnicamente enquadrada no universo puramente jurídico, por que o processo contra a presidente <b>se concretizou</b> ? – <i>Corpus</i> , p. 9.
2	De que forma <b>se opta</b> pela candidatura de uma mulher? – <i>Corpus</i> , p. 43.
3	Quais valores <b>se relacionam</b> ao problema quando se analisa o fenômeno? – <i>Corpus</i> , p. 61.

#### 3.4.1.6 Regra 6

Tabela 13 – Ênclise com Verbo no Gerúndio em Início de Oração Reduzida

1	A arte deve, dessa forma, confrontar e enriquecer o olhar pedagógico, <b>convidando-nos</b> a ocupar uma posição de apreciadores, intérpretes, compositores; posição ausente da expectativa de alcançar metas e da busca por controle – tão característico em nossa cultura pedagógica [...]. – <i>Corpus</i> , p. 96.
2	[...] <b>abrindo-se</b> o leque de questionamentos que vão das implicações legais que devem ser observadas, até os prováveis danos que podem vitimar o infante. – <i>Corpus</i> , p. 102.
3	A partir dela, outras mudanças surgiram sobre os costumes, desde o vestir até a comunicação, todos oriundos do sistema capitalista que, <b>utilizando-se</b> de campanhas publicitárias, desenvolveu uma sociedade de consumo. – <i>Corpus</i> , p. 103.
4	A mídia, no propósito de persuadir o público infantil, utiliza-se de mecanismos de convencimento que aproveitam da vulnerabilidade das crianças, <b>levando-as</b> a desenvolverem uma falsa necessidade por um produto. – <i>Corpus</i> , p. 103.
5	Tais observações são feitas uma vez que a publicidade infantil, <b>enquadrando-se</b> no campo da

	responsabilidade civil objetiva, encontra-se normatizada na Constituição Federal. – <i>Corpus</i> , p. 106.
6	Reforça-se tal objetivo ao propor, para a pesquisa, a seguinte problematização: de que maneira a mídia publicitária é tratada juridicamente e como influencia o imaginário da criança <b>levando-a</b> ao consumismo trazendo, por conseguinte, riscos à sua formação? – <i>Corpus</i> , p. 107.
7	Ao serem expostas excessivamente a conteúdos publicitários além de se tornarem consumistas, as crianças estão também consumindo ideias e valores distorcidos, <b>incorporando-os</b> e reproduzindo-os como padrões sociais. – <i>Corpus</i> , p. 117.
8	Foram incluídos homens e mulheres, com idade acima de 15 anos, <b>considerando-se</b> a sua capacidade, mesmo que relativa, para os atos da vida civil, [...]. – <i>Corpus</i> , p. 114.
9	A publicidade voltada para o público infantil tem sido alvo de questionamentos quanto à constatação de sua abusividade ao induzir a criança, <b>manipulando-a</b> a querer adquirir produtos e serviços. – <i>Corpus</i> , p. 114.
10	Portanto, os dados apontam a influência da publicidade sobre a criança, <b>fidelizando-a</b> no consumismo – este entendido como sendo a vontade de possuir o que não é imprescindível. – <i>Corpus</i> , p. 116.
11	Os pretensos participantes da pesquisa foram convidados, em locais públicos, através de breve exposição oral do projeto, momento em que lhes foram explicadas todas as informações sobre a natureza, objetivos, procedimentos, riscos e benefícios quanto à pesquisa, <b>assegurando-lhes</b> o anonimato e sigilo das informações e ainda, <b>explicando-lhes</b> a importância do tema, já exposto em livro a ser entregue ao participante antes de lhe aplicar o questionário. – <i>Corpus</i> , p. 113.
12	Se o momento inicial de ascensão dos mecanismos virtuais deu vantagem à leitura de Lévy, os fenômenos mais recentes, em especial os ocorridos na política brasileira, põem em forte evidência a crítica baudrillardiana, <b>tornando-a</b> não somente significativa, como também indicadora de muitos dos processos que ora encontram-se em franco desenvolvimento [...]. – <i>Corpus</i> , p. 76.
13	No entanto, <b>comparando-as</b> , parecem estar contrastadas duas lutas diferentes: a da presidente, nas instituições, e a de Luciana, nas ruas. – <i>Corpus</i> , p. 39.
14	Quando Marina surgiu, já na segunda propaganda, ela fez a leitura de uma carta emocionada, que teria sido escrita por ela, <b>colocando-a</b> no lugar de fala da incumbida de uma missão: levar adiante os sonhos e ideias do antigo candidato. – <i>Corpus</i> , p. 33.
15	[...] isso se torna ainda mais verdade, principalmente, <b>tratando-se</b> de campanhas majoritárias, nas quais um contingente maior de pessoas precisa ser convencido pelo campo político na batalha pelo voto. – <i>Corpus</i> , p. 24.
16	Para isso, analisaremos os autores que colocam esse processo dentro do contexto político, <b>tirando-o</b> do âmbito estritamente jurídico. – <i>Corpus</i> , p. 6.
17	A alusão que ela traz às referências da etnografia tradicional reproduz o método que ainda se faz bastante sentido, principalmente quando leva a pensar sobre a necessidade de questionar e julgar todos os dados e observações em caráter reflexivo, <b>atentando-se</b> sempre aos possíveis preconceitos e limitações do pesquisador. – <i>Corpus</i> , p. 57.
18	Logo, num primeiro momento, observou-se a renda do responsável pelos gastos com a criança, considerando-se a sua classe social, <b>utilizando-se</b> como critério para a classificação deste último, o utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) [...]. – <i>Corpus</i> , p. 113.
19	O HGPE se tornou a matriz das estratégias discursivas dos candidatos, <b>convertendo-se</b> em variável explicativa do voto (ALDÉ; VASCONCELOS, 2012). – <i>Corpus</i> , p. 24.
20	Os dados do IBGE serviram de fundamento para averiguar as Classes Sociais dos pesquisados, <b>considerando-se</b> , para a pesquisa, cinco classes sociais [...] – <i>Corpus</i> , p. 113.

Tabela 14 – Próclise com Verbo no Gerúndio em Início de Oração Reduzida

1	O que por consequência pode debilitar o sustento às análises das culturas de modo intenso, <b>se restringindo</b> mais aos estudos sobre as estruturas das redes de comunicação oriundas da internet, que sobre a cultura transposta às redes. – <i>Corpus</i> , p. 50.
2	Pois, como ele ilustra, um paciente que finge estar doente, <b>se prostrando</b> na cama, difere de outro que simula estar doente, manifestando de forma psicossomática os sintomas. – <i>Corpus</i> , p. 73.

## 3.4.1.6.1 Regra 6-A

Tabela 15 – Próclise em Oração Reduzida de Gerúndio

1	Mesmo em <i>se considerando</i> tal prática, reconhecida juridicamente, a condição da criança para o mercado de consumo é de hipervulnerabilidade. – <i>Corpus</i> , p. 106.
---	--

## 3.4.1.6.2 Regra 6-B

Tabela 16 – Ênclise ao Infinitivo Preposicionado

1	[...] visto que muitos demonstram ter dificuldade em <i>expressar-se</i> por meio do pensamento conceitual [...] – <i>Corpus</i> , p. 89.
2	Apreciamos um quadro pelo prazer <i>de apreciá-lo</i> ; ouvimos uma música pelo prazer de <i>ouvi-la</i> [...]. – <i>Corpus</i> , p. 99.
3	É o que revela a nossa pesquisa, onde analisamos o conteúdo de canais do Youtube que tratam sobre política, para <i>categorizá-los</i> como Conservadores/Liberais ou Progressistas. – <i>Corpus</i> , p. 81.
4	[...] é nesse ponto que se volta o foco da pesquisa quanto à legalidade da publicidade voltada para o público infantil, ao se utilizar da inocência e (in)consciência deste para <i>levá-lo</i> ao consumo, nos mesmos parâmetros persuasivos pelos quais se atrai um público adulto [...]. – <i>Corpus</i> , p. 107.
5	Sempre atentas, elas estão prontas a captar mais rapidamente esses movimentos, de modo a <i>mantê-los</i> sob constante contenção [...]. – <i>Corpus</i> , p. 80.
6	Para Hime, é sob os critérios separados de conexão que o desempenho da pesquisa interage, de modo a <i>intercalá-los</i> . – <i>Corpus</i> , p. 60.
7	O primeiro programa da presidente/candidata teve como foco as dificuldades pelas quais o país passava e a mulher que teria forças para <i>enfrentá-las</i> [...]. – <i>Corpus</i> , p. 36.
8	Tendo como base o princípio da hipossuficiência e vulnerabilidade do infante submetido e influenciado pela publicidade infantil pretende-se questionar a legalidade dos meios que são utilizados pela mídia para <i>persuadi-los</i> . – <i>Corpus</i> , p. 102.
9	Para lograr êxito foi desenvolvida a pesquisa bibliográfica e, a seguir, a de campo, através da qual se aplicou questionário em locais públicos, que por sua vez, para ser respondido, requereu aptidão cognitiva do questionado para <i>respondê-lo</i> [...]. – <i>Corpus</i> , p. 112.

Tabela 17 – Próclise ao Infinitivo Preposicionado

1	A constatação é que os cientistas políticos, em linhas gerais, <i>ao se manifestarem</i> na imprensa a fim de saber como esses professores se posicionaram a respeito do impeachment de Dilma Rousseff. – <i>Corpus</i> , p. 5.
2	Os encontros serão, portanto, intervenções pedagógicas dentro de um ambiente de saúde mental, exercitando o olhar educador em um contexto não formal de ensino onde a prioridade não são os conteúdos específicos da linguagem artística, mas as possibilidades de <i>se relacionar</i> por meio dela. – <i>Corpus</i> , p. 96.
3	É a partir dessa perspectiva que a arte se mostra como ferramenta fundamental, não como simples entretenimento, mas como forma de <i>se relacionar</i> com o mundo e consigo mesmo – <i>Corpus</i> , p. 89.
4	Por ser menos conceitual possibilita que muitos indivíduos com dificuldade de <i>se expressar</i> de forma mais objetiva – <i>Corpus</i> , p. 89.
5	Ao mesmo tempo que contribui de forma ímpar para criar outras formas de interação, o grau de subjetividade presente nas artes faz com que seus resultados fiquem menos perceptíveis e muito abstratos, levando o profissional a <i>se questionar</i> se as propostas estão realmente sendo significativas e se estão realmente contribuindo para possibilitar novas formas de interagir socialmente. – <i>Corpus</i> , p. 89.
6	O professor tem que abrir mão de um controle do que venha a ser aprendido para <i>se colocar</i> num lugar de diálogo com essa aprendizagem, [...] – <i>Corpus</i> , p. 94.
7	Acredito caber aqui uma crítica ao positivismo, não com objetivo de apontar defeitos, mas de <i>nos posicionarmos</i> metodologicamente. – <i>Corpus</i> , p. 95.

- 
- 8 Existe uma intenção sincera no positivismo de buscar um conhecimento científico, fundamentado e capaz de **se diferenciar** do senso comum e dos dogmas religiosos que nos aprisionaram durante toda a idade média. – *Corpus*, p. 95.
- 
- 9 A arte, como os outros objetos que pertencem a essa caixa de brinquedos, não pode ser vista como simples entretenimento, mas como forma de **nos conectarmos** a esse lado tão esquecido e deixado de lado pela ciência: a subjetividade – *Corpus*, p. 99.
- 
- 10 Têm-se, então, os aspectos biopsicológicos condicionantes da vontade de um indivíduo de **se manifestar** para os atos da vida civil. – *Corpus*, p. 105.
- 
- 11 [...] é nesse ponto que se volta o foco da pesquisa quanto à legalidade da publicidade voltada para o público infantil, ao **se utilizar** da inocência e (in)consciência deste para levá-lo ao consumo [...]. – *Corpus*, p. 107.
- 
- 12 A literatura da Ciência Política, ao analisar o instituto do impeachment, adota postura técnica, focando os fatores políticos que levam à queda dos presidentes, sem **se posicionar** a respeito do mérito de cada um deles [...]. – *Corpus*, p. 19.
- 
- 13 Naquele dia, a biografia da candidata foi apresentada junto a de Lula, como se fossem destinados a **se encontrar** e estar juntos no Executivo Federal [...]. – *Corpus*, p. 35.
- 
- 14 O trabalho de campo que este autor traz também é capaz de **se estender** ao olhar que observa em campo digital, mesmo sem ter sido esta sua intensão [sic]. – *Corpus*, p. 50.
- 
- 15 Quando consideramos o fato da [sic] a população on-line **se apresentar** sempre de forma heterogênea para os pesquisadores, o autor alega que, necessariamente, se levantam questões sobre a validade e confiabilidade de certos dados. – *Corpus*, p. 63.
- 
- 16 Ou seja, não são apenas os usuários diferentes, mas também as tecnologias específicas utilizadas para **se comunicar** podem ser bastante diversificadas [...] – *Corpus*, p. 63.
- 
- 17 [...] vimos necessária a demanda de esforços para **se estabelecer** um limite na coleta de dados [...]. – *Corpus*, p. 66.
- 
- 18 Ao verificar que o processo etnográfico é multidisciplinar e acontece desde as primeiras pesquisas preliminares, a pesquisa se aproximou de Latour (2012, p.198) quando demonstra, por sua teoria do “Ator-Rede”, que tudo são dados, atentando assim, para necessidade em **se “tecer** redes de atores” [...] – *Corpus*, p. 67.
- 
- 19 Julian Assange, agora feito prisioneiro do Reino Unido e sob risco de extradição para os EUA, foi um dos que mais veementemente atentaram para os riscos de **se promover** uma revolução pelos mecanismos digitais. – *Corpus*, p. 79.
- 
- 20 Uma das formas mais utilizadas, dentro dessa categoria, para persuadir pessoas a **se tornarem** novos consumidores foi o desenvolvimento, pela mídia de técnicas de convencimento [...]. – *Corpus*, p. 103.
- 
- 21 Destarte, o propósito maior da pesquisa foi o desafio de apresentar a legalidade que envolve o tema e conscientizar as famílias da região quanto à importância de **se cuidar** das crianças no que toca à facilidade de acesso que possuem às campanhas publicitárias a elas voltadas com cunho consumista [...]. – *Corpus*, p. 101.
- 
- 22 Este estudo se fundamenta em pesquisa bibliográfica e de campo capazes de fornecer elementos suficientes a fim de **se verificar**, dentro de uma população local, composta por crianças em idade escolar e variadas condições sociais, se há abusividades na publicidade infantil e quais as suas consequências jurídicas. – *Corpus*, p. 101.
- 
- 23 Só há espaço para as ferramentas; para o que pode ser utilizado como meio para **se chegar** a algo [...]. – *Corpus*, p. 99.
- 
- 24 Esse semestre foi fundamental para o grupo **se familiarizar** entre si, com o lugar e com o trabalho de cada um [...]. – *Corpus*, p. 92.
- 
- 25 [...] as quais podem não entender e não se predispor a **se comunicar** com um pesquisador que seja demasiadamente técnico e formal ou que tenha posicionamentos políticos e ideologias distintas das ideologias do pesquisador. – *Corpus*, p. 59.
- 
- 26 O universo subjetivo que envolve as linguagens artísticas proporciona uma forma diferente de **se entender** o mundo e de lidar com aspectos internos como emoções, sentimentos e imagem de si. – *Corpus*, p. 89.
- 
- 27 Os pretensos participantes da pesquisa foram convidados, em locais públicos, através de breve exposição oral do projeto, momento em que lhes foram explicadas todas as informações sobre a natureza, objetivos, procedimentos, riscos e benefícios quanto à pesquisa, assegurando-lhes o anonimato e sigilo das informações e ainda, explicando-lhes a importância do tema, já exposto em livro a ser entregue ao participante antes de **lhes aplicar** o questionário. – *Corpus*, p. 113.
- 
- 28 Ao serem expostas excessivamente a conteúdos publicitários além de **se tornarem** consumistas, as crianças estão também consumindo ideias e valores distorcidos, incorporando-os e reproduzindo-os como padrões sociais. – *Corpus*, p. 117.
-

### 3.4.2 Em relação a uma locução verbal

Antes de abordarmos a sínclise pronominal em relação a uma locução verbal, importa definir o que seriam essas locuções. Segundo Bechara (2018a, p. 251):

Chama-se locução verbal a combinação de diversas formas de um verbo auxiliar com o infinitivo, gerúndio ou particípio de outro verbo, que se chama principal. [...]. Muitas vezes o auxiliar empresta um matiz semântico ao verbo principal, dando origem aos chamados aspectos do verbo. Entre o auxiliar o verbo principal no infinitivo pode aparecer ou não uma preposição (de, em, por, a para).

Definida a locução verbal e apresentados alguns de seus principais aspectos morfológicos, Bechara (2018a) alguns aspectos morfossemânticos das locuções verbais:

Várias são as aplicações dos verbos auxiliares na língua portuguesa:

1 – *ter*, *haver* (raramente) e *ser* (mais raramente) se combinam com o particípio do verbo principal para constituírem novos tempos, chamados compostos, que unidos aos simples, formam o quadro completo da conjugação da voz ativa. Estas combinações exprimem que a ação verbal está concluída. [...].

2 – *ser*, *estar*, *ficar* se combinam com o particípio (variável em gênero e número) do verbo principal para construir a voz passiva (de ação, de estado, de mudança de estado): *é amado*, *está prejudicada*, *ficaram rodeados*. [...].

3 – os auxiliares acusativos se combinam com o infinitivo ou gerúndio do verbo principal para determinar com mais rigor os aspectos do momento da ação verbal que não se acham bem definidos na divisão geral de tempo presente, passado e futuro:

a) início de ação: *começar a escrever*, *pôr-se a escrever*, etc.;

b) iminência de ação: *estar para (por) escrever*, *pegar a (de) escrever*, etc.;

c) continuidade da ação: *continua escrevendo*, *continua a escrever*, [...];

d) desenvolvimento gradual da ação; duração: *estar a escrever*, *andar escrevendo*, *vir escrevendo*, *ir escrevendo*, etc. [...].

e) repetição de ação: *tornar a escrever*, *costumar escrever* (repetição habitual), etc;

f) término de ação: *acabar de escrever*, *cessar de escrever*, *deixar de escrever*, *parar de escrever*, *vir de escrever*, etc.

4 – os auxiliares modais se combinam com o infinitivo de ou gerúndio do verbo principal para determinar com mais rigor o modo como se realiza ou deixa de realizar a ação:

a) necessidade, obrigação, dever: *haver de escrever*, *ter de escrever*, *dever escrever*, *precisar (de) escrever*, etc. [...].

b) possibilidade ou capacidade: *poder escrever*, etc.

c) vontade ou desejo: *querer escrever*, *desejar escrever*, *odiar escrever*, *abominar escrever*, etc.

d) tentativa ou esforço; às vezes com o sentido secundário depreendido pelo contexto, de que a tentativa acabou em decepção (*foi buscar lã e saiu tosquiado*): *buscar escrever*, *pretender escrever*, *tentar escrever*, *ousar escrever*, *atrever-se a escrever*, etc.

e) consecução: *conseguir escrever*, *lograr escrever*, etc.

f) aparência, dúvida: *parecer escrever*, etc.

g) movimento para realizar um intento futuro (próximo ou remoto): *ir escrever*, etc.

h) resultado: *vir a escrever*, *chegar a escrever*, etc. [...].



NOTA FINAL: Nem sempre a aproximação de dois ou mais verbos constitui uma locução verbal; a intenção da pessoa que fala ou escreve é que determinará a existência ou inexistência de locução (BECHARA, 2018a, p. 252-254).

### 3.4.2.1 Regra 7

Tabela 18 – Locução Verbal com Verbo Principal no Infinitivo ou Gerúndio

1	Num segundo momento, o estudo propõe tratar dos possíveis reflexos dessa publicidade para o consumismo e formação da criança, tendo por fundamento o fato de que a falta de discernimento da criança, como alvo publicitário, do que, e porque consome, <b>pode levá-la</b> ao consumismo. – <i>Corpus</i> , p. 107.
2	Conclui-se, diante dos resultados da pesquisa, que a publicidade infantil induz a criança ao consumismo, <b>levando-a a associar</b> a ideia de ter com realização, inclusive, pessoal, o que <b>poderá lhe trazer</b> graves problemas em sua formação como indivíduo, cujos ideais de vida, diante da dinâmica do consumo descontrolado, <b>podem vincular-se</b> a propósitos materialistas, sem consideração ética acerca da responsabilidade social, ambiental, familiar, entre tantas outras, que suas ações consumistas podem gerar [...]. – <i>Corpus</i> , p. 117.
3	O efeito de sentido que <b>se tentava provocar</b> era a percepção de que a grande presidente era uma mulher admirável e que não descuidava do lar [...]. – <i>Corpus</i> , p. 37.
4	O efeito de sentido que <b>se pretendia gerar</b> era: quem pensa, vota na Dilma; quem não é ingrato, vota na mãe-presidente, pois ela está com o povo [...]. – <i>Corpus</i> , p. 38.
5	As “novas luzes” sempre podem iluminar a Antropologia, e, fazendo alusão à Geertz (1999, p. 3-6) embora ele não pensasse o campo digital, ainda <b>se faz valer</b> suas premissas, principalmente, quando propõe a busca “incessante de contrastes para qualquer pista que estamos analisando” [...]. – <i>Corpus</i> , p. 50.
6	A segunda, dos governos Lula, que não <b>poderiam mais se repetir</b> tendo ele como personagem principal, devido ao sistema eleitoral brasileiro que só permite uma reeleição. – <i>Corpus</i> , p. 42.
7	Este exercício na prática da pesquisa consegue olhar as diferentes escalas de análises para os diferentes tópicos, onde <b>vão se manifestando</b> entre as instâncias on-line e off-line [...]. – <i>Corpus</i> , p. 60.
8	[...], lendo ocultamente os fenômenos sociais que <b>vão se desenrolando</b> nas redes sociais [...]. – <i>Corpus</i> , p. 62.
9	Assim, os levantes produzidos em rede, disseminados nos diversos países espalhados pelo mundo, geraram uma euforia da qual Castells e outros não <b>puderam se esquivar</b> [...]. – <i>Corpus</i> , p. 78.
10	Disso decorre que as ações produzidas na rede passam a vigorar sob um crivo muito mais intenso, e que bloqueia ao máximo as tentativas de subversão que <b>tentam se efetivar</b> na realidade [...]. – <i>Corpus</i> , p. 80.
11	No entanto, tal somente se realiza se entendermos a gênese de sua organização, motivo pelo qual o debate <b>deve se iniciar</b> pelo estudo de seus princípios [...]. – <i>Corpus</i> , p. 72.
12	Os autores <b>preferiram analisá-lo</b> pela ótica da conjuntura política e econômica e da estratégia do governo para lidar com a ameaça do impedimento. – <i>Corpus</i> , p. 10.
13	Outros cientistas políticos focaram as ações (e erros) do governo Dilma que fizeram do impeachment uma possibilidade concreta e as estratégias usadas para <b>tentar barrá-lo</b> . – <i>Corpus</i> , p. 12.
14	[...] e passaram a despertar a atenção do campo político para <b>tentar usá-lo</b> da melhor forma. – <i>Corpus</i> , p. 24.
15	O lugar de fala da herdeira e da batalhadora (que tem forças para levar adiante sua missão) <b>tenta misturar-se</b> ao sentimento de que é preciso vencer a estagnação e os que não escutam o povo [...]. – <i>Corpus</i> , p. 33.
16	Não tendo condições sociais de produção de um discurso a favor do desejo de continuidade, a candidata <b>tentava colocar-se</b> , também, como símbolo de mudança. – <i>Corpus</i> , p. 37.
17	Se eles a legitimam, por que o eleitor não <b>deveria legitimá-la</b> ou, pelo menos, ouvir o que ela tinha a dizer? – <i>Corpus</i> , p. 39.
18	Pelo lado dos usuários, a estrutura formal dos canais comunicativos é feita nos moldes da Indústria Cultural, estando pronta a atingir esse público que, sem elementos de defesa, fica à mercê de suas ações, aderindo aos argumentos expostos por empatia e familiaridade. Isso poderia ser válido também para a

	esquerda, não fosse o fato de <b>estar-se tratando</b> de uma estética que é ligada imediatamente ao consumo de massas [...]. – <i>Corpus</i> , p. 84.
19	[...] era nesse momento que os músicos <b>podiam se familiarizar</b> e rever sua organização [...]. – <i>Corpus</i> , p. 90.
20	O estudo dessa categoria é revelador, pois indica uma participação mais ligada à sociedade civil do que a veículos empresariais de comunicação, embora não <b>se possa negar</b> de nenhuma maneira a influência de grupos econômicos sobre essa. – <i>Corpus</i> , p. 81.
21	Dessa maneira, é possível afirmar que a primeira hipótese apresentada na introdução deste trabalho, de que os cientistas políticos extrapolam os pontos destacados pelos teóricos que tratam o impeachment em seus textos de opinião, não se confirma, mesmo com as exceções de autores que <b>preferiram se posicionar</b> claramente. – <i>Corpus</i> , p. 19.
22	Para analisar o discurso, <b>costuma-se dividir</b> a fala em “momentos” [...]. – <i>Corpus</i> , p. 29.
23	Por isso, para a autora, o impeachment, longe de resolver impasses, só <b>os faria se aguçar</b> [...]. – <i>Corpus</i> , p. 14.
24	Ele afirma que não se trata apenas de quem <b>se vai tirar</b> do poder, mas também de quem será colocado em seu lugar [...]. – <i>Corpus</i> , p. 15.
25	É diante da necessidade de atualização do método, onde <b>se pode dar</b> conta dos estudos sobre as novas configurações tecnológicas que envolvem a cultura contemporânea, desse modo, que Hine desenvolve adaptações em suas novas produções. – <i>Corpus</i> , p. 57.
26	No entanto, o que parecia uma nova virada democrática, <b>acabou se tornando</b> mais um mecanismo de opressão social e de expansão do pensamento conservador e autoritário [...]. – <i>Corpus</i> , -p. 72.
27	Desse momento em diante, não somente a classe média nas ruas, mas principalmente grupos disseminados na internet <b>passaram a organizar-se</b> em torno de um oponente comum, no caso, Lula, PT e seu aliados [...]. – <i>Corpus</i> , p. 80.
28	Conforme relatado no acórdão citado, o caso diz respeito ao uso de verbos no imperativo e de linguagem voltada às crianças com o propósito de <b>induzi-las a adquirir</b> produtos, em venda casada, por envolver a aquisição dos relógios condicionada à compra de 05 produtos da linha “Gulosos”. – <i>Corpus</i> , p. 115.
29	Paralelamente, grupos progressistas também <b>passaram a aventurarem-se</b> nesses espaços [...]. – <i>Corpus</i> , p. 81.
30	[...] o que <b>leva a se perder</b> muitas vezes nas fronteiras entre a etnografia e o uso pessoal da rede, exigindo uma necessária atenção para separar a atuação como usuário e a atuação como etnógrafo. – <i>Corpus</i> , p. 58.
31	Dessa maneira, <b>leva-se a entender</b> o Facebook como uma grande fonte de dados brutos [...]. – <i>Corpus</i> , p. 58.
32	Diante do exposto, <b>propõe-se levantar</b> e abordar o estudo dentro de uma proposta metodológica de pesquisa bibliográfica e documental [...]. – <i>Corpus</i> , p. 104.
33	A observação dos movimentos histórico-epistêmicos no campo da internet, <b>nos levou a entender</b> como fundamental [...]. – <i>Corpus</i> , p. 67.

### 3.4.2.2 Regra 8

Tabela 19 – Locução Verbal com Verbo Principal no Particípio

1	Com a popularização da internet muito <b>tem se falado</b> sobre o meio virtual. – <i>Corpus</i> , p. 72.
2	A preocupação com problemas psíquicos gerados a partir dos primeiros anos de vida pelos meios midiáticos <b>têm se transformado</b> em objeto de estudos no campo da psicologia e da psiquiatria infantis [...]. – <i>Corpus</i> , p. 117.
3	Os pretensos participantes da pesquisa foram convidados, em locais públicos, através de breve exposição oral do projeto, momento em que <b>lhes foram explicadas</b> todas as informações sobre a natureza, objetivos, procedimentos, riscos e benefícios quanto à pesquisa, assegurando-lhes o anonimato e sigilo das informações e ainda, explicando-lhes a importância do tema, já exposto em livro a ser entregue ao participante antes de lhe aplicar o questionário. – <i>Corpus</i> , p. 113.
4	Dessa forma, a abordagem malaguzziana e a a/r/tografia não <b>nos são vistas</b> como algo separado, mas como linhas que tecem um mesmo bordado. – <i>Corpus</i> , p. 98.

### 3.4.3 Casos não enunciados por Bechara (2018) e Moura Neves (2018a)

#### 3.4.3.1 Orações não iniciadas por palavras que requeiram próclise

Moura Neves (2018a) menciona que o caso de sínclise pronominal não marcado é a ênclise. Contudo, no *corpus* de estudo desta pesquisa, encontramos clíticos colocados diante do verbo em situações em que não havia fator de próclise. Tais construções, contudo, encontram amparo em Cunha e Cintra (2001, p. 317):

podem-se considerar como características do português do Brasil e, também, do português falado nas Repúblicas africanas: [...] a preferência pela próclise nas orações absolutas, principais e coordenadas não iniciadas por palavra que exija ou aconselhe tal colocação.

Vejam os casos concretos:

Tabela 20 – Próclise nas Orações absolutas, Principais e Coordenadas Não Iniciadas por Palavra que Exija ou Aconselhe Tal Colocação

1	O segundo fator (2) <i>se refere</i> aos “problemas de governabilidade que possam minar a base de sustentação parlamentar dos governos” (Barbosa; Melo; Tarouco, 2017) [...]. – <i>Corpus</i> , p. 9.
2	Esta <i>se manifesta</i> por meio de resultados em pesquisas de opinião [...]. – <i>Corpus</i> , p. 9.
3	O autor mostra que, no início dos anos 1980, revelações de casos de corrupção contra presidentes eram escassas; dez anos depois, essas revelações <i>se tornaram</i> muito mais frequentes [...]. – <i>Corpus</i> , p. 9.
4	Nestes textos, os motivos apontados <i>se assemelham</i> àqueles vistos na obra de Pérez-Liñán (2007) [...]. – <i>Corpus</i> , p. 16.
5	Apenas 9% <i>se mostraram</i> a favor da destituição da presidente e 8% contra [...]. – <i>Corpus</i> , p. 18.
6	[...] isso <i>se torna</i> ainda mais verdade, principalmente [...]. – <i>Corpus</i> , p. 24.
7	O HGPE <i>se tornou</i> a matriz das estratégias discursivas dos candidatos [...]. – <i>Corpus</i> , p. 24.
8	Heloísa <i>se apresenta</i> como candidata à “presidenta” do Brasil, reforçando o marcador do gênero feminino na língua portuguesa. – <i>Corpus</i> , p. 31.
9	Marina <i>se despede</i> do eleitor, em seu último programa, criticando a propaganda de Dilma Rousseff [...]. – <i>Corpus</i> , p. 34.
10	Para além do partido, ela <i>se colocava</i> como representante do povo, aquele que esteve lutando por um país mais justo. – <i>Corpus</i> , p. 40.
11	Ainda segundo o autor, o desempenho da Antropologia <i>se reflete</i> na consciência sobre a falta de equilíbrio entre a capacidade de diagnosticar problemas e resolvê-los [...]. – <i>Corpus</i> , p. 51.
12	Mesmo quando julgamos a falta do entrelaçamento explícito entre os referenciais clássicos da Antropologia como fundamentação para a etnografia, o trabalho de Hime, <i>se faz</i> essencial a este paper [...]. – <i>Corpus</i> , p. 51.
13	Tal perspectiva <i>se apresenta</i> em oposição à comum idealização da internet que se fazia no final do século XX [...]. – <i>Corpus</i> , p. 52.
14	Ou seja, a tecnologia <i>se apresenta</i> enquanto uma ciência aplicada para cobrir utilidades que reagem às esferas econômicas e políticas, assim como culturais e técnicas. – <i>Corpus</i> , p. 52.
15	Sob este ponto de vista sua análise <i>se faz</i> bastante questionável [...]. – <i>Corpus</i> , p. 55.
16	Esta recusa <i>se coloca</i> em detrimento à apropriação da esfera digital [...]. – <i>Corpus</i> , p. 55.
17	Para este autor, o início da pesquisa <i>se dá</i> logo ao ingressar no grupo social on-line, [...]. – <i>Corpus</i> , p. 61.
18	Ao verificar que o processo etnográfico é multidisciplinar e acontece desde as primeiras pesquisas

- preliminares, a pesquisa *se aproximou* de Latour (2012, p. 198) quando demonstra, por sua teoria do “Ator-Rede”, que tudo são dados, atentando assim, para necessidade em se “tecer redes de atores” [...]. – *Corpus*, p. 67.
- 19 Portanto, esta presente análise, *se desenvolveu* considerando a interpretação dos algoritmos em redes, como fonte de compreensão dos assuntos políticos, sociais e até históricos [...]. – *Corpus*, p. 67.
- 20 Baudrillard e Lévy *se distanciam*, sobretudo, no tom adotado [...]. – *Corpus*, p. 73.
- 21 No Egito, a juventude *se mobilizava* virtualmente para derrubar a prolongada ditadura de Hosni Mubarak [...]. – *Corpus*, p. 77.
- 22 Tais números *se tornam* ainda mais relevantes quando colocados em cotejo com os canais de esquerda do mesmo tipo [...]. – *Corpus*, p. 82.
- 23 Tão logo ocorreram os fatos, os principais canais de direita e esquerda *se apressaram* em expor suas posições sobre o que ocorrera [...]. – *Corpus*, p. 84.
- 24 Após Trump ser eleito, ele *se tornou* estrategista-chefe da Casa Branca, até ser demitido em 5 de abril de 2017 [...]. – *Corpus*, p. 84.
- 25 Em agosto de 2018, Eduardo Bolsonaro *se encontrou* com ele para receber conselhos para campanha de seu pai (o então candidato de extrema direita Jair Bolsonaro). – *Corpus*, p. 84.
- 26 A virtualização da sociedade *se apresenta* como um movimento irreversível. – *Corpus*, p. 85.
- 27 Seis cientistas políticos desse grupo *se colocaram* claramente a favor do impedimento, enquanto outros seis, apesar de defenderem a legalidade do processo, não se posicionaram a respeito de seu mérito. – *Corpus*, p. 15.
- 28 Os discursos não podem ser observados distantes de seus lugares de fala (VERÓN, 1980) – perspectiva que coincide com a de gênero – e *se diferenciam* do simples texto [...]. – *Corpus*, p. 28.
- 29 É o primeiro exercício para a coleta de dados, e *se dá* sob diferentes técnicas, [...]. – *Corpus*, p. 61.
- 30 É justamente esse o ponto do filósofo francês: no virtual, cria-se uma aparência de real e *se permanece* nela. – *Corpus*, p. 85.
- 31 Para o pensador da Tunísia, entretanto, o virtual não aniquila ou *se opõe* ao real, mas sim ao atual. – *Corpus*, p. 73.
- 32 O projeto durou em torno de quatro meses, onde pudemos preludiar – convidar os pacientes para o baile, preparar e organizar nossos instrumentos, experimentar diferentes tonalidades e *se familiarizar* com os outros músicos. – *Corpus*, p. 90.
- 33 Este estudo *se fundamenta* em pesquisa bibliográfica e de campo capazes de fornecer elementos suficientes a fim de se verificar, dentro de uma população local, composta por crianças em idade escolar e variadas condições sociais, se há abusividades na publicidade infantil e quais as suas consequências jurídicas. – *Corpus*, p. 101.
- 34 Essa escolha *se deu* por conta do perfil desses veículos e pelo posicionamento dos mesmos, divulgado em editoriais, a respeito do processo – *Corpus*, p. 10.
- 35 Marina *se coloca* como a representante de todos os brasileiros, dizendo ser possível um governo de união. – *Corpus*, p. 41.
- 36 Repensar como observar a importância da arte e seu reflexo na vida das pessoas *nos parece*, portanto, um ponto fundamental para que esse trabalho não caia no campo da superficialidade, [...]. – *Corpus*, p. 90.
- 37 Isso *nos levou* a uma questão principal [...] – *Corpus*, p. 90.
- 38 Nosso grupo *se assimila* mais a essa segunda realidade do que à primeira – *Corpus*, p. 91.
- 39 O prelúdio *nos deu* base para começar melhor preparados. – *Corpus*, p. 92.
- 40 Dentre esses caminhos, dois *se mostram* como fundamentais: a abordagem pedagógica de Reggio Emília e a a/r/tografia. – *Corpus*, p. 92.
- 41 Dentro dessa perspectiva, um projeto *se inicia* provocando falas das crianças, falas essas que vão delinear o caminho a ser percorrido. – *Corpus*, p. 93.
- 42 A percepção do ser humano como um ser complexo *nos traz* a impossibilidade de ignorarmos os aspectos subjetivos de sua natureza [...]. – *Corpus*, p. 95.
- 43 A forma como percebemos um acorde *se modifica* dependendo de seu contexto harmônico [...]. – *Corpus*, p. 98.
- 44 A publicidade *se aproveita* da ingenuidade dos pequenos para vender seus produtos como se fossem intrínsecos à necessidade humana ou mesmo como se trouxessem algum benefício imaterial transformado assim o consumo em um conceito e estilo de vida, distorcendo, desta forma, a realidade. – *Corpus*, p. 111.
- 45 A relacionalidade *se mostra* assim como condição fundamental para a elaboração de uma pesquisa viva e é aqui que a abordagem malaguzziana se entrelaça à pesquisa a/r/tográfica. – *Corpus*, p. 97.

Tabela 21 – Ênclise nas Orações Absolutas, Principais e Coordenadas Não Iniciadas por Palavra que Exija ou Aconselhe Próclise

1	Atualmente, a etnografia das mídias digitais <b>movimenta-se</b> sob novas direções atualizadas, viabilizando o estudo da mídia digital como fruto da tecnologia. – <i>Corpus</i> , p. 66.
2	Este <b>esforça-se</b> em apresentar aspectos positivos da virtualização. – <i>Corpus</i> , p. 75.
3	O otimismo do segundo <b>choca-se</b> ao pessimismo do primeiro diante da constatação de que “a simulação corresponde a um curto-circuito da realidade e à sua reduplicação pelos signos” (Baudrillard, 1991, p. 39). – <i>Corpus</i> , p. 76.
4	Os canais conservadores <b>impuseram-se</b> com muito mais força, alcançando uma plateia muito mais numerosa e assídua. – <i>Corpus</i> , p. 81.
5	O jingle, que encerra a primeira propaganda da candidata, <b>coloca-a</b> como guerreira [...]. – <i>Corpus</i> , p. 31.
6	Dilma Rousseff, a herdeira de Lula, <b>apresenta-se</b> ao eleitorado, em 2010, não apenas como a candidata que dará seguimento ao governo do então presidente, mas também como a presidenciável de imenso coração que deseja cuidar dos brasileiros igual uma mãe cuida de seus filhos [...]. – <i>Corpus</i> , p. 41.
7	Segunda candidata do PSOL à presidência, Luciana, que buscou ocupar o lugar de fala de porta-voz dos brasileiros inconformados com os rumos da política, <b>apresentou-se</b> aos eleitores ao lado do filho e do marido. – <i>Corpus</i> , p. 41.
8	No entanto, o que poderia ser uma batalha acirrada, <b>revelou-se</b> com o passar do tempo, extremamente desigual [...]. – <i>Corpus</i> , p. 81.
9	Claro que esse pensamento foi fundamental para o desenvolvimento da sociedade como conhecemos hoje e <b>mostra-se</b> de grande importância na atualidade, onde a liquidez do mundo contemporâneo e o excesso de informações tornam mais difícil reconhecer a confiabilidade de um conhecimento. – <i>Corpus</i> , p. 95.
10	Várias são as considerações teóricas e práticas a respeito das ações da mídia, que se utiliza de técnicas de campanhas publicitárias, direcionadas ao público infantil e <b>questiona-se</b> até que ponto a criança deve ser alvo desse tipo de mensagem. – <i>Corpus</i> , p. 101.
11	A partir de tais questões são duas as propostas que iremos explorar: (1) analisar, sem o objetivo de esgotar tal debate, parte da literatura da Ciência Política a respeito do processo de impeachment e; (2) reunir artigos opinativos de acadêmicos da Ciência Política em veículos jornalísticos, analisá-los e <b>classificá-los</b> a fim de saber como esses professores se posicionaram a respeito do impeachment de Dilma Rousseff, [...]. – <i>Corpus</i> , p. 6.
12	Para este antropólogo, é na mudança das formas da ciência entender os fatos, e <b>acrescenta-se</b> aqui [...]. – <i>Corpus</i> , p. 49.
13	Vamos listar os fatores determinantes para o impeachment apontados pela literatura da Ciência Política e, depois, compará-los e <b>aplicá-los</b> ao caso brasileiro de 2015-2016 [...]. – <i>Corpus</i> , p. 9.
14	A normatização dos casos de uso e abuso da publicidade infantil <b>encontra-se</b> regulamentada na Constituição Federal de 1.988, no Estatuto da Criança de do Adolescente (Lei 8.069/90), no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90) – <i>Corpus</i> , p. 116

## 4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

### 4.1 Recapitulações Importantes

Antes de dedicarmos-nos à discussão dos achados em nosso *corpus* analisado, convém recuperarmos alguns pontos abordados até aqui. Conforme vimos, com Oliveira (2007) e Rastier (*apud* ANGELIS, 1996), todo texto pertence a um gênero discursivo, que, por sua vez, está inserido em um domínio discursivo. O gênero discursivo define-se, nas palavras de Bakhtin (2018), como “tipos relativamente estáveis de enunciados”, possuidores de “conteúdo temático, o estilo, a construção composicional – [que] estão indissolivelmente ligados no todo do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um determinado campo da comunicação” (BAKHTIN, 2018, p. 261), e submetidos a um “contrato de comunicação” (CHARAUDEAU, 2010); em linhas gerais, esse contrato inclui o que se permite e o que se é vedado em determinado gênero discursivo. Entre as cláusulas deste contrato, estão aquelas atinentes à variedade da língua a ser utilizada. Em relação às variedades que a língua pode assumir, temos, a título de exemplo, as variedades cultas – oral, escrita, formal, informal –, as variedades literárias, a variedade padrão, etc.

Com Oliveira (2003b), vimos que a variedade padrão da língua não corresponde necessariamente à variedade literária, nem às variedades cultas, assim como guarda diferenças em relação ao padrão escolar. Neste capítulo, apresentaremos os achados no *corpus*, aqui visto como exemplar de uma variante padrão em uso – real, portanto – em contraste com o padrão escolar – apresentado nos manuais de gramática escolhidos. Fundamental é ressaltar que consideramos a norma padrão como a variante formal culta, tal qual Oliveira (2003b); aquela recomendada pela redação acadêmico-científica.

### 4.2 Os Achados

A fim de melhor dispormos dos dados, eles serão apresentados em tabelas. A primeira delas tratará da sínclise pronominal com o pronome em relação a um só verbo; a segunda detalhará das situações em que não houve elementos proclisadores; a terceira e a quarta

tabelas serão dedicadas aos dados referentes a locuções verbais, pois optamos por separar em uma delas os achados envolvendo infinitivo e gerúndio, e em outra colocamos os achados que dizem respeito a locuções verbais com particípio. Em sua maior parte, as regras utilizadas são aquelas enunciadas conforme Bechara (2018a), uma vez que Moura Neves (2018a) as enuncia em menor número e o faz de modo muito semelhante à outra obra de referência, tornando-se mais produtora, para nossa análise, seguir Bechara (2018a).

Tabela 22 – Tabulação dos Achados Considerando as Regras de Bechara (2018a) em Relação a Um Só Verbo

<b>Regra</b>	<b>Total</b>	<b>Prescrição</b>	<b>Ênclise</b>	<b>Próclise</b>	<b>Mesóclise</b>
<b>Regra 1-A – período</b>	15	Ênclise	15 (100%)	0 (0%)	0 (0%)
<b>Regra 1-B – oração</b>	9	Ênclise	8 (88,89%)	1 (11,11%)	0 (0%)
<b>Regra 2</b>	89	Ênclise ou próclise	4 (4,49%)	84 (95,51%)	0 (0%)
<b>Regra 2-A</b>	15	Próclise ou ênclise	11 (73,33%)	4 (26,67%)	0 (0%)
<b>Regras 3 e 3-A</b>	67	Próclise (sem pausa); próclise ou ênclise (com pausa)	28 (41,79%)	39 (58,21%)	0 (0%)
<b>Regra 4</b>	0	Mesóclise ou próclise	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)
<b>Regra 5</b>	3	Próclise	0 (0%)	3 (100%)	0 (0%)
<b>Regra 6</b>	23	Ênclise	21 (91,3%)	2 (8,7%)	0 (0%)
<b>Regra 6-A</b>	1	Próclise	0 (0%)	1 (100%)	0 (0%)
<b>Regra 6-B</b>	38	Próclise ou ênclise	10 (26,32%)	28 (73,68%)	0 (0%)
<b>Sem elemento proclisador<sup>36</sup></b>	59	Ênclise	14 (23,73%)	45 (76,27%)	0 (0%)

Um ponto aqui digno de nota é que, em apenas duas das situações dispostas na Tabela 22, Bechara (2018a) prescreve exclusivamente a ênclise em apenas duas situações: em início de período – ênclise em início de oração é uma prescrição cuja existência é apenas mencionada por Bechara (2018a) –, e com gerúndio iniciando oração subordinada reduzida; nas demais situações, a próclise é possível ou até mesmo obrigatória. Ou seja: a tendência à próclise já se verifica mesmo nas prescrições de uma gramática tradicional, ficando a ênclise

<sup>36</sup>Esta regra não consta em Bechara (2018a). Optamos, todavia, por inseri-la junto as enumeradas pelo gramático tão-somente para facilitar a apresentação e explanação dos resultados.

de uso restrito. Tal constatação vai ao encontro do que o professor Helênio Fernandes de Oliveira observou em seu artigo *Colocação de Pronomes: uma questão de política da língua*.

Na verdade, as regras de próclise obrigatória determinam o emprego do que já se emprega no português coloquial do Brasil, já que a próclise é a colocação normal em nosso país. O “erro” que a gramática normativa pretende evitar por meio dessas regras é, na realidade, a ênclise por hipercorreção. A influência do registro coloquial resultaria no emprego proclítico do pronome, em harmonia com a norma. O pronome enclítico hipercorreto se deve ao fato de a ênclise, no português padrão real do Brasil, funcionar muitas vezes como recurso para marcar formalidade do texto, produzindo um efeito estilístico de “elegância” (OLIVEIRA, 2003a, p. 355).

A Regra 1, que trata da interdição da próclise em início de período<sup>37</sup> (BECHARA, 2018a) ou frase<sup>38</sup> (MOURA NEVES, 2018a), nos artigos acadêmico-científicos pesquisados, pôde ser observada em 15 ocorrências, tendo sido realizada a ênclise em todas elas. Contudo, se considerarmos o critério de oração<sup>39</sup>, há alguns apontamentos a serem feitos. Vejamos os achados da Tabela 4:

1	[...] reunir artigos opinativos de acadêmicos da Ciência Política em veículos jornalísticos, <i>analisá-los e classificá-los</i> . – <i>Corpus</i> , p. 6.
2	A diferença representada por Marina não mobilizava, diretamente, o gênero: <i>referia-se</i> ao fato de defender o ambiente e não ser nem PT nem PSDB, partidos que polarizavam as eleições presidenciais desde 1994. – <i>Corpus</i> , p. 33.
3	Experimentamos, exploramos, <i>nos afinamos</i> e repensamos os caminhos e ferramentas que podem contribuir para que as danças realmente sejam significativas, para que atinjam seu objetivo. – <i>Corpus</i> , p. 92.
4	O impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, em 2016, divide opiniões até hoje: <i>tratou-se</i> de um processo legal ou de um golpe que culminou numa destituição? – <i>Corpus</i> , p. 6.
5	Partindo da teoria dos campos de Bourdieu (1989), <i>argumenta-se</i> que outro tipo de capital político vem sendo construído quando as mulheres entram no jogo eleitoral [...]. – <i>Corpus</i> , p. 23.
6	Pensando nesta realidade, <i>resolveu-se</i> buscar uma alternativa aos pais ou responsáveis para amenizar esta condição e é neste contexto que a pesquisa se justifica [...]. <i>Corpus</i> , p. 104.
7	Quanto aos deslocamentos dos fenômenos sociais que relacionam a sociedade e a tecnologia, <i>torna-se</i> pertinente a provocação da noção levantada por Winner (1983, p. 1) quando destacou as “qualidades políticas dos artefatos técnicos”. – <i>Corpus</i> , p. 52.
8	Tendo como base o princípio da hipossuficiência e vulnerabilidade do infante submetido e influenciado pela publicidade infantil <i>pretende-se</i> questionar a legalidade dos meios que são utilizados pela mídia para persuadi-los. – <i>Corpus</i> , p. 102.

<sup>37</sup>Sobre período, explana Bechara (2018, p. 429): “Toda manifestação da linguagem com vistas à comunicação com nossos semelhantes se constrói com uma sequência de unidades delimitadas por um silêncio que precede o início dessa atividade e o que se lhe segue, acompanhada de contorno melódico, também chamado de curva de entoação e normalmente marcada, na escrita, pelos sinais de pontuação e pelo emprego da inicial maiúscula. [...]. A esta unidade linguística que faz referência a uma experiência comunicada e que deve ser aceita e compreendida pelo nosso interlocutor se dá o nome de enunciado ou período”.

<sup>38</sup>Moura Neves (2018a, p. 1.332) define frase como “Unidade de fala, resultante da atuação linguística na enunciação. Unidade significativa da interação verbal, produzida com um propósito comunicativo definido: declarar, interrogar, ordenar, exclamar; unidade de fala. Compõe-se de uma série de elementos formais em conexão, com uma organização interna, uma entoação específica e um propósito claro e definido”.

<sup>39</sup>Sobre oração (e frase), esclarece Bechara (2019, p. 430): “Entre os tipos de enunciados há um conhecido pelo nome de oração. [...]. Mas antes devemos adiantar que o enunciado aparece também sob a forma de frase, cuja estrutura interna difere da oração porque não apresenta relação predicativa. São às vezes simples palavras, outras vezes uma reunião delas, que são transpostas à função de enunciado. [...] A oração se caracteriza por ter uma palavra fundamental que é o verbo (ou sintagma verbal) que reúne, na maioria das vezes, duas unidades significativas entre as quais se estabelece a relação predicativa – o sujeito e o predicado”.



---

9 Tendo por fundamento o posicionamento jurídico, doutrinário e por tribunais, adotado no Brasil acerca do tema, *prosseguiu-se* com a pesquisa de campo [...]. – *Corpus*, p. 116.

---

Pode-se constatar o predomínio da ênclise no início de oração em 8 das 9 ocorrências, sendo 7 deles ocorridas imediatamente após pausa marcada por sinal de pontuação – vírgula, dois-pontos –; aquela que não é precedida por sinal de pontuação, acontece após o término de uma oração subordinada reduzida de gerúndio de grande extensão, o que tende a produzir uma pausa. O único caso em que se optou por próclise, considerando-se que ela ocorre imediatamente após pausa marcada por vírgula, constitui uma exceção, uma vez que a pausa costuma ser vinculada à ênclise.

Quando se trata de orações subordinadas com verbo flexionado, Regra 2, Bechara (2018a) prescreve que, “em geral”, o pronome átono vem anteposto ao verbo, com a ressalva de que “quando na subordinada se intercalam palavras ou oração, **exigindo uma pausa antes do verbo**”, poderá ocorrer a ênclise. Prescrição semelhante fazem Cunha e Cintra (2001) em “Observe-se por fim que, sempre que houver pausa entre um elemento capaz de provocar a próclise e o verbo, pode ocorrer a ênclise” (CUNHA; CINTRA, 2001, p. 313). Ressaltemos aqui a relativa dificuldade em se identificar, em texto escrito, a pausa, a menos que esta seja marcada por sinal de pontuação. Todavia, essas prescrições apresentam relativa flexibilidade, já que estão moduladas, no escrever desses gramáticos, pelas expressões “em geral”, “às vezes ocorre”, “pode vir”.

Em nossos achados, considerando-se as orações subordinadas com verbo flexionado, há 85 ocorrências de próclise e 4 casos de ênclise. Detalhando-se os casos de ênclise, todos eles apresentam o verbo e seu clítico na sequência da conjunção subordinativa ou do pronome relativo, o que vem ao encontro da tese de que se usa ênclise em lugar de próclise, mesmo quando esta última é prescrita, configurando a hipercorreção, como bem apontou Oliveira (2003b, p. 355).

Dos casos de orações subordinadas coordenadas entre si, encontramos, em nosso *corpus*, 15 exemplos. Entre eles, em 11 ocorre ênclise e em 4 ocorre a próclise, o que vai relativamente de encontro de Bechara (2018a, p. 617), segundo o qual “quando se trata de orações subordinadas coordenadas entre si, às vezes ocorre a ênclise do pronome átono na segunda oração subordinada”, uma vez que a ênclise predominou.

Combinando-se os resultados das ocorrências enquadradas em situações compatíveis com as Regras 3 e 3-A, em 67 sínclises pronominais, 28 foram com pronome enclítico e 39 com pronome proclítico. Nestas regras, é importante lembrar que a próclise é a colocação que serve a todas as situações – com e sem pausa –, estando facultada a ênclise após pausas,

marcadas ou não por vírgula. Este ponto merece atenção, uma vez que, sendo o *corpus* escrito, as pausas, se não estiverem marcadas por vírgulas, poderão tão-somente ser deduzidas pelo contexto sintático; para que se tivesse absoluta certeza da pausa, seria necessária uma versão falada do *corpus*. Contudo, é possível relacionar as ênclises à ocorrência da pausa marcada por vírgula: em 28 ênclises, apenas 3 – 10,71% – não ocorreram imediatamente após vírgula, e 25 – ou 89,29% – seguiam-se a vírgulas. A maior parte das ocorrências de próclise ocorreu na ausência de vírgula – 29 (74,36%) – ante 10 ocorridas após vírgula – 25,64%.

Com relação à Regra 4, a única ocorrência que poderia ensejar o uso da mesóclise, apareceu representada por um período em que, apesar de ocorrer verbo no futuro do presente, ocorria também advérbio modificando diretamente o verbo ao qual se prendia o clítico, provocando próclise. Porém, assim como Oliveira (2007)<sup>40</sup>, consideramos precipitado decretar o desuso, em termos absolutos, da mesóclise; mesmo porque, segundo Rodrigues (2020), em tese sobre sínclise pronominal considerando os gêneros textuais, pontua: “Podemos constatar que no gênero mais formal, edital de abertura de concurso – e com estruturas indeterminadoras – sobrevive a mesóclise” (RODRIGUES, 2020, p. 111).

Em todas as situações elegíveis para a aplicação da Regra 5 encontradas em nosso *corpus*, ocorreu a próclise, tal qual as prescrições de Bechara (2018a).

Com gerúndio em início de oração subordinada, escopo da Regra 6, entramos 21 situações em que se preferiu a ênclise e apenas 2 em que se realizou a próclise. Da Regra 6-A, que engloba os gerúndios não iniciais em orações subordinadas, antecedidos ou não da preposição *em*, só foi encontrada uma aplicação, em que a próclise, de acordo com Bechara (2018a), seria obrigatória. Vejamo-la:

Mesmo em **se considerando** tal prática, reconhecida juridicamente, a condição da criança para o mercado de consumo é de hipervulnerabilidade. – *Corpus*, p. 106.

Nos casos de infinitivo preposicionado, elegíveis para a Regra 6-B, a qual homologa o uso tanto de ênclise como de próclise, optou-se mormente pela próclise, em 28 casos, ante 10 ênclises, ratificando a conhecida tendência do uso da próclise pelos brasileiros.

---

<sup>40</sup>Segundo Oliveira (2007), “é frequente ouvir-se, por exemplo, no meio universitário de Letras, a assertiva – feita pelos mais sedentos de inovação – de que a mesóclise não existe na atualidade, tendo caído em desuso. Os mais conservadores se equivocam no sentido contrário, negando sumariamente a existência de hábitos linguísticos coloquiais considerados “incorretos”, como o emprego dos verbos *ir* e *chegar* com a preposição *em*, o de ter no sentido de “existir”, o da chamada “mistura de tratamentos” etc. Há quem chegue a dizer: “isso não é português”. Ora, tanto existem no português atual construções desse tipo quanto existe a mesóclise. Depende do gênero textual. O pronome mesoclítico ocorre em textos que exigem ou aceitam o registro ultraformal, como os da área jurídica e uns poucos outros, sendo, portanto, de uso restrito, mas não é verdade que tenha se arcaizado. As construções coloquiais condenadas pela gramática normativa, por sua vez, são adequadas para gêneros como letra de música popular, piada, bate-papo virtual, conversação diária etc. (OLIVEIRA, 2007, pp. 79-80).

Encontramos, ainda, a ocorrência de próclise sem que houvesse elemento proclisador conforme as prescrições de Bechara (2018a). Foram 45 ocorrências. Em outras 14, optou-se pela ênclise. Tal constatação vai ao encontro do que enuncia Cunha e Cintra (2001):

Podem-se considerar como características do português do Brasil e, também, do português falado nas Repúblicas africanas:

a) a possibilidade de se iniciarem frases com tais pronomes, especialmente com a forma *me*.

b) **a preferência pela próclise nas orações absolutas, principais e coordenadas não iniciadas por palavra que exija ou aconselhe tal colocação** (CUNHA; CINTRA, 2001, p. 317, grifos nossos).

Rodrigues (2020) também aponta a mesma ocorrência, considerando-os como integrantes da norma culta:

Observamos o uso frequente de próclise em contextos em que tais elementos não apareciam, como depois de sujeito explícito e depois de conjunções coordenativas e aditivas, as quais não são tradicionalmente consideradas proclisadores. Claro está, portanto, que essas regras não se aplicam à língua escrita de maneira geral e que a norma culta brasileira acolhe usos diferentes dos prescritos na GT [gramática tradicional]. [...]. Os resultados desta pesquisa parecem então revelar que, além dos atratores tradicionais, certas conjunções coordenativas atuam também como elementos proclisadores, na norma escrita culta do português brasileiro, no que diz respeito aos gêneros aqui abordados [crônica, reportagem, artigo científico, edital de concurso público] (RODRIGUES, 2020, p. 89; 91-92).

Dentre as 45 ocorrências de próclise que mencionamos, 40 ocorreram após sujeito explícito, 4 ocorreram após conjunção coordenativa aditiva, em conformidade com os achados de Rodrigues (2020), e 1 com conjunção coordenativa alternativa, usos estes já acolhidos por Cunha e Cintra (2001, p. 317). Observando-se a estratificação das ênclises sem elemento proclisador, temos 9 delas ocorrendo com sujeito exposto, e 5 com conjunções coordenativas aditivas. Vejamos tabela abaixo:

Tabela 23 – Sínclices Pronominais em Períodos sem Elementos Proclisadores

	<b>Total</b>	<b>Próclise</b>	<b>Ênclise</b>
<b>Sujeito explícito</b>	49	40 (81,63%)	9 (18,37%)
<b>Conjunção coordenativa aditiva</b>	9	4 (44,44%)	5 (56,56%)
<b>Conjunção coordenativa alternativa</b>	1	1 (100%)	0 (0%)
<b>Subtotal</b>	59	45 (76,27%)	14 (23,73%)

Com base nesses dados, é possível afirmar que o sujeito explícito é entendido, na variedade estudada da língua, como elemento proclisador, bem como as conjunções coordenativas aditivas.

Reafirma-se, ainda, o fenômeno da hipercorreção, isto é, o uso da ênclise em situações em que a próclise é possível ou mesmo obrigatória: nas situações da Regra 1-B, variante da Regra 1 à qual nem Bechara (2018a) recorre, ocorre a ênclise em 88,89% dos casos; no

âmbito das Regras 2 e 2-A, aparece a ênclise com 4,49% e 73,33% respectivamente; nos casos elegíveis para as Regras 3 e 3-A, que abonam amplamente a próclise, combinados, ocorre a ênclise em 41,79% das vezes; e nos domínios da Regra 6-B, ocorreu a ênclise em 26,32% das sínclises. Creditam-se esses dados ao que Oliveira (2003a) atribuiu a uma busca por uma elegância de estilo e marca de formalidade condizente com o gênero textual em questão. Rodrigues (2020) também descreve o mesmo fenômeno em seu *corpus* de análise:

Os resultados revelam que o escritor culto entende que os contextos de início de oração/período e orações reduzidas impedem a próclise e está atento a isso, mas demonstra um comportamento vacilante, já que faz próclise onde a GT [gramática tradicional] manda usar ênclise, em número expressivo de dados, embora com tendência mediana [...]. E ele faz ênclise onde a gramática manda colocar próclise também, embora com pouca expressividade e a depender do grau de formalidade do gênero textual. Ocorre que o escritor culto possui um conhecimento multidialetal, uma gramática mista, ou segundo os formalistas, existem gramáticas em competição em sua mente (RODRIGUES, 2020, p. 113).

Tabela 24 – Locução Verbal com Verbo Principal no Infinitivo ou no Gerúndio

	Nº Dados	Próclise V. Principal	Ênclise V. Principal	Próclise V. Auxiliar	Ênclise V. Auxiliar
<b>Regra 7</b>	36 (100%)	11 (30,55%)	11 (30,55%)	9 (22,22%)	6 (16,67%)

Bechara (2018a) homologa, em caso de infinitivo ou gerúndio, as quatro possibilidades apresentadas no quadro acima, conquanto observe que, no caso da próclise ao verbo principal, “A Gramática clássica, com certo exagero, ainda não aceitou tal maneira de colocar o pronome átono, salvo se o infinitivo estiver precedido de preposição: *Começou a lhe falar* ou *a falar-lhe*” (BECHARA, 2018a, p. 621). Contudo, nos 6 casos encontrados da construção de locução verbal com infinitivo precedido por preposição, em 2 delas optou-se pela ênclise ao verbo principal; em outras 2, ênclise ao verbo auxiliar; e nos dois casos restantes, optou-se em um deles pela próclise ao verbo principal e, no outro, próclise ao auxiliar, o que mostra uma coexistência de usos mais formais com usos mais versáteis. Vejamo-los:

Desse momento em diante, não somente a classe média nas ruas, mas principalmente grupos disseminados na internet *passaram a organizar-se* em torno de um oponente comum, no caso, Lula, PT e seu aliados [...]. – *Corpus*, p. 80

Conforme relatado no acórdão citado, o caso diz respeito ao uso de verbos no imperativo e de linguagem voltada às crianças com o propósito de *induzi-las a adquirir* produtos, em venda casada, por envolver a aquisição dos relógios condicionada à compra de 05 produtos da linha “Gulosos”. – *Corpus*, p. 115.

Paralelamente, grupos progressistas também *passaram a aventurarem-se* nesses espaços [...]. – *Corpus*, p. 81.

[...] o que *leva a se perder* muitas vezes nas fronteiras entre a etnografia e o uso pessoal da rede, exigindo uma necessária atenção para separar a atuação como usuário e a atuação como etnógrafo. – *Corpus*, p. 58.

Dessa maneira, *leva-se a entender* o Facebook como uma grande fonte de dados brutos [...]. – *Corpus*, p. 58.

A observação dos movimentos histórico-epistêmicos no campo da internet, *nos levou a entender* como fundamental [...]. – *Corpus*, p. 67.

Retomando-se a Tabela 24, observa-se que o uso mais recorrente foi exatamente aquele interdito pela tradição gramatical – próclise ao verbo principal –, embora ainda sem predomínio absoluto, pois ocorre a ênclise ao verbo principal com mesma frequência, analogamente aos achados de Rodrigues (2020) no estrato artigo acadêmico de sua pesquisa, a ver:

No gênero artigo [acadêmico], encontramos 4 exemplos de próclise ao auxiliar (27%), 6 de próclise ao verbo principal (40%), 3 ocorrências de ênclise ao auxiliar (20%) e 2 de ênclise ao principal (13%). Note-se que as três primeiras posições se distribuem de maneira bem equilibrada nesse gênero. Esta é o único gênero em que aparece a ênclise ao auxiliar (RODRIGUES, 2020, p. 97).

Por essa razão, consideramos de interesse para esta pesquisa trazer as considerações que o professor José Carlos de Azeredo fez acerca da sínclise pronominal com locuções verbais em sua *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*.

Houve 6 ocorrências de ênclise ao verbo auxiliar. No entendimento de Azeredo (2018a), pautado por fatores de ordem sintática, prosódica e sociocomunicativa, a escolha em questão tem a ver com a formalidade e com a variedade escrita, as quais são características do gênero artigo científico, inclusive. De acordo com Azeredo (2018a, p. 289), “nos registros formais, e em especial na variedade escrita, marca-se com hífen a ênclise do pronome ao verbo auxiliar (*Tinham-me convidado/Ele tem-se dedicado*)”.

Outro uso, no dizer de Azeredo, também “restrito aos usos formais da língua, com presença ainda marcante na escrita” (AZEREDO, 2018a, p. 289), é a próclise ao auxiliar. Em nosso *corpus*, apareceram 8 situações em que esse uso apareceu, frequência parecida com a da ênclise ao verbo principal no gerúndio ou infinitivo, o que, para Azeredo (2018a, p. 288), “conota maior formalismo de expressão”, o que é compatível com o que se convencionou acerca dos artigos acadêmico-científicos; contudo, o uso considerado brasileiro, mais versátil

em termos de situações comunicativas, – a próclise ao verbo principal – apareceu 11 vezes em nosso universo de possibilidades, frequência quantitativamente similar aos usos considerados formais.

Tabela 25 – Locução Verbal com Verbo Principal no Particípio

	Nº de Dados	Prescrição	Achados	
<b>Regra 8</b>	4 (100%)	Próclise ou ênclise ao verbo auxiliar; ou próclise ao verbo principal (Bras.).	Próclise V. Principal	2 (50%)
			Próclise V. Auxiliar	2 (50%)

Com as locuções verbais com verbos principais no particípio, assunto da Regra 8, encontraram-se 4 ocorrências; igualmente divididas entre próclise ao verbo principal e próclise ao verbo auxiliar; pode-se explicar a próclise ao auxiliar por questões de eufonia, uma vez que a construção realizada “não nos são vistos” é mais adequada aos padrões de pronúncia por aqui correntes do que “não são-nos vistos”, considerando-se ainda que ao particípio não se une clítico.

#### 4.3 À Guisa de Conclusão

Os dados apresentados e analisados neste capítulo podem soar obviedades; afinal, Oliveira (2003b, p. 88) já asseverava que “em certos aspectos o padrão escolar não corresponde à língua padrão real”, uma vez que

A gramática normativa funciona até certo ponto como padrão linguístico ideal, termo que em sociolinguística se refere à maneira como os falantes gostariam de falar (ou de escrever) em circunstâncias formais, em oposição ao padrão linguístico real” (OLIVEIRA, 2003a, p. 358).

Assim, ao buscarmos confrontar esse “padrão linguístico ideal” com o “padrão linguístico real”, tomando como ponto de observação a sínclise pronominal, pudemos encontrar pontos de contato entre esses padrões – estes em maior número –, bem como pontos de fuga; em uma análise regra a regra, sem deixar de salientar o contrato de comunicação ao qual se submete o gênero artigo acadêmico-científico, podemos ratificar que, no padrão real, assim como no escolar, não se tem iniciado períodos com pronomes oblíquos átonos, assim como na maioria das vezes não se têm iniciado orações com esses pronomes; nas orações subordinadas desenvolvidas, tem-se preferido a próclise na grande maioria das vezes (em

torno de 95%), em que pese haja algumas recorrência, aproximadamente 5%, da ênclise, provavelmente por um certo rigor de formalidade, o que também se sucede em outras situações em que se permite ou prescreve a próclise, como nas Regras 3 e 3-A – com 41,79%; assim como nos gerúndios em início de oração subordinada, situação em que ocorreu em – 8,7%. A próclise foi absoluta nas Regras 5 e 6-A, o que atribuímos à relativa facilidade de sua aplicação – afinal, não traz grandes desafios identificar uma frase interrogativa ou mesmo um gerúndio com preposição, construção de uso restrito em gêneros mais comumente escritos – e até revisados – por pessoas de maior escolaridade. Contudo, o que destoou das prescrições da gramática tradicional foi a próclise em algumas orações coordenadas aditivas, além das alternativas; tendo estas últimas já sido acolhidas por Cunha e Cintra (2001) como elemento proclisador. Adicionalmente, encontramos o sujeito explícito como tendo sido elemento proclisador de grande recorrência, em 81,63% das vezes, o que reitera a tendência proclítica do português brasileiro inclusive em texto escrito na variedade culta formal.

Nos casos de locução verbal, os achados com próclise e ênclise ao verbo principal, bem como aqueles com próclise ao verbo auxiliar, apareceram proporcionalmente muito equilibrados. A próclise ao verbo principal, com 30,55%, já é um uso consagrado no português do Brasil – uma forma que não é amparada pela gramática tradicional, segundo Bechara (2018a) –, mas que já adentrou os domínios da variedade formal culta. As demais – ênclise ao verbo principal e próclise ao verbo auxiliar – aparecem com frequência relativamente alta, dada a formalidade do registro, conforme as descreve Azeredo (2018). Em locuções verbais com particípio, predominou a forma descrita como brasileirismo por Bechara (2018a) – próclise ao verbo principal.

A variedade escrita, formal, de uma língua também é, pois, suscetível à transformação e à mudança, embora mais lentamente, conforme já se mencionou nesta dissertação. Ter consciência do contrato de comunicação que rege o texto que se está escrevendo ou revisando, e o devido cuidado com as fontes de consulta de gramática prescritiva, é fundamental para que não se venha a utilizar formas já pouco acolhidas, em função da passagem do tempo, bem como não se utilizar de construções próprias de outros gêneros discursivos e ainda não consagradas por uma dada variedade da língua.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve por intento principal identificar a realização da sínclise pronominal na variedade padrão da língua portuguesa do Brasil, partindo do pressuposto de que os manuais de gramática ou prescrevem uma língua idealizada, ou ainda são silentes com relação a algumas situações, de modo que, estando a cargo do usuário da língua a decisão de que colocação realizar, cumpriu-nos verificar como a comunidade linguística envolvida o tem feito, considerando o gênero discursivo em questão, qual seja artigo acadêmico-científico.

Neste percurso, em nosso entendimento, cumprir-nos-ia compreender a formação e o desenvolvimento da tradição gramatical, motivo pelo qual dedicamos o Capítulo 1 inteiramente à historiografia da gramática, com o objetivo de identificar os contextos de produção dos manuais de gramática ao longo da história. Assim, ao recorrermos a Vieira (2016, 2018), encontramos a ideia de paradigma tradicional de gramatização – PTG –, que consiste em um rol de princípios encontrados na maneira segundo a qual os manuais mais aderentes à tradição gramatical abordam a língua. Perceba-se que aqui preferimos a formulação “manuais mais aderentes à tradição gramatical”, pois mesmo aqueles que buscam distinguir-se do referido paradigma, as chamadas gramáticas brasileiras contemporâneas do português – as GBCP – ainda se valem de princípios desse paradigma. Inclusive, ao egermos *A Gramática do Português Revelada em Textos*, Moura Neves (2018a), observamos que a obra recorre, com o objetivo de demonstrar seus achados, a textos literários brasileiros do início do século XX; a nosso ver, expediente similar àquele empreendido pelas gramáticas mais aderentes ao PTG, com a diferença de que estas últimas usualmente recorrem a textos literários da literatura luso-brasileira do século XIX. Assim, continuamos, cotidianamente, a observar um padrão gramatical escolar idealizado guardando discrepâncias em relação ao uso cotidiano.

Observado que o padrão escolar, consagrado pela doutrina gramatical, e a variedade padrão da língua não correspondem à mesma entidade, a forma segundo a qual a doutrina gramatical aborda a língua, no mais das vezes, leva à crença de que a língua seria algo homogêneo e estático, um produto acabado, ao que se contrapõem os estudos linguísticos. Com Saussure e seus editores e comentadores, conforme abordamos no Capítulo 2 desta dissertação, pudemos concluir, à luz da Linguística, que a língua varia sincronicamente e muda diacronicamente; adicionalmente, em termos humboldtianos, tais quais Coseriu (1960) os utilizou, a língua é *energeia* – em produção –, e não *ergon* – produto acabado. A mudança,



para Coseriu, está no cerne da continuidade da língua, uma vez que ela muda para continuar cumprindo o seu papel na comunidade linguística. Considerando as línguas funcionais, isto é, aquelas que são utilizadas, em suas variedades, chegamos à noção de gêneros discursivos, pois, como pudemos ver em Coseriu (1981 [2001], p. 55), “falar é produzir textos”, e todo texto pertence a um gênero discursivo (RASTIER, 1996; OLIVEIRA, 2003b). Os gêneros discursivos, oriundos das atividades humanas, em termos bakhtinianos, apresentam conteúdo temático, estilo e construção composicional (BAKHTIN, 2018), e estão sujeitos ao que Charaudeau (2010) definiu como contrato de comunicação. Entre as cláusulas deste contrato, estão os usos da língua que se vinculam a uma variedade da língua, como a padrão.

Norteados, então, pela ideia de que a língua em exercício, em textos, está intimamente vinculada a um gênero discursivo, optamos por fazer a descrição da sínclise pronominal, no contraste com os manuais de gramática (um deles identificado com o PTG, e o outro identificado como uma GBCP), em um *corpus* que constava apenas de artigos acadêmico-científicos, gênero discursivo considerado um dos redutos da variedade padrão da língua. Como resultado desta análise de *corpus*, pôde-se concluir que há prescrições da tradição gramatical que seguem vigendo fortemente na variedade padrão da língua, a exemplo da Lei de Tobler-Moussafia, segundo a qual não se inicia período com pronome oblíquo átono, e aquela que orienta o uso da próclise em orações subordinadas desenvolvidas. Contudo, quando temos o clítico em função de mais de um verbo, temos maior flexibilização por parte dos usuários, a observar-se a formalidade característica da norma padrão.

Demonstrada a diferença da sínclise pronominal entre o padrão escolar e a variedade padrão em uso no português brasileiro, esta pesquisa tem por cumprido os seus objetivos. O tema, por óbvio, não se esgota, tanto pela natureza *energeia* da língua, tanto pela miríade de gêneros discursivos existentes no mundo, cada qual com seu contrato de comunicação. Resta claro, portanto, que, ao se descrever uma língua, não se pode prescindir do escrutínio do gênero discursivo a ser utilizado e seu respectivo contrato de comunicação. Do contrário, a descrição em causa não estará apta a fornecer subsídios para aqueles que queiram orientar-se na escrita de determinado texto.

## REFERÊNCIAS

- ABLALI, Driss. Os Manuscritos Saussurianos nas teorias contemporâneas do texto e do discurso. *In*: CRUZ, Marcio Alexandre; PIOVEZANI, Carlos; TESTENOIRE, Pierre-Yves (org.). **Saussure, o texto e o discurso** – cem anos de heranças e recepções. São Paulo: Parábola, 2016. p. 125-148.
- ANGELIS, Rossana de. Texto e textualidade na esteira das recepções do pensamento Saussuriano. *In*: CRUZ, Marcio Alexandre; PIOVEZANI, Carlos; TESTENOIRE, Pierre-Yves (org.). **Saussure, o texto e o discurso** – cem anos de heranças e recepções. São Paulo: Parábola, 2016. p. 149-168.
- AQUINO, José Edicarlo. A primeira obra de linguística produzida no Brasil: Traços geraes de linguística (1880) de Júlio Ribeiro. **Domínios da Linguagem**, Uberlândia, v. 12, n. 1, p. 218-254, jan/mar. 2018.
- AZEREDO, José Carlos de. **Gramática Houaiss da Língua Portuguesa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Instituto Houaiss; São Paulo: Publifolha, 2018a.
- AZEREDO, José Carlos de. Como Defino a Gramática Houaiss da Língua Portuguesa, de minha autoria. *In*: MOURA NEVES, Maria Helena de; CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina. **Gramáticas Contemporâneas do Português**, com a palavra, os autores. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2018b. p. 80-85.
- BAGNO, Marcos. Uma Gramática Propositiva. *In*: MOURA NEVES, Maria Helena de; CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina. **Gramáticas Contemporâneas do Português**, com a palavra, os autores. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2018. p. 91-114.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2018.
- BALLY, Charles; SECHEHAYE, Albert. Prefácio à Primeira Edição. *In*: SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2012. p. 23-26.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna; Nova Fronteira, 1999 [2009].
- BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 39. ed. Rio de Janeiro: Lucerna; Nova Fronteira, 2018a.
- BECHARA, Evanildo. Para quem se faz uma gramática. *In*: MOURA NEVES, Maria Helena de; CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina. **Gramáticas Contemporâneas do Português**, com a palavra, os autores. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2018b. p. 19-30.
- BENVENISTE, Émile. Saussure, médio siglo después. *In*: BENVENISTE, Émile *et al.* **Ferdinand Saussure**. Buenos Aires: Siglo XXI, 1971. p. 105-120.
- BEZERRA, Benedito Gomes. **Gêneros no Contexto Brasileiro** – questões [meta]teóricas e conceituais. São Paulo: Parábola, 2017.
- BLOOMFIELD, Leonard. **Language**. Nova Iorque: Holt, Rinehart and Winston, 1933.
- BORGES, Juliana Marítimo. **Um estudo descritivo-analítico da gramática metódica da língua portuguesa e do dicionário de questões vernáculas de Napoleão Mendes de Almeida**. 105 f. 2008. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Programas de Estudos Pós-graduados em Língua Portuguesa, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2008.

- CÂNONE. *In*: GRANDE dicionário Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- CASEVITZ, Michel; CHARPIN, François. A herança greco-latina. *In*: BAGNO, Marcos (org.). **Norma linguística**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2011. p. 23-52.
- CASTILHO, Ataliba T. de. **Gramática do Português Brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- CASTILHO, Ataliba T. de. Sobre a Nova Gramática do Português Brasileiro. *In*: MOURA NEVES, Maria Helena de; CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina. **Gramáticas Contemporâneas do Português**, com a palavra, os autores. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2018. p. 86-90.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. 46. ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 2005.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso: modos de organização**. 2. ed. Tradução de Angela M. S. Corrêa e Ida Lúcia Machado. São Paulo: Contexto, 2010.
- CORRÊA, Elisa Figueiredo de Souza. Socrates Currit Bene: um breve passeio pela histórica da gramática. **Soletras**, São Gonçalo, n. 19, jan/jun. 2010, p. 116-123. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/soletras/article/view/7046/4985>. Acesso em: 02 jan. 2021.
- COSERIU, Eugenio. Sistema, Norma e Fala. Tradução de J. H. de C. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUISTAS, 7., 1952, Montevideu. **Anais...** Coimbra: Almedina, 1960. p. 3-30.
- COSERIU, Eugenio. **Sincronía, diacronía e historia: el problema del cambio linguistico**. 2. ed. Madri: Gredos, 1973.
- COSERIU, Eugenio. **Sincronia, diacronia e história: o problema da mudança linguística**. Tradução de Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira. São Paulo: Presença; Editora da Universidade de São Paulo, 1979.
- COSERIU, Eugenio. **Teoria da linguagem e linguística geral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Presença, 1987.
- COSERIU, Eugenio. **Linguistica del testo**. Introduzione ad una ermeneutica del senso. Roma: Carocci, 2001 [1981].
- COULMAS, Florian. **Escrita e sociedade**. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2014.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- DEPECKER, Loïc. **Compreender Saussure a partir dos manuscritos**. Tradução de Maria Ferreira. Petrópolis: Vozes, 2012.
- ECO, Umberto. **A Busca da língua perfeita na cultura européia**. Tradução de Antonio Angonese. 2. ed. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2002.
- FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos II**. Arqueologia as Ciências e História dos Sistemas de Pensamentos. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

HENRIQUES, Claudio Cezar. Redação Acadêmica: a linguagem e a norma. Diagramação e outros temas. *In*: HENRIQUES, Claudio Cezar; SIMÕES, Darcilia Mirandir Pinto (org.). **A Redação de Trabalhos Acadêmicos: teoria e prática**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002. Mimeo.

LEITE, Marli Quadros. Tradição, Invenção e Inovação em Gramáticas da Língua Portuguesa – séculos XX e XXI. *In*: MOURA NEVES, Maria Helena de; CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina. **Gramáticas contemporâneas do português**, com a palavra, os autores. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2018. p. 115-133.

LOPES, Edward. **Fundamentos da lingüística contemporânea**. 23. ed. São Paulo: Cultrix, 2001.

LUCCHESI, Dante. Norma lingüística e realidade social. *In*: BAGNO, Marcos (org.). **Lingüística da norma**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2012. p. 57-83.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2008.

MARIANTE, Maria Alvina. **A ordem da língua: um estudo sobre gramática e ensino da língua**. 135 fl. 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

MARQUES, Luciana Moraes Barcelos. **As Aulas de Saussure – um retorno aos manuscritos**. Belo Horizonte: PUCMinas, 2016.

MARQUES, Luciana Moraes Barcelos. Percursos de Saussure: do jovem pesquisador às três primeiras conferências em Genebra. *In*: SILVA, José Pereira da (org.). **A Herança de Ferdinand de Saussure**. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

MATEUS, Maria Helena Mira *et al.* **Gramática da língua portuguesa**. 6. ed. Lisboa: Caminho, 2003.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Variação, Mudança e Norma: movimentos no interior do português brasileiro. *In*: BAGNO, Marcos (org.). **Lingüística da norma**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2012. p. 261-83.

MULLINACI, Roberto. Moderna Gramática Portuguesa: habemus gramaticam? *In*: FARACO, Carlos Alberto; VIEIRA, Francisco Eduardo. **Gramáticas brasileiras – com a palavra, os leitores**. São Paulo: Parábola, 2016. p. 113-148.

MOURA NEVES, Maria Helena de. **A gramática do português revelada em textos**. 1. ed. São Paulo: EdUnesp, 2018a.

MOURA NEVES, Maria Helena de. Defino Minha Obra Gramatical Como... *In*: MOURA NEVES, Maria Helena de; CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina. **Gramáticas Contemporâneas do Português**, com a palavra, os autores. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2018b. p. 68-79.

MOURA NEVES, Maria Helena de; CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina. Apresentação. *In*: MOURA NEVES, Maria Helena de; CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina. **Gramáticas Contemporâneas do Português**, com a palavra, os autores. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2018. p. 9-18.

OLIVEIRA, Helênio Fernandes de. Colocação de Pronomes: uma questão de política da língua. *In*: HENRIQUES, Claudio Cezar (org.). **Linguagem, Conhecimento e Aplicação: estudos de língua e lingüística**. Rio de Janeiro: Europa, 2003a. p. 353-360.

OLIVEIRA, Helênio Fernandes de. Língua Padrão, Língua Culta, Língua Literária e Contrato de Comunicação. **Cadernos do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 10, p. 84-94, ago. 2003b.

OLIVEIRA, Helênio Fernandes de. Gêneros Textuais e Conceitos Afins: teoria. *In*: VALENTE, André (org.). **Língua portuguesa e identidade: marcas culturais**. Rio de Janeiro: Caetés, 2007. p. 79-92.

PADLEY, G. A. A Norma na Tradição dos Gramáticos. *In*: BAGNO, Marcos (org.). **Norma Linguística**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2011. p. 53-93.

PERINI, Mario. **Gramática Descritiva do Português**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2007.

PERINI, Mario. Defino Minha Obra Gramatical Como a Tentativa de Encontrar Respostas às Perguntas: por que ensinar gramática? Que gramática ensinar? *In*: MOURA NEVES, Maria Helena de; CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina. **Gramáticas contemporâneas do português**, com a palavra, os autores. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2018. p. 48-67.

RODRIGUES, Thaís Leal. **Colocação pronominal em textos escritos no português do Brasil**. 2020. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem, Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

SALUM, Isaac Nicolau. Prefácio à edição brasileira. *In*: SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2012. p. 11-20.

SANTIAGO-ALMEIDA, Manoel Mourivaldo. Ideias linguísticas: algumas reflexões. **Polifonia**, Cuiabá, n. 6, p. 33-45, 2003.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Écrits de linguistique générale**. Paris: Gallimard, 2002.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Escritos de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 2004.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

SEGALLA, Amauri; CAVALCANTI, Bruna. **O assassinato da língua portuguesa**.

Disponível em:

[https://istoe.com.br/138200\\_O+ASSASSINATO+DA+LINGUA+PORTUGUESA/](https://istoe.com.br/138200_O+ASSASSINATO+DA+LINGUA+PORTUGUESA/). Acesso em: 20 abr. 2021.

SILVA, Rosa Mattos e. **Tradição gramatical e gramática tradicional**. 5. ed. Contexto: São Paulo, 2019.

TESTENOIRE, Pierre-Yves. O que as teorias do discurso devem a Saussure. *In*: CRUZ, Marcio Alexandre; PIOVEZANI, Carlos; TESTENOIRE, Pierre-Yves (org.). **Saussure, o texto e o discurso – cem anos de heranças e recepções**. São Paulo: Parábola, 2016. p. 105-124.

VIEIRA, Francisco Eduardo. Gramatização brasileira contemporânea do português: novos paradigmas? *In*: VIEIRA, Francisco Eduardo. **Gramáticas brasileiras – com a palavra, os leitões**. São Paulo: Parábola, 2016. p. 19-70.

VIEIRA, Francisco Eduardo. **A gramática tradicional: história crítica**. São Paulo: Parábola, 2018.